



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

JORGE VALDAIR PSIDONIK

**LUTA POR MORADIA EM ERECHIM / RS:
A ação do Movimento Popular Urbano**

**ERECHIM
2019**

JORGE VALDIR PSIDONIK

LUTA POR MORADIA EM ERECHIM / RS:
A ação do Movimento Popular Urbano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito para obtenção do Título de Mestre em História, sob orientação da professora doutora Isabel Rosa Gritti.

CHAPECÓ
2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Psidonik, Jorge Valdair

LUTA POR MORADIA EM ERECHIM / RS:: A ação do
Movimento Popular Urbano / Jorge Valdair Psidonik. --
2019.

179 f.:il.

Orientadora: Doutora Isabel Rosa Gritti.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
História-PPGH, Chapecó, SC , 2019.

1. Movimento Popular Urbano . 2. Erechim / RS. 3.
Movimentos Sociais. 4. Colônia Erechim . 5. Alto
Uruguai. I. Gritti, Isabel Rosa, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

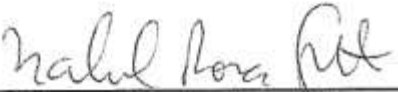
JORGE VALDAIR PSIDONIK

LUTA POR MORADIA EM ERECHIM / RS:
A ação do Movimento Popular Urbano

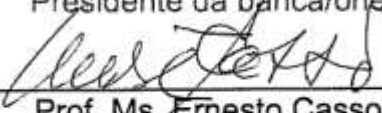
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, para obtenção de título de Mestre em História, defendido em banca examinadora, em 16/12/2019

Aprovado em: 16/12/2019

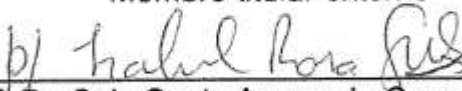
BANCA EXAMINADORA



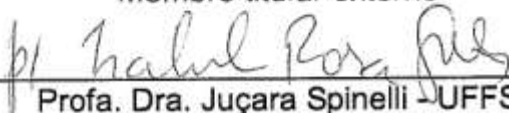
Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti – UFFS
Presidente da banca/orientador



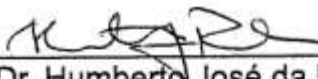
Prof. Ms. Ernesto Cassol – URI
Membro titular externo



Prof. Dr. Caio Santo Amore de Carvalho – USP
Membro titular externo



Profa. Dra. Juçara Spinelli – UFFS
Membro titular externo



Prof. Dr. Humberto José da Rocha – UFFS
Membro titular interno

Erechim/RS, 16 dezembro de 2019

Dedico a todos os movimentos sociais
que lutam por uma sociedade mais justa e
humana.

AGRADECIMENTOS

Para um historiador, fazer agradecimentos não é tarefa fácil. Somos tentados a fazer um “resgate histórico”. Neste caso não caberia em uma página, pois são muitos os que fizeram parte da história de nossa formação. Citar todos individualmente não é possível, mas vamos lá tentar agradecer no coletivo.

Agradeço aos professores: da primeira professora Maria Salete à minha querida orientadora Isabel Gritti - Obrigado por ter me escolhido, obrigado pelo incentivo, pelos empurrões e cobranças. Entendi porque muitos a chamam de mãe Isabel. Os meus pais, José e Alzira que, embora semianalfabetos, incentivavam para que pelo menos se completasse a 4ª série; todos os colegas de aula; as minhas irmãs, de modo especial a Terezinha, que desde sempre dizia: estude Jorge e cuide dos dentes; os amigos mais próximos, como o Vitor Gowacki, que sempre tem uma questão a mais para discutir.

Destaco alguém especial: Liziane Psidonik. Ela me fez acreditar que seria possível. Obrigada companheira de vida e de sonhos! Aos meus filhos, Vini, Eduardo e Artur - sempre se brinca menos quando se faz mestrado. Perdão, mas era preciso. Aos professores da Banca, Ernesto, Juçara, Caio e Humberto. O resultado é de vocês também. Todas as sugestões contribuíram para a melhoria do trabalho. Devo reconhecer e agradecer a todos os militantes de movimentos sociais, na pessoa da Tere, os quais dedicam suas vidas para diminuir injustiças e melhorar de alguma forma a vida das pessoas que mais precisam. Agradeço pela luta realizada, pelas entrevistas concedidas e pelas conquistas viabilizadas. Dentre elas, esta Universidade que me possibilita estar aqui escrevendo estas palavras. Aos meus colegas de trabalho, pelo incentivo e paciência pelos dias de “lentidão mental”.

Aos que ajudaram na coleta dos dados, de modo especial o servidor da Prefeitura de Erechim Júlio César Santolin, pela disponibilidade e sabedoria no fornecimento dos dados - Muitos via *download* direto da memória do Julinho; aos entrevistados: Anacleto, Joselito, Polis, Márcia, Militantes e moradores. À dona Laura Chiamenti que, carinhosamente, fez a revisão do trabalho. E por fim, meu muito obrigado aos beira-trilhos e beira-BR. Vocês foram a razão deste trabalho.

MUITO OBRIGADO!

“Não precisa ser herói
Para lutar pela terra
Porque quando a fome dói
Qualquer homem entra em guerra”

Dante Ramon Ledesma

RESUMO

O presente trabalho consiste no resgate histórico da luta do Movimento Popular Urbano (MPU) de Erechim / RS, atuante, entre os anos de 2007 a 2016, na defesa do direito à moradia dos trabalhadores que construíram suas casas e suas vidas à beira dos trilhos e à beira da BR 153. Tem como objetivo compreender quais foram as motivações que resultaram na criação deste Movimento, quais as ações desenvolvidas e quais os fatores que contribuíram para a desarticulação de suas atividades, dentro do recorte temporal de 1996 a 2016. A organização deste Movimento Social surgiu a partir da ameaça de despejo das famílias em decorrência da possível volta dos trens e da construção de vias paralelas na travessia urbana da BR 153. No entanto suas raízes são percebidas ao longo do processo de ocupação e luta pelo espaço na região, iniciado em 1908, pelos imigrantes europeus e nas transformações econômicas ocorridas ao longo do século XX, as quais resultaram em déficit habitacional manifestado, dentre outras formas, nas ocupações de diversas áreas da cidade de Erechim, como, as faixas de domínio das vias. A pesquisa foi articulada em torno do conceito de *fronteiras em movimento*, tendo a estrada de ferro como símbolo emblemático e paradoxal da região na mobilidade desta fronteira e como questão de fundo à luta pelo espaço. A busca do progresso, a modernização e a exclusão avançaram no mesmo ritmo. A mesma ferrovia que excluiu os caboclos do contestado na divisa entre Santa Catarina e Paraná, no advento do século XX, vai excluir os beira-trilhos de suas margens, no início do século XXI. A metodologia utilizada envolve pesquisa bibliográfica, documental e História Oral, através de entrevistas com participantes do Movimento Popular Urbano, gestores municipais, assessorias e lideranças comunitárias que coordenaram o processo de remoção e reassentamento das famílias beira-trilhos e beira-BR. O estudo também resgata o processo de ocupação do espaço na região de Erechim/RS e as políticas de habitação implantadas pela União e Município. Ao longo de três capítulos, demonstra como a resistência e a luta do povo pela disputa do espaço promove conquistas que, de alguma forma, melhoram suas vidas, assim como o MPU garantiu, através de sua ação, que as famílias não fossem despejadas e conquistassem novos espaços de moradias em loteamentos sociais, efetivando, desta maneira direitos constitucionais historicamente negados às classes populares.

Palavras-chave: Moradia. Erechim. Movimentos Sociais. Movimento Popular Urbano.

ABSTRACT

The present work consists in the historical rescue of the struggle of Urban Popular Movement (MPU) of Erechim / RS, active, from 2007 to 2016, in the defense of rights to housing of workers who built their houses and their lives on the edge of railroads and BR 153. It aims to understand what were the motivations that resulted in the creation of this Movement, which actions were developed and which factors contributed to the disarticulation of its activities, within the time frame from 1996 to 2016. The organization This Social Movement emerged from the threat of eviction of families due to the possible return of trains and the construction of parallel roads in the urban crossing of BR 153. However, its roots are perceived throughout the process of occupation and struggle for space in the region, begun in 1908, by European immigrants. The economic transformations that occurred throughout the twentieth century, which resulted in a deficit housing, among others, in occupations in various areas of the city of Erechim, such as , roadway anes. The research was articulated around the concept of “moving borders”, with the railroad as the emblematic and paradoxical symbol of the region in the mobility of this border and as a fundamental issue in the struggle for space. The pursuit of progress, modernization and exclusion advanced at the same pace. The same railroad that excluded the “caboclos” from the contested border between Santa Catarina and Paraná at the advent of the twentieth century will exclude the railroad tracks from its shores at the beginning of the 21st century. The methodology used involves bibliographic research, documentary and oral history, through interviews with participants of the Urban Popular Movement, municipal managers, advisors and community leaders who coordinated the process of removal and resettlement of edge of railroads and edge of highway. The study also rescues the process of space occupation in the region of Erechim/RS and the housing policies implemented by the Union and the Municipality. Over the course of three chapters, it demonstrates how people's resistance and struggle for the space dispute promotes achievements that somehow improve their lives, just as the MPU has ensured through its action that families are not evicted and conquered new housing spaces in social subdivisions, thus effecting constitutional rights historically denied to the popular classes.

Keywords: Housing. Erechim. Social movements. Urban Popular Movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Casas na beira do trilhos - Erechim - 2012	47
Fotografia 2 - Fundação Casa Popular – Fachada original - 1952	80
Fotografia 3 - Ocupação em área do Aeroporto de Erechim – agosto de 2015.....	91
Fotografia 4 - Casas beira-trilhos construídas com reaproveitamento de material. Erechim – 2012.	102
Fotografia 5 - Novas Ocupações Beira-trilhos – Erechim 2018.....	109
Fotografia 6 - Primeiras famílias de beira-trilhos chegando na casa nova - Fev. 2011 – Loteamento Social Aeroporto	137
Fotografia 7 - Máquinas da Prefeitura demoliam as casas, assim que as famílias as desocupavam	138
Fotografia 8 - Entrega dos terrenos Loteamento Minha Casa Minha Vida 2011. Destaque aos cartazes dos órgãos governamentais envolvidos e a única mulher entre as autoridades é a representante do MPU.	140
Fotografia 9 – Casas do Loteamento Social Vida Nova – Bairro Copas Verdes - 2019	142
Fotografia 10 – Casas Loteamento Social Aeroporto 2011	148
Fotografia 11 - Sede da Associação do Loteamento Minha Casa Minha Vida com sinais de abandono.	156
Gráfico 1 - Urbanização de Erechim 1918-2010. Migração campo-cidade	41
Gráfico 2 - Setores da Economia de Erechim - 2019	44
Gráfico 3 - Evolução do PIB anual Per Capita - Erechim 1999-2016	44
Gráfico 4 - Evolução do IDH Erechim RS.....	45
Gráfico 5 - Renda familiar dos diferentes bairros de Erechim em salários mínimos - 1979	55
Gráfico 6 - BRASIL - Evolução do Déficit Habitacional Total (Número de Unidades) - 2007-2017	67
Gráfico 7 - Estimativa de origem dos lotes com domicílio em Erechim	78
Gráfico 8 - Terrenos sociais disponibilizados em Erechim 2007 – 2017 por faixa de renda do PMCMV.	84
Gráfico 9 - Lotes sociais por agente loteador – 1951-2019.....	86
Gráfico 10 - Série histórica - nº de lotes sociais disponibilizados - 1918 - 2019.....	90

Gráfico 11 - Número de loteamentos privados e sociais em Erechim por décadas - 1950 - 2019	92
Gráfico 12 - Nº de lotes aprovados por mandato de prefeitos - Erechim.....	130
Imagem 1 - Áreas públicas, devolutas, privadas e verdes ocupadas - Erechim 2016	48
Imagem 2 - Loteamento Rio Tigre – Proposição do Município – Execução iniciativa privada - Financiamento PMCMV	83
Imagem 3 – Lot. Social Minha Casa Minha Vida - 102 casas – Bairro Paiol Grande	140
Mapa 1- Localização da cidade de Erechim/RS - Local de atuação do MPU	14
Mapa 2 - Erechim - Faixas de Renda 2010	56
Mapa 3 - Loteamentos sociais de Erechim conforme natureza da proposição (Loteador) 1951 - 2017	88
Quadro 1 - Fluxograma das emancipações municipais da microrregião de Erechim, por décadas.....	43
Quadro 2 - Metodologia de cálculo do Déficit Habitacional – 2015	65
Quadro 3 - Loteamentos sociais aprovados em Erechim 2007 - 2017	82
Quadro 4 - Loteamentos com recursos municipais - Erechim - Década de 1990 ...	85
Quadro 5 - Casas conquistadas MPU - Projetos do Município - 2011-2016 - Faixa 1 - Renda até 2,5 salários mínimos	136

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 - Evolução do grau de urbanização no município de Erechim – RS</i>	41
Tabela 2 - Déficit habitacional e seus componentes – 2017.....	66
Tabela 3 - Loteamentos Financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).....	81

SUMÁRIO

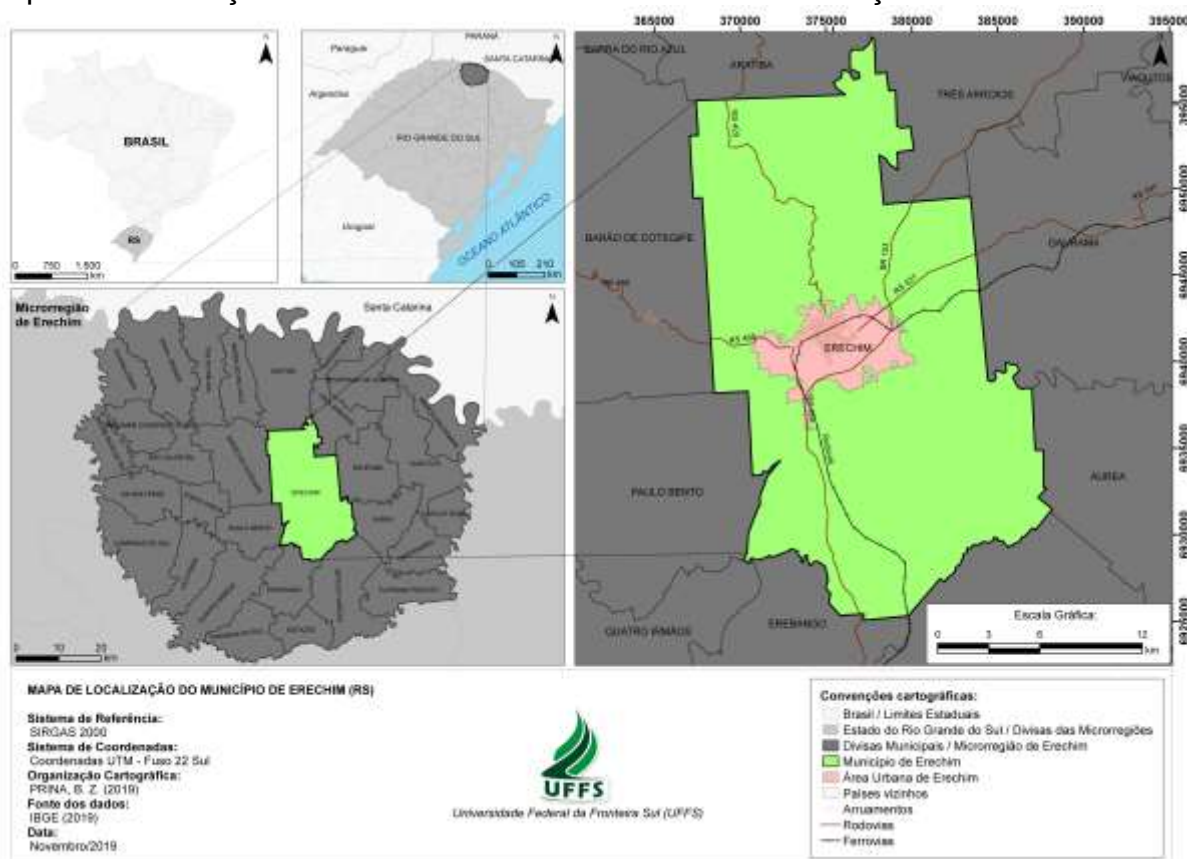
1 INTRODUÇÃO	14
2 OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E URBANIZAÇÃO DE ERECHIM.....	27
2.1 A URBANIZAÇÃO DE ERECHIM	33
2.2 NA CIDADE QUE CRESCE OS POBRES NÃO TÊM LUGAR.....	46
2.2.1 Nível de renda das famílias e ocupações.....	54
2.3 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO E DA SOCIEDADE DEIXARAM SUAS MARCAS	57
3 MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR TERRA E MORADIA NO BRASIL: DA REPRESSAO A CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	59
3.1 LUTAS POR TERRA NO BRASIL: PROGRESSO X EXPROPRIAÇÃO	60
3.1.1 Déficit habitacional no Brasil	64
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA HABITAÇÃO IMPLANTADAS NO BRASIL E EM ERECHIM / RS	69
3.2.1 O Banco Nacional da Habitação.....	69
3.2.2 Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)	73
3.2.3 Os primeiros Loteamentos Sociais de Erechim	78
3.2.4 Sem programas federais é a vez do Município e das cooperativas.....	85
4 O MOVIMENTO POPULAR URBANO – MPU.....	94
4.1 AS ESTRADAS DE FERRO E DE ASFALTO	96
4.2 AS CASAS À BEIRA DAS ESTRADAS	101
4.3 O FANTASMA DA VOLTA DO TREM.....	106
4.4 SEM CASA NÓS NÃO FICA NÃO!.....	114
4.5 DIFERENTES ATORES, OBJETIVOS COMUNS.....	120
4.6 O MOROSO PROCESSO DA SOLUÇÃO.....	129
4.7 REPERTÓRIO E AÇÕES PARA VIABILIZAR AS NOVAS CASAS.....	143
4.8 VAMOS PARA A CASA NOVA!	148

4.9 O QUE CONQUISTAMOS É NOSSO!	151
4.10 O MPU PERDE FORÇAS	154
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
SITES ELETRÔNICOS	170
FONTES	176

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais de luta por moradia e contra a expropriação cada vez mais estão presentes nas cidades brasileiras. Buscam superar a falta de habitação digna para milhares de famílias que se concentram nas periferias das cidades. Inicialmente eram exclusivos de grandes cidades e recentemente começaram a surgir também em cidades menores, como é caso de Erechim no norte do Rio Grande do Sul (Mapa 1), que teve o seu primeiro Movimento urbano organizado em 2007.

Mapa 1- Localização da cidade de Erechim/RS - Local de atuação do MPU



Fonte: IBGE (2019)

Porém são poucos os estudos sobre movimentos sociais e, os que existem, concentram-se nas grandes cidades, principalmente em capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Diante da importância que estes movimentos têm na luta por formulações de políticas públicas para habitação, visando à superação do crescente déficit habitacional, definiu-se como objeto de estudo o Movimento Popular Urbano

de Erechim/RS (MPU). Trata-se de um “movimento organizado, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, sem distinção de sexo, cor, religião e sigla partidária. Tem por objetivo lutar por moradia, saúde, educação, emprego e contra todas as injustiças que afetam a classe trabalhadora” (BENÁRIO, 2019).

Este movimento teve sua organização desencadeada por uma sentença judicial proferida a partir de processo movido pelo Ministério Público Federal contra a empresa concessionária da ferrovia que corta a cidade de Erechim, onde obrigava a mesma a retornar com o transporte de trens, sem operação, desde 1997. Desde que os trens pararam de circular, aumentaram as ocupações junto a faixa de domínio da ferrovia. A partir da sentença estas famílias beira-trilhos¹ foram notificadas para saírem imediatamente do local. Elas, que já viviam em moradias precárias, fruto da exclusão social, novamente se viam diante de mais uma exclusão, agora de suas próprias casas².

Do ponto de vista da história de longa duração (BRAUDEL, 2007), a ação do MPU se insere na mesma luta que acompanha alguns grupos sociais desta região desde os tempos primórdios. Há pelo menos 12 mil anos do tempo presente, homens e mulheres lutam pelo espaço e pela sobrevivência nesta região: povos caçadores e coletores, agricultores e recentemente urbanos, esforçaram-se para encontrar um lugar onde pudessem garantir seu sustento, abrigar-se das intempéries e de toda sorte de ataques.

O recorte temporal deste trabalho é bem recente na história deste tempo estimado de 12 mil anos da presença humana nesta região. Embora a abordagem faça incursões a partir do início do Século XX, a pesquisa concentra-se nas últimas duas décadas, período de formação e ação do MPU, em uma Erechim já urbanizada e industrializada.

¹ Neste trabalho entende-se por beira-trilhos e beira-BR os moradores ocupantes da faixa de domínio da ferrovia e da rodovia respectivamente, em condições precárias. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) eles estão incluídos entre as famílias com necessidades habitacionais no componente “habitação precária” e assim integram os índices brasileiros do déficit habitacional.

² Ao longo do texto a expressão “casa” refere-se ao significado simbólico que os beira-trilhos e beira-BR atribuem ao lugar onde moram. Envolve o espaço, a terra, a estrutura que sustenta o teto. Mas também envolve a vizinhança, o trabalho, o pátio em que os meninos brincam. No conceito atribuído por eles o valor da casa não está no tamanho e no material com que foi construída e sim do conjunto. A casa física, para alguns, tem o preço de um carro usado. Já a “casa” não tem preço, tem muito valor.

A atual cidade de Erechim começa a ser formada em 1908, a partir da criação da Colônia de mesmo nome. Nasce às margens da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, a qual, fazia parte do projeto de ampliação da fronteira do progresso e modernização, em implantação no Brasil e no RS naquele momento histórico. Os trens eram símbolos deste movimento de fronteira rumo ao interior.

De acordo com o Coletivo Usina (2015, p. 230), “no Brasil, as primeiras cidades nasceram no litoral e encostas do território durante o antigo sistema colonial, em decorrência da expansão colonialista portuguesa no território”. Mais tarde outras cidades se formam no interior do continente. Dentre as características desta urbanização destaca-se a segregação espacial das classes sociais, a partir do poder aquisitivo, separados muitas vezes por linhas reais ou simbólicas, como muros, ruas, córregos ou outras formas de acidentes geográficos. São frentes de encontros e desencontros de dois mundos: os que desfrutam e os que são excluídos do direito à cidade.

Os que ficam do lado de lá, por sua vez, buscam de alguma forma estabelecer-se nela. Como não dispõem de recursos financeiros para adquirir terrenos e neles construir suas moradias, restam apenas duas formas de acesso a estes bens: via políticas públicas de habitação ou ocupações irregulares de terras devolutas, públicas ou privadas. Fazem isto, de forma individual e também coletiva, organizados em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) de atuação nacional ou o Movimento Popular Urbano (MPU) de atuação local.

Ao longo deste trabalho busca-se compreender os conflitos que resultam desta segregação a partir do conceito de fronteira em movimento, o qual é discutido pelo Sociólogo Otávio Guilherme Velho, em sua obra *Capitalismo Autoritarismo e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento (1979)*. Este, se aproxima de autores como Frederick Jackson Turner dos Estados Unidos e de Sergio Buarque de Olanda no Brasil. A fronteira em movimento contrasta com a ideia de fronteira estática limitando domínios. Busca identificar a influência da fronteira sobre a formação da sociedade: seus valores, seus conflitos, assimilações, desenvolvimento econômico. Na fronteira se forja a democracia, nacionalidade, individualismo.. (VELHO, 1979, p. 16).

Diante deste contexto o trabalho busca dar conta do seguinte problema de pesquisa: Na história da luta pela moradia, na cidade de Erechim, entre os anos de 1996 a 2016, quais foram as motivações que resultaram na criação do Movimento Popular Urbano de Erechim (MPU), quais as ações desenvolvidas e quais os fatores que contribuíram para a desarticulação de suas atividades?

Nesse sentido o texto, tem como objetivo geral: Identificar na luta pela moradia quais foram as motivações que resultaram na criação do Movimento Popular Urbano de Erechim, quais as ações desenvolvidas e quais os fatores que contribuíram para a desarticulação de suas atividades. E como objetivos específicos:

- a) Descrever como se deu o processo de urbanização e ocupação do espaço em Erechim;
- b) Analisar a luta pela moradia no Brasil e as políticas públicas implantadas pelo governo Federal e Municipal;
- c) Identificar o processo de criação do MPU: organização, repertório, mobilização e ações reivindicativas e avaliar o impacto de sua atuação na luta pela moradia em Erechim e quais foram os motivos de sua desarticulação.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFFS, atendendo todos os requisitos para pesquisa com pessoas. A metodologia adotada reuniu técnicas quantitativas e qualitativas. Buscou quantificar os participantes do movimento, os loteamentos e o número de habitações construídas a partir da luta empreendida, a área ocupada por estes loteamentos, pessoas beneficiadas, déficit habitacional, dentre outros aspectos contemplados. Na pesquisa qualitativa procurou-se estudar as particularidades e experiências individuais das lideranças e dos militantes, durante a luta pela casa própria e depois de tê-la conquistado.

A pesquisa foi dividida em três etapas: estudo bibliográfico, investigação em documentos e realização de entrevistas. Na primeira etapa, foram consultadas diversas obras de autores que discutem movimentos sociais e habitação urbana. Dentre eles destacam-se: Maria da Glória Gohn, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Eder Sader, Lúcio Kowarick, Ivo Dickmann e Guilherme Boulos. Além disso foram consultados artigos acadêmicos, dissertações e teses publicados na internet. Na segunda etapa foram analisados diversos documentos (leis, decretos, portarias,

planos diretores, registros de loteamentos, arquivos de jornais, fotos, atas de reuniões, relatos de audiências, processos judiciais...).

Na terceira e última etapa foram realizadas entrevistas, seguindo a metodologia da História Oral Temática. As fontes orais foram usadas, conforme sugere Garrido (1993, p. 34), para fazer História, como documento histórico (MEIHY, 1994, p. 55). As entrevistas foram semiestruturadas, gravadas e transcritas. Os participantes foram divididos em quatro grupos: participantes do movimento que foram beneficiados com casa própria; lideranças do MPU que auxiliaram no processo de organização, assessorias e gestores municipais que estiveram envolvidos no processo durante o período de ação do movimento e assessores do movimento. O critério de seleção dos entrevistados foi pelo maior tempo e intensidade de envolvimento em relação a seus pares. Somente são identificados na pesquisa, com seus nomes verdadeiros, os participantes que exerciam cargos públicos, sendo que os demais receberam nomes fictícios, embora o projeto tenha sido aprovado possibilitando a identificação de todos.

Os referenciais teóricos da pesquisa envolvem categorias e conceitos discutidos pela teoria da história e pela teoria dos movimentos sociais. Em relação à produção historiográfica, o trabalho aproxima-se das novas teorias da história formuladas na Escola dos Annales, embora também se aproprie de outras escolas, como a inglesa da qual filia-se Thopson. Antes destas novas teorias, entendia-se História como o registro do passado, agora, na definição de Barros (2013, p. 137), “a História é o estudo do homem no tempo e no espaço”, ou seja, o registro encerra-se nele mesmo, já o estudo possibilita sua constante atualização. Supera-se a centralidade do fato histórico para uma história problema.

Desde então, de forma mais evidente estes temas se tornam recorrentes no trabalho de historiadores. Importante destacar que é graças a estes novos olhares da história que é possível produzir pesquisa de temáticas como esta proposta e encontrar guarida na teoria da história. Portanto, adota-se como referencial teórico-metodológico, as concepções da Nova História, de cunho marxista em sua ramificação denominada história social.

A história social, conforme Castro (2011, p. 41), surge com o movimento dos Annales, com Bloch e Febvre em oposição à história tradicional factualista e segue os pressupostos da Nova História. No Brasil vai surgir no campo da Sociologia, em

torno do ícone marxista Florestan Fernandes, nas pesquisas sobre o negro e a escravidão (p. 50). Os trabalhos produzidos concentram-se em três grandes áreas: história social da família, do Brasil Colonial, da escravidão e do trabalho (p. 53), sendo que a última abarca a temática proposta, quer seja no estudo dos processos de urbanização, na luta pela cidadania ou nos movimentos sindicais e operários.

A temática do trabalho foi estudada a partir da organização e luta dos trabalhadores por moradia, dentro do conceito marxista de luta de classes, porém, incorporando elementos para além dos aspectos econômicos. Procurou-se contemplar, ao longo do texto as diversas variáveis que interferem na configuração da sociedade, tendo a fronteira como *locus* privilegiado de embates sociais.

Sobre a Teoria dos Movimentos Sociais, não se adotará um paradigma específico, por considerar que nenhum deles consegue dar conta da realidade brasileira. Segundo Gohn (1997), dentre os paradigmas desenvolvidos até então, destacam-se pelo menos três deles: o Norte-Americano, o Europeu e o Latino-Americano. Sobre o primeiro, a autora discute as teorias da Ação coletiva, Mobilização de Recursos e Mobilização Política. O paradigma europeu, apresenta as formulações sobre os Novos Movimentos Sociais. Enquanto os estadunidenses discutiam a ação dos movimentos de luta clássicos – operários, sindicais... Já na Europa, surgem debates sobre os novos movimentos, como de gênero, LGBT, juventude, meio ambiente... Sobre a América Latina, Gohn identifica a necessidade de desenvolver teorias de análises próprias, dada a especificidade da realidade social, marcada por altos índices de exclusão e carência material. Os próprios movimentos surgem e atuam mobilizados por motivações diversas daquelas produzidas na Europa e nos EUA.

Em relação ao Brasil, Gohn revela que não se construiu uma teoria própria. Os pesquisadores mesclam formulações dos teóricos estadunidenses e europeus, adaptando-as à realidade do Brasil. A autora (GOHN, 1997, p. 251), a partir de suas pesquisas, formula uma conceituação teórica própria sobre movimentos sociais. Para ela:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações

desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum.

A partir deste conceito, ao considerar o MPU um movimento social, discorda-se de autores como Touraine, que defendem que “movimentos sociais seriam aqueles que atuam no interior de um tipo de sociedade, lutando pela direção de seu modelo de investimento, de conhecimento cultural” (WAREN, 2014, p. 19), pois, a ação do MPU não chega a tanto e neste caso não poderia ser considerado um movimento social.

Os conceitos discutidos por Tarrow (2009) como repertório, mediação e oportunidade política aparecem em diversos momentos na análise da ação do MPU. De acordo este autor, (1994, p. 23). Os movimentos são produzidos quando "demonstram a existência de aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes". Nesse sentido Gonh (1997, p. 98) esclarece que,

As pessoas constroem as ações coletivas por meio de repertórios conhecidos, de disputas, e pela criação de inovações ao redor de suas margens. Em suas bases há redes sociais e símbolos culturais por meio dos quais as relações sociais estão organizadas. Os quatro elementos: oportunidades políticas, repertórios, redes e marcos referenciais, são os materiais básicos pra a construção de um movimento social. As oportunidades políticas têm centralidade no processo. Mudanças nas oportunidades política criam novas ondas de movimentos sociais e são responsáveis por seus desdobramentos.

Portanto este trabalho estrutura-se a partir de conceitos de diversas teorias dos movimentos sociais.

A escolha do tema partiu do entendimento da importância de estudar a história dos oprimidos e não somente das grandes personagens ou acontecimentos. Há uma lacuna na historiografia regional, quando se refere aos grupos que viveram à margem da sociedade. O MPU é um movimento popular de curta duração, formado por pessoas que viviam na pobreza ou abaixo da linha de pobreza. Assim, escreve-se a história vista de baixo, como propõe Thompson, ao

[...] examinar a Cultura e a Sociedade não do ponto de vista do poder instituído, das instituições oficiais ou da literatura reconhecida, mas sim da perspectiva popular, marginal, incomum, não-oficial, das classes oprimidas – o que também o coloca como um dos pioneiros da chamada História Vista de Baixo (BARROS, 2003, p. 6).

Ou ainda, aqueles que antes eram apenas vistos como estatística e agora organizados como sujeito coletivo entram para a História (BARROS, 2017, p. 21). Desta forma, com o presente trabalho, busca-se inserir os sem-teto³ na historiografia oficial de Erechim. Investigar a ação organizada de pessoas que tiveram seus direitos negados e foram privados de acessar os meios materiais mínimos para a sua sobrevivência. Contribuir para sua luta e, no caso dos sem-teto, apresentar ao poder público, subsídios para formulação de políticas públicas habitacionais a partir das reais necessidades destes grupos sociais, pois, sabe-se que em Erechim milhares de pessoas ainda não conquistaram sua casa própria. Dados da Prefeitura de Erechim revelam que em 2011 o déficit habitacional era de 4.500⁴ famílias (ERECHIM, 2011), ou seja, há muitas lutas a serem empreendidas por aqui, assim como em todo o Brasil e o conhecimento histórico tem muito a contribuir.

De acordo com Barros (2013, p. 137), o historiador tem a missão de realizar o estudo do homem no tempo e no espaço. Nesse sentido, este trabalho é oportuno, pois, o município de Erechim vivencia a passagem do primeiro centenário de emancipação político-administrativa e 110 anos de criação da Colônia que leva o mesmo nome. Entender como se deu a ocupação do espaço urbano pelas camadas mais pobres da sociedade e qual foi o papel desempenhado por um movimento popular organizado, dado que são poucos os estudos realizados, ajuda na avaliação do tempo vivido e contribui para o planejamento do próximo período. Entende-se que é papel da Universidade pública e popular contribuir com o enfrentamento das mazelas sociais com os meios de que dispõe, este certamente é um deles.

Além de todas as motivações expostas acima, a escolha deste tema também tem relação com a minha trajetória de vida, que desde muito cedo esteve ligada à organização popular e recentemente, tive uma experiência no Legislativo municipal, como vereador e no Executivo como Secretário de Obras Públicas e Habitação.

³ O conceito de sem-teto usado neste trabalho é técnico mas também político. São pessoas que têm necessidades habitacionais, em situação de déficit (que exige construção de moradias) e inadequação (que implica reformas) conforme metodologia da adotada pela Fundação João Pinheiro (GENEVOIS, 2001), e que ao mesmo tempo se organizam e lutam por seus direitos que muitas vezes ultrapassam a questão habitacional;.

⁴ O Município realizou um cadastramento de famílias com a finalidade de incluí-las em programas habitacionais. Este número é superior ao estimado pelo IBGE, que era de 1.566 unidades habitacionais em 2010 ((NEUT; ZIMERMANN; TSUTSUMI; 2015, p. 81)

Também há um bom tempo venho observando e estudando como se deu o processo de ocupação do espaço em Erechim. Já na minha graduação em História – Licenciatura, investiguei o processo de formação de um significativo Bairro periférico da área urbana. Nesta caminhada pude perceber quão desafiadora é a questão da moradia popular na cidade capitalista, bem como o papel que os movimentos sociais desempenham para sua superação.

A temática da habitação é discutida em diversas áreas do conhecimento. Não por acaso, pois trata-se de tema fundamental tanto no exercício da cidadania, como no campo dos direitos básicos do ser humano. Toda pessoa tem direito de ter uma casa para morar, sem lugar que seja o seu lar. Este direito está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 25, sendo o Brasil signatário deste documento. Da mesma forma, nossa Constituição de 1988 garante esse direito em seu artigo 6º. No entanto, historicamente, o acesso à moradia é negado às classes populares e como consequência, a dignidade humana é inviabilizada.

Segundo Rodrigues (1989, p. 11), todos os seres humanos precisam de moradia, não sendo possível viver sem ocupar espaço. Desde a Pré-história, os seres humanos constroem estruturas que possam abrigá-los das intempéries que se apresentam. Ocorre que na cidade capitalista não há lugar para todos. Embora nossa Carta Magna preconize a função social da terra, é o direito sagrado da propriedade privada que impera. Os menos favorecidos economicamente são obrigados a viverem nas ruas, em ocupações precárias ou empurrados para áreas suburbanas e periurbanas, distantes dos serviços públicos e de seus locais de trabalho. A terra urbana serve muito mais ao mercado do que à necessidade de moradia das famílias pobres. Segundo Rolnik (2001, p. 39),

[...] é a partir de um certo momento da história que as cidades passam a se organizar em função do mercado, gerando um tipo de estrutura urbana que não só opera uma reorganização do seu espaço circulante, atraindo para as cidades grandes populações: [...] a organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes: de um lado os proprietários dos meios de produção, os ricos detentores do dinheiro e bens; de outro, os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos.

Para Boulos (2014, p. 53), ao longo da história, os trabalhadores “foram jogados em lugares com infraestrutura precária, sem água, eletricidade ou asfalto, e

sem qualquer serviço público, como saúde, creche ou escola etc.” Além da carência material há a segregação entre ricos e pobres, real ou simbólica (PSIDONIK, 2004, p. 109), intencionalmente produzida. Ora pelas elites econômicas e culturais, ora pelas próprias comunidades estabelecidas, como nos mostram Elias e Scotson no livro *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000, p. 19), onde relatam a relação entre comunidades de uma mesma faixa de renda em que uma delas discrimina a outra pelo simples fato de ter se estabelecido primeiro na região.

Diante da realidade que priva do direito à moradia, surgem nas grandes cidades os movimentos sociais, de forma mais intensa nos anos 1970. Segundo Gohn (1991, p. 33), isso se deve à precarização da vida dos trabalhadores e à repressão do regime político vigente que considera grande parte da sociedade como desocupados, fora da lei, que em vez de estarem trabalhando, atrapalham a ordem da cidade com suas manifestações. Até seus vizinhos da classe proletária que possuem casa própria não manifestam apoio espontâneo (MARICATO, 1987, p. 25). Mesmo assim eles se impõem e desafiam o Estado a criar políticas públicas que atendam as demandas de moradia por eles apresentadas. Este fenômeno se deu nas principais cidades do Brasil e mais recentemente em cidades menores.

Na cidade de Erechim, localizada no Norte do Rio Grande do Sul não foi diferente. O déficit habitacional se acentua a partir da década de 1960 com a migração de centenas de famílias do meio rural para a área urbana.

No início da ocupação planejada do espaço, na primeira década do século passado, onde hoje se localiza Erechim, os nativos e caboclos foram expulsos de suas terras. Tiveram que dar lugar à Colônia Erechim, destinada a abrigar colonos imigrantes europeus e seus descendentes, inicialmente italianos e depois de outras regiões da Europa (CASSOL, 1979). Em alguma medida, esta política de desentruar as terras ocupadas, posteriormente seria revista pelo governo positivista do RS, de forma que a Colônia Santa Rosa, em 1915, teve terras demarcadas também para os nacionais, conforme afirmara Carlos Torres Gonçalves (CASSOL, 2003, p. 235). Em 1939 o governo do Estado publicou Decreto nº 7677, regulamentando a venda de terras para os nacionais (CASSOL, 1979, p. 211).

Todo o processo de ocupação foi planejado pelo governo positivista do Estado do Rio Grande do Sul e coordenado por Carlos Torres Gonçalves, fiel seguidor do Positivismo - doutrina desenvolvida pelo francês Augusto Comte. Possivelmente,

seja, se não a única, uma das poucas colônias existentes no mundo, que foram planejadas a partir desta doutrina (Cassol, 2003). Segundo essa filosofia, “para estabelecer o sistema seria indispensável instaurar uma economia planejada que regulasse o desenvolvimento da nação como um todo” (BOSI, 1992, p. 274).

A colonização planejada, pelo menos no início, não incluiu em seus planos parte das pessoas, as quais foram consideradas “inferiores” e incapazes de levar adiante o propósito de desenvolvimento capitalista da região. “[...] os senhores do tempo decidiram que o ex-escravo não estava à altura de tão elevada missão (CASSOL, 2003, p. 18). Estes grupos sociais, preteridos do sistema, entraram no século XXI, sem terem acessado os bens mínimos para sua sobrevivência, como a casa própria, por exemplo. Desde então diversos fatores atuam como dificultadores na viabilização deste sonho: poder aquisitivo das famílias, especulação imobiliária, programas planejados a partir da ótica das construtoras e insuficientes para atender a totalidade dos necessitados.

A legislação beneficia o especulador e assim aumenta o custo da terra urbana. Esses elementos tornam-se evidentes se forem identificados os principais agentes envolvidos na circulação e produção de moradias: “[...] o incorporador, o consultor, as instituições de crédito imobiliário e os proprietários rentistas” (FUJITA et al., 2015, p. 43). Esses limitadores estiveram presentes nos programas habitacionais implantados no Brasil e nenhum deles foi capaz de enfrentá-los de forma eficiente para superá-los.

Para Boulos (2014, p. 37), somente dois programas habitacionais de nível nacional foram criados ao longo da história brasileira: Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ambos configurados a partir da lógica do mercado e não na perspectiva dos movimentos sociais, qual seja: erradicar a falta de moradia com inclusão digna de todos os trabalhadores. Para Bonduki (2015, p. 144) o “BNH beneficiou a construção civil que pôde contar com uma fonte de financiamento estável para a produção de unidades prontas, mas contribuiu pouco para enfrentar o problema que o órgão se propunha a resolver.”

Já o PMCMV, conforme Boulos (2014, p. 44), embora tenha apresentado significativos avanços, como subsídio para famílias de baixa renda, acabou também refém das construtoras e suas lógicas, que produziram construções de qualidade duvidosa e empurraram os trabalhadores para áreas suburbanas.

Assim, depois de realizadas as escolhas (temática, objetivos, teoria, metodologia, motivações, recorte temporal e espacial) passou-se para a sistematização das informações apuradas. Para tanto, o trabalho foi dividido em 3 capítulos, sendo que nos dois primeiros são discutidos os processos históricos e no último discute-se a ação do MPU.

O primeiro capítulo reconstitui a história da ocupação da região. Parte da chegada dos primeiros habitantes da região de que se tem conhecimento, há cerca de 12 mil anos do tempo presente. Com isso, busca-se romper com a tradição histórica que considera a chegada dos europeus como início de tudo, esquecendo que há milênios seres humanos construíam suas vidas neste espaço. Na sequência do capítulo, é discutida a implantação e desenvolvimento da Colônia Erechim, criada em 1908 - esta que talvez seja a única no mundo projetada a partir da filosofia positivista. São demonstradas as transformações vividas pelos colonos vindos das colônias velhas e da Europa, desde a agricultura rudimentar das primeiras décadas à industrialização e urbanização do fim do século. O conceito de *fronteiras em movimento* encadeia os temas e evidencia o processo que ao mesmo tempo incluía uns e excluía outros.

No segundo capítulo, resgata-se a história da luta do povo brasileiro por terra e moradia, considerando o caminho que é percorrido entre a repressão e conquista. Busca-se nos movimentos do passado as raízes dos movimentos atuais. As lutas de Palmares, Canudos e Contestado são visitadas, passando pelo surgimento dos movimentos do campo da segunda metade do século passado e da formação dos movimentos urbanos a partir da migração do povo da roça para a cidade. Como resultado das lutas destes movimentos são apresentados os diversos programas públicos de habitação promovidos pelos poderes públicos da União e do Município. Também apresenta a genealogia dos loteamentos sociais de Erechim, identificando localização, quantidade de lotes e ente loteador. As áreas ocupadas irregularmente também foram identificadas.

E por fim, é discutida a história do MPU. A narrativa é construída a partir dos depoimentos dos envolvidos na luta do Movimento Popular: trabalhadores sem-teto, assessorias e gestores municipais. Na elaboração do texto, de modo especial no último capítulo, buscou-se expressar também os elementos que apareceram somente nas entrelinhas dos documentos: nos discursos públicos, nas conversas

informais, nas expressões corporais e no tom de voz durante as entrevistas... Como resultado tem-se um texto mais leve, porém, em algum momento pode-se perceber a ausência de referência direta, dado que a informação foi compilada a partir de várias fontes.

Desta forma, são demonstradas os repertórios e as conquistas do Movimento, seu legado e a desarticulação do último período. Além disso, buscou-se neste capítulo cotejar o papel dos atores envolvidos no moroso processo de remoção das famílias para os novos loteamentos sociais.

E por fim, as Considerações Finais analisam os resultados da pesquisa a partir dos objetivos propostos e as possíveis contribuições do trabalho para a historiografia da região, para a luta dos movimentos sociais e para os gestores públicos. Apontam também alguns possíveis desdobramentos futuros da pesquisa.

2 OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E URBANIZAÇÃO DE ERECHIM

Da chegada dos primeiros seres humanos, até a urbanização da sede da Colônia Erechim, muitos séculos se passaram, conflitos e transformações ocorreram. A luta pela terra, o estabelecimento de uns e a exclusão de outros, os conflitos e assimilações culturais, os métodos de exploração da natureza nas diversas formas econômicas e a conseqüente alteração da paisagem, são alguns dos elementos que marcam esta trajetória, desde os caçadores coletores até a chegada dos europeus.

Estudos arqueológicos articulados com diversas disciplinas revelam que a região Sul do Brasil foi ocupada em toda sua extensão, bem antes da chegada dos europeus. A nossa Pré-história foi marcada pela presença de três levas humanas: a primeira, há cerca de 12 mil anos, formada por caçadores e coletores (NOELLI, 1999-2000, p. 227). A segunda leva começou a se formar há cerca de 2.500 anos, vinda da Amazônia e do Centro-Oeste, composta por ceramistas e agricultores, de matriz cultural Macro-Jê de onde descendem os caingangues e xoclengues que ocuparam por milênios esta região. Os povos de matriz cultural tupi-guarani compuseram a terceira leva de ocupação das terras da região na nossa pré-história. Aqui chamados de guaranis, chegaram a esta região há cerca de 2.000 anos antes do presente. Tudo indica, oriundos da bacia amazônica (LINO, 2015, p. 99).

Somente com a chegada dos europeus que o modo de vida das populações que aqui habitavam sofreu grandes transformações e se constituiu as bases da ocupação do espaço e da formação da cultura atual.

A colonização do Rio Grande do Sul tinha vários objetivos. Segundo Herédia (2001, p. 4),

O projeto de colonização objetivava fundamentalmente a ocupação das terras "virgens" ou "devolutas" e o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, criando classes sociais intermediárias entre o latifundiário e o escravo, além da substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre assalariada. Havia ainda, com a clara intenção de "branquear a raça", uma política assumida pela elite intelectual brasileira e pelos legisladores do Império garantindo que os imigrantes que viessem colonizar o Brasil fossem brancos.

A autora refere-se às primeiras colônias criadas, ainda no tempo do Império. Na região de Erechim este processo se dará, quase um século depois, no entanto os objetivos básicos permaneciam os mesmos. Embora desde a época das Bandeiras

estas terras já fossem conhecidas, no início do século XX a presença de europeus na região ainda se resumia a alguns destes bandeirantes que por aqui permaneceram. Segundo Neto (1981 p. 24),

A segunda leva de população residente nesta área provinha de bandeirantes, que penetravam no território através de um caminho no Rio Uruguai chamado de Passo do Goyo-En. Estes paulistas eram conhecidos como birivas, que ao cruzarem com os índios fizeram surgir uma nova etnia, os caboclos nômades. Além destes paulistas e caboclos, ainda povoavam esta região alguns foragidos da Guerra dos Farrapos e da Revolução Federalista de 1893/1894.

De fato, a região norte do RS era a última fronteira que os europeus ainda não tinham povoado no Estado. No início do século XX, praticamente todas as regiões do Rio Grande do Sul já estavam colonizadas. Havia poucas terras devolutas disponíveis para colonização. Torres Gonçalves, Diretor da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, argumentava que “as terras disponíveis nas Colônias Ijuí e Guarani eram insuficientes para a colonização” (GRITTI, 2004, p. 116). Neste período, povos de outras regiões da Europa já abundavam no RS: alemães, italianos, poloneses, dentre outros. De forma que as primeiras colônias como Caxias do Sul, já apresentavam sinais de saturação e já faltava terra para as novas gerações. Atento a isso, o Governo da Província buscava alternativas de viabilidade de terras agricultáveis.

Registre-se que o RS há um bom tempo era governado pelos positivistas, que chegaram ao poder com Júlio de Castilhos em 1891. Seu sucessor, após sua morte, foi Borges de Medeiros, que assim como Castilhos, para se manter no poder, teve que recorrer à luta armada contra seus inimigos políticos. Na concepção positivista, o Estado deve ser forte e organizar as forças sociais, de tal maneira que garanta a ordem e contribua com o progresso. A criação da Colônia Erechim foi planejada a partir desta lógica.

Destaca-se que no início do século XX, havia incentivos governamentais para atrair imigrantes. A partir da instauração da República, as terras devolutas estavam sob gestão dos estados (CASSOL, 1979, p. 14), e estes passam a organizar as novas colônias. Esta situação perdurará até a Revolução de 30, quando retorna a intervenção federal, diminuindo o protagonismo dos estados.

De acordo com Piran (2015, p. 57), a Colônia Erechim está entre as Colônias Novas planejadas oficialmente pelo Estado. Neste período são criadas as colônias de “Ijuhy (1890), Guarani das Missões (1890), Panambi (1899), Erechim (1908) e Santa Rosa (1915).” Dentre os objetivos, de acordo com Brum (1985), era “Manter intocável o latifúndio do Sul do RS; Aliviar tensões nas Colônias Velhas; com a demanda crescente por terras; Incorporar este território à produção capitalista, antes inexistente com indígenas e caboclos; Viabilizar uma classe média rural.” (PIRAN, 2015, p. 57)

O Governo do Estado desejava desenvolver na região a pequena agricultura com o objetivo de produzir alimentos para os centros urbanos em pequenas propriedades, pois, a maior parte da região do Estado já havia sido colonizada desde o início da chegada dos espanhóis e portugueses através de Grandes propriedades, na época criadoras de gado. O então presidente da província Carlos Barbosa, criou em 1908 a Colônia Erechim. Coube ao engenheiro Carlos Torres Gonçalves, enquanto Diretor de Terras e Colonização do RS, também seguidor da doutrina positivista, a tarefa de coordenar os estudos e posterior implantação da nova Colônia. Para Gritti (2004, p. 116), “Erechim constitui-se no primeiro exemplo no Rio Grande do Sul em que houve planejamento para a ocupação da terra”.

Em paralelo à organização da Colônia Erechim estava em curso a construção de uma estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, com seu traçado cortando as terras do Norte do RS. A ligação por estrada de ferro fazia parte do planejamento estatal, sendo uma estratégia de desenvolvimento econômico do Estado e da nova fronteira a ser avançada. Alguns anos após a criação dessa Colônia, Carlos Torres Gonçalves atribuía a prosperidade da nova Colônia, ao fato de ter contado com a existência de estrada de ferro desde o início da ocupação (CASSOL, 2003, p. 237).

Segundo Chiaparini (2015, p. 40), além da estrada de ferro, os planejadores consideraram diversos outros elementos:

A colonização, gestada através da doutrina positivista, teve cuidados especiais; entre eles: o levantamento dos cursos de água, o cuidado com os povos autóctones, aproveitamento dos mananciais hídricos, imigração espontânea, miscigenação racial, plano de ação geral e cuidado e conservação dos cemitérios.

A miscigenação racial referida pelo autor vai se dar através da condução de famílias pertencentes a diversas etnias. Diferente de outras colônias do RS, com concentração maior de determinadas etnias, como a alemã no Vale dos Sinos.

A Colônia Erechim, de acordo com Gritti (2004, p. 117), recebeu alemães, austríacos, russos, italianos, poloneses, portugueses, suecos, holandeses e japoneses. Na região de Quatros Irmãos, instalaram-se judeus vindos de diversas partes do mundo. Além destes, havia os índios, caboclos e negros que já habitavam nesta região ou vieram posteriormente, não como grupos organizados pelo estado, mas espontaneamente.

A nova Colônia teve sua demarcação iniciada em 1904, juntamente com o traçado da ferrovia (Cassol, 1979, p. 29). Inicialmente a sede da Colônia Erechim teve sua localização no atual distrito de Capo-Erê. Depois, onde atualmente se localiza o município de Getúlio Vargas e finalmente em Paiol Grande, atual Erechim.

Os lotes foram demarcados por Severiano de Almeida. Cada lote rural possuía uma área média de 25 hectares, sendo que o colono (proprietário de uma Colônia, unidade de medida de 250 mil m²) poderia adquirir mais 5 hectares (CASSOL, 1979, p.16). Trata-se de pequenos lotes, ainda mais, se comparados com as propriedades da região Sul que se formaram a partir das sesmarias. Assim, os positivistas levavam a cabo seu propósito de implantação de “um projeto de industrialização e de colonização policultural e familiar” (CHIAPARINI, 2012, P. 37) e, desta forma, ocupavam as áreas vazias do RS.

A Inspetoria de Terras, ou Comissão de Terras, foi a instituição pública que gerenciou o processo de assentamento das famílias que aqui chegavam. Também existiam companhias colonizadoras privadas, como Bertei, Sertaneja, Luce-Rosa e a Jewish Colonization Association – ICA (CASSOL, 1979, p. 28). Estes imigrantes vieram por migração interna de diversos lugares do Brasil e das Colônias Velhas e por imigração de outros países europeus, sendo que as migrações interiores, por muito tempo, foram as mais importantes (CASSOL, 1979, p. 129).

A partir de 1914, com a mudança na política de imigração por parte do governo federal e o início da Primeira Guerra Mundial, os europeus deixam de vir de forma coletiva para o Brasil. Mesmo assim, a Colônia continuou crescendo, graças aos fluxos de migração interna. Quando da emancipação do município em 1918, já eram 35 mil pessoas aqui instaladas.

A partir do momento do assentamento destas famílias, a fronteira de colonização movimenta-se rumo ao norte do RS. Enquanto inclui os recém-chegados exclui aqueles que por aqui viviam desde muito tempo. Conforme Xavier, a fronteira de inclusão e exclusão fez parte do processo de disputa de território entre colonos e indígenas (XAVIER, 2001 apud GOLIN, 2009, p. 110) :

A primeira, além de representar uma fronteira geográfica, acentuadas diferenças étnicas, culturais e econômicas, com pouca ou nenhuma permeabilidade entre os lados, ocasionando a segregação geralmente do grupo nativo. A segunda aponta esta absorção étnica, cultural e econômica da sociedade envolvida pelos valores da sociedade intrusiva, a qual dissemina seus preceitos religiosos, culturais econômicos, marcadamente através do ecletismo religioso e pela miscigenação.

Nesta “fronteira” ocorre o encontro de dois mundos distintos: de um lado índios e caboclos sendo excluídos, e de outro europeus sendo incluídos. Este encontro de fronteira iniciou de forma efetiva no Rio Grande do Sul, em 1824, com a chegada de levas de imigrantes alemães. Havia dentre os motivos da colonização, a intenção de branquear a raça, amparada em uma “legislação etnocêntrica (que) excluía do patamar de *imigrante/colono*, os negros, orientais e os próprios indígenas” (BRINGMANN, 2019, p. 111). Em períodos anteriores algo semelhante já havia ocorrido na região, quando da chegada dos guaranis, que entraram em choque com os caingangues. No entanto as consequências negativas foram muito mais amenas.

Nesta nova fronteira de exclusão, muito embora houvesse trocas interdependentes, elas se deram de forma desigual, pois, a força do Estado protegia e atuava em defesa de um dos lados: o dos colonos europeus. Isso não quer dizer que os mesmos não tenham enfrentado muitos desafios nas primeiras décadas da ocupação. Pois também estes eram pequenos agricultores em seus lugares de origem, em sua maioria sem-terra e sem perspectiva de futuro. Por isso migraram e enfrentaram o desconhecido. Muitos deles abandonados à própria sorte em suas colônias.

Entretanto, com o apoio do governo e vencidas as dificuldades iniciais os colonos conseguiram se desenvolver economicamente e constituir *locus* de preservação de valores culturais. Ao contrário, os caboclos, negros e nativos em vez de serem incluídos no projeto de povoamento, foram deserdados de suas terras que

há décadas ocupavam, sem direito de também receberem um lote de 25 hectares devidamente legalizado e ao mesmo tempo terem sua cultura respeitada.

A Lei de Terras de 1850, na prática, vedava em seu artigo primeiro, a possibilidade dos milhares de posseiros brasileiros regularizarem suas terras, pois os mesmos praticavam agricultura de subsistência sem acúmulo financeiro. Além disso, analfabetos e sem assessoria jurídica, não dispunham de condições para acessar a burocracia estatal e assim registrar suas áreas.

Da chegada dos portugueses até a promulgação da Lei de Terras, milhões de hectares foram distribuídos de forma gratuita, inicialmente pelas capitânicas hereditárias, depois pelas sesmarias e as grilagens. Desta forma, nasceram os grandes latifúndios que ainda persistem no Brasil. Com a iminência da libertação dos escravos negros, o Império tratou de alterar a lei e assim condenar os cativos a viverem sem-terra, obrigando-os a continuarem trabalhando para seus ex senhores ou mendigar pelas ruas das cidades. No caso dos caboclos, embora vivessem em condições de extrema pobreza, não eram cativos, mas não tiveram melhor sorte.

Segundo Maestri (2006, p. 9), por muitos anos a historiografia rio-grandense sustentou a tese de que no RS a escravidão foi branda, e que praticamente não existiu, que a região era “produto quase exclusivo do trabalho livre”. Em sua obra *O Escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho Resistência e Sociedade*, Maestri (2006) aponta que a escravidão, aqui, foi tão cruel quanto no restante do país. O número de quilombos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina revela a resistência dos negros através da fuga. Houve também várias insurreições, principalmente nos últimos anos do regime escravocrata, como o caso dos escravos das charqueadas, que se revoltaram e conseguiram sua liberdade parcial (MAESTRI, 2006, p. 172).

Dessa forma, o “triângulo racial” formado por negros, brancos e índios que constituem o povo brasileiro, também se encontrou nas fronteiras desta região. Ocorre, como bem lembra Damata (2000, p.46) que este encontro não se deu de “modo espontâneo, como se fosse um carnaval social e biológico”. Ao contrário, se deu de forma discriminatória e hierarquizada, gerando uma profunda injustiça social. Este modo é ocultado pelo mito da democracia racial exemplificado pela mistura das raças.

Mas que na prática os brancos vindos do além mar historicamente viam negros, índios e caboclos com obstáculos, principalmente os índios, que reagiram,

em muitos casos com violência, atacando os colonos que se estabeleciam em suas terras tradicionais (BRIGMANN, 2009, p. 115).

2.1 A URBANIZAÇÃO DE ERECHIM

Uma vez consolidada a ocupação das terras pelo elemento europeu e a região integrada ao restante do país, as primeiras décadas da Colônia Erechim foram de crescimento econômico com predomínio absoluto da agricultura. No entanto, a partir dos anos 50 do século passado, Erechim viveu um processo rápido de urbanização. Vários elementos contribuíram para este fenômeno, dentre eles: a política de modernização do país promovida pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o fracionamento excessivo da terra, a revolução verde na agricultura e a industrialização na cidade, “faces da mesma moeda: uma agindo como força repulsiva, e outra como força atrativa” (PSIDONIK, 2014, p. 40).

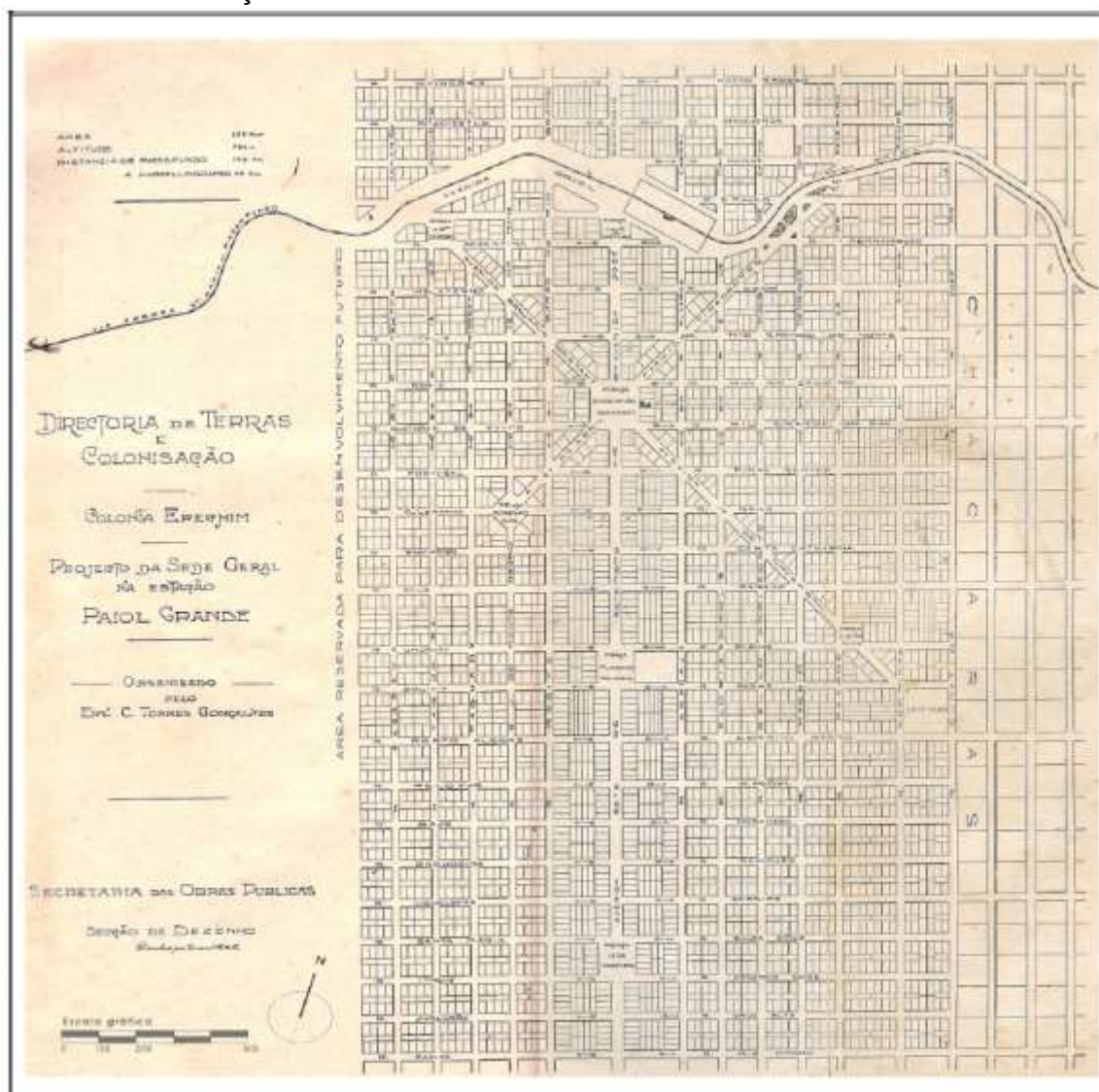
Kalil et al (1998, p. 40), ao apontar as raízes da questão urbana no Brasil, afirmam que a crise do modelo agroexportador contribuiu para a urbanização acelerada:

A crise do modelo agroexportador da organização econômico-social, a partir da década de 1930, deu lugar a profundos processo de transformação na economia e na sociedade brasileira: a industrialização, a criação do mercado interno, a modernização, o desenvolvimento de grupos e classes baseadas em interesses urbanos, o papel dos mesmos nos rumos da atividade política, as migrações e a urbanização acelerada.

Nesse mesmo sentido Lefebve (2001, p .21) aponta que aparentemente este processo se deu de forma natural, no entanto o que se viu foram grandes investimentos das classes dirigentes nas atividades econômicas, na cultura e na ideologia. No Brasil, foi de forma mais contundente, a partir da Segunda Guerra Mundial, momento em que todos os esforços são direcionados para o desenvolvimento da indústria nacional, orientado pela substituição de importações (MANTEGA, 1984, p. 82) Segundo Fünfgelt (2004, p. 17), Erechim manifesta intencionalidade de urbanizar-se desde a sua projeção. A planta original previa lotes para aproximadamente 15 mil pessoas, sendo o traçado e a localização cuidadosamente projetados. No entanto, pelas circunstâncias que se apresentaram, os pobres tiveram muitas dificuldades em encontrar seu lugar na Erechim positivista.

O traçado urbano, planejado pelo engenheiro Carlos Torres Gonçalves (Figura 1), Diretor de Terras e Colonização do RS, teve inspiração nas cidades de Belo Horizonte, em Minas Gerais e Buenos Aires na Argentina (CASSOL, 1979, p. 134). O sistema viário é “quadriculado em xadrez, similar às obras de Hipódamos de Mileto (séc. 5 a.C.) com acréscimo de avenidas diagonais e a inclusão de um eixo monumental. A Avenida Principal, composta por dois segmentos, foi traçada pela orientação dos pontos cardeais e magnéticos (Norte Sul) tornando o centro acessível” (ZANIN, 2002, p. 33). Os lotes urbanos originais, segundo Cassol (1991), tinham 1.250 m², área que viabilizava a prática de horta urbana, bem como o cultivo de pomares.

Figura 1- Projeto da área urbana de Paiol Grande, depois Erechim. Projetado por Carlos Torres Gonçalves em 1914



Fonte: Arquivo Histórico Municipal (2019)

A origem da urbanização da Região remonta ao ano de 1910. O primeiro núcleo urbano, segundo Cassol (1979, p. 28), se formou a 5,5 Km da Estação Erechim, na atual cidade de Getúlio Vargas. Os primeiros 36 colonos chegaram em 1910. Em dois anos já seriam 7.500. Estes números demonstram que havia uma estratégia de ocupação rápida das terras da região.

Para viabilizar-se economicamente e garantir o sustento das famílias, os colonos passaram a desenvolver diversas atividades econômicas, desde o extrativismo, passando pela agricultura e iniciando a industrialização de alguns produtos, embora a atividade agrícola fosse a ocupação da maioria absoluta das famílias. Porém, mesmo incipiente, a indústria da Colônia, segundo a agência local do IBGE, em 1914, já exportava diversos produtos, assim distribuídos: madeira 35%, erva mate 18%, milho 14%, banha 8% e feijão 7%.(CASSOL, 1979, p. 30). De acordo com Piran (2001, p. 33) os agricultores estavam subordinados ao mercado e seus produtos eram transformados, seja nas serrarias, moinhos ou frigoríficos.

Registre-se, desde os primeiros anos, que a produção era organizada para o mercado, pois os colonos necessitavam produzir e comercializar excedentes para custear suas famílias e efetuar o pagamento de suas terras (Zanella, 2004, p. 30). Este excedente servirá de matéria-prima para a incipiente atividade industrial que se organizava em pequenas cooperativas. Muitas delas, para Tedesco (1999, p. 136),

[...] transformaram-se em grandes agroindústrias, diversificando e mobilizando capitais para investimentos, incorporando inúmeros agricultores, vinculando-se pela intermediação, estocagem, industrialização e comercialização de seus produtos e quotas-capital.

Estas atividades se ampliaram e, rapidamente, o volume de excedentes aumentou nos anos seguintes. No entanto, esta ampliação foi prejudicada com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando a Bélgica foi invadida pelas forças alemãs e a manutenção dos trilhos foi abandonada, pois a viação férrea pertencia a uma companhia belga. De acordo com Romeu Paiva, citado por Cassol (1979, p. 31) os produtos apodreciam ao longo da via férrea.

Apesar dos imprevistos, a Colônia teve rápido crescimento. Chiaparini (2012, p. 48), cita expressões como “Colônia muito próspera” ou o “crescimento populacional da Colônia era espantoso”. A ação das companhias privadas de

colonização contribuiu com a introdução de grandes contingentes de colonos. A extração de madeira a coleta de erva mate garantiam lucro imediato, pois existiam em abundância.

A movimentação econômica gerou, de alguma forma, uma certa “acumulação primitiva”, para que se formassem diversos estabelecimentos comerciais. Dados de 1938 (CHPARINI, 2012, p. 85), mostram que a sede da Colônia possuía naquele ano:

6 Açougues, 14 Hotéis, 2 Cafés, 2 Frigoríficos, 3 Beneficiadoras de madeiras, 2 Selarias. 2 Fábricas de Móveis, 4 Casas de saúde, 4 Oficinas mecânicas, 6 Alfaiatarias, 4 Ourivesarias, 1 Cinema, 6 Colégios, 4 moinhos, 2 Engenhos de erva-mate, 3 Cooperativas de vinho, 10 barbearias, 1 Fábrica de espingardas, 3 Fábricas de bebidas, 4 Farmácias, 2 Tipografias, 1 Fábrica de fogões, 2 Livrarias, 1 Fábrica de facas.

Estes estabelecimentos comerciais, muitos deles instalados nos novos prédios em alvenaria, que substituíram os antigos de madeira, destruídos com os incêndios do início da década de 1930, transformam o aspecto urbanístico da avenida José Bonifácio, atual Av. Maurício Cardoso. Nesta década, a administração das terras devolutas, foi repassada ao Município. Este, deu um novo rumo à ocupação das terras urbanas. Neste momento, o traçado original começa a ser desconfigurado, com novos loteamentos planejados, sem respeitar a proposta de Torres Gonçalves (CHIAPARINE, 2012, p. 86). Embora o Decreto 8.053, de 23 de dezembro de 1939, ato legal de transferência, definia que a municipalidade deveria manter o projeto original e qualquer modificação deveria ser submetida ao Estado (PAULI, 1993, p. 18).

Conforme os novos grupos étnicos se estabeleciam na zona rural, novas estradas eram abertas. A mão de obra era dos próprios colonos com ajuda e coordenação dos funcionários da Companhia de Terras.

Erechim teve vários ciclos econômicos, alguns deles semelhantes aos ocorridos no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. O extrativismo de erva-mate é um exemplo disso. Da mesma forma, a extração da madeira, retirada da Mata Atlântica, sendo a araucária uma das mais abundantes. Com a crise no transporte ferroviário, em decorrência da I Guerra, uma das poucas alternativas para o escoamento da produção de madeiras era as gigantescas balsas, montadas sobre

as águas do rio Uruguai, que seguiam até a cidade de São Tomé, na Argentina. De lá, eram exportadas para as luxuosas construções europeias (BELLANI, 191, p. 179).

Depois da madeira, foi a vez da formação da agroindústria de banha e processamento de carnes, também comum na região da Fronteira Sul, inicialmente com a industrialização da banha de forma artesanal, realizada na casa do próprio colono. Mas não demorou muito para que surgissem os primeiros frigoríficos, sendo que dois deles, embora tenham trocado de proprietários e de nomes, estão em funcionamento até os dias atuais: Frigorífico Boavistense e Erechim, ambos atualmente pertencentes ao Grupo Aurora Alimentos. Em 1934, Erechim exportava 709.302 caixas de banha (CHIAPARINI, 2012, p. 136).

A primeira cooperativa foi uma vinícola, o que demonstra a relação da região com os colonos vindos das colônias velhas conhecidas pela produção de vinho (MONTEIRO, 1978, p. 19). Em seguida surgiram as cooperativas da banha, estas se fortaleceram e se organizaram em cadeias de diversos produtos, como vinho e produção de grãos. Dentre as diversas que existiram destaca-se a Cooperativa Tritícola Erechim LTDA (Cotrel), fundada em 1957 (MONTEIRO, 1978, p. 20). Foi organizada em torno da produção de trigo e contribuiu para a melhoria da comercialização, compra de insumos, acesso a créditos e novas tecnologias. Com isso os agricultores melhoravam seus rendimentos agregando valor e produtividade.

No entanto, de acordo com Monteiro (1979), esta cooperativa serviu essencialmente para consolidar o domínio da burguesia rural e mercantil na região. Os pequenos camponeses, embora compusessem a maioria do quadro social, não conseguiam impor seus interesses. A estrutura cooperativa que deveria servir de ferramenta de sustentação destes agricultores, estava na verdade a serviço dos grandes proprietários que ao longo das décadas se revezavam no poder. Depois de anos falsificando balanços e ludibriando as assembleias a instituição restou inviabilizada. Atualmente todos os seus segmentos ou foram vendidos ou estão locados. As dívidas ultrapassam os ativos.

De acordo com Piran (2001, p. 34), a agricultura da região teve duas fases: tradicional e moderna. A transição se deu no pós Segunda Guerra Mundial. Para ZANELLA (2004, p. 30) a primeira fase foi marcada pelo,

[...] uso intensivo dos recursos naturais: fertilidade natural do solo e mão-de-obra direta, familiar. Os agricultores familiares produziam na propriedade

quase tudo de que necessitavam para sua sobrevivência, como alimentos, instrumentos de trabalho etc., buscando complementação nos estabelecimentos da comunidade próxima - Ferrarias, Olarias, sapatarias, etc. - , ou no comércio Urbano.

As técnicas empregadas mesclavam práticas trazidas da Europa e as aprendidas junto aos índios, como a coivara. A mesma consistia em derrubada da floresta, queima da vegetação seca e posterior plantio. Nos anos seguintes arava-se a terra com tração animal, técnicas conhecidas pelos colonos desde a Europa. A comercialização se dava com os comerciantes locais. Havia uma indústria doméstica e artesanatos. As famílias produziam uma variedade de itens, preservando sementes e matrizes, as quais eram trocadas entre a própria vizinhança, que garantia uma “autonomia relativa dos agricultores na relação com o setor urbano-industrial” (CHIAPARINI, 2012, p.142).

Aos poucos os colonos ampliam a produção, priorizando alguns produtos como milho e trigo. Festas dedicadas a estes cultivares de nível estadual e nacional foram realizadas com grande pompa nos anos 40 e 50 do século passado. Erechim chegou a ser a capital brasileira do trigo nos anos 50. Esta produção se realizava sem máquinas de preparo do solo e colhedoras. Estas só viriam nos anos seguintes, com a modernização da agricultura.

A reconfiguração das forças econômicas mundiais a partir da Segunda Guerra, na metade do Século XX, deu uma nova dinâmica na forma de praticar a agricultura, agora sob o domínio estadunidense, principalmente na América Latina, de modo especial no Brasil. Uma série de tecnologias aperfeiçoadas ou até mesmo desenvolvidas em conflitos bélicos chegaram até as lavouras dos agricultores da região Alto Uruguai, nos anos 60. O país vivia o auge da repressão militar, e esta, aliada dos Estados Unidos, funcionava como correia de transmissão de sua política externa.

A chamada Revolução Verde foi “uma iniciativa de empresas norte-americanas que propagavam a modernização da agricultura mundial” (TEDESCO; SEMINOTTI; ROCHA, 2018, p. 7). Consistiu em um pacote abrangente de cooptação e submissão dos agricultores caracterizado pelo crédito facilitado, máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes híbridas e assessoria técnica. (ALVES, 2013, p. 4), demonstra que “Dentro de uma perspectiva analítica, a revolução verde foi um produto das políticas de disseminação

tecnológica patrocinada por instituições privadas norte-americanas com intuito de criar e desenvolver novos mercados para produtos tecnológicos agrícolas.”

A revolução verde conjugada com a industrialização apresenta como saldo na região, uma profunda transformação na configuração da ocupação do espaço das atividades econômicas e nas formas de exclusão. O êxodo rural não foi consequência natural do processo de modernização da agricultura. A modernização da agricultura exigia que as terras de alguma forma deveriam se concentrar nas mãos de uma pequena elite rural especializada. Além disso, de acordo com Lefebvre (2001, p. 17), “as antigas estruturas agrárias se dissolvem; camponeses sem posses ou arruinados afluem para as cidade a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência. Ora, esses camponeses vêm de explorações destinadas a desaparecer pelo jogo dos preços mundiais”. Na região a dissolução das antigas estruturas se deram conforme Monteiro (1978, p. 56), por “pressão demográfica, parcelamento de propriedades, esgotamento dos solos, descapitalização...”

Neste mesmo sentido, Piran (2001, p. 33-34), constata a intensificação deste fenômeno na Região Alto Uruguai a partir da Segunda Guerra Mundial. Para o autor,

No Pós-guerra, acelera-se a crise da agricultura tradicional, provocada especialmente pelo esgotamento da fertilidade natural dos solos. Também pela minifundização das propriedades rurais, pelos baixos preços dos produtos agrícolas e pelos elevados custos das novas tecnologias. Por força disso, na década de 50 e início dos anos 60, desencadeia-se intensa migração do Alto Uruguai Gaúcho rumo ao Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná (fronteira agrícola próxima).

Monteiro (1978, p. 53-54), demonstra que a integração da região à Porto Alegre e ao restante do país por rodovias asfaltadas, rompe o limite lento da comunicação ferroviária e permite que novas empresas se estabeleçam no Município, acelerando assim a penetração do capitalismo e por consequência alterando e desintegrando a economia simples de mercado.

O conjunto dos elementos acima expostos, irá provocar a expulsão de grandes contingentes de mão de obra, que antes da mecanização da terra, se fazia necessária para dar conta do manejo das áreas, quer fossem como pequenos proprietários, agregados, meeiros ou diaristas. Todos estes sobraram neste processo excludente vivido pelo campo.

Enquanto isso, a industrialização na zona urbana cresce e atrai braços fortes para as cidades médias e grandes metrópoles. Neste mesmo período, como se verá no próximo capítulo, o governo federal cria o Banco Nacional de Habitação BNH), para viabilizar moradias urbanas às famílias que chegam nas cidades em grande volume. Parte delas, sem outra alternativa, constrói seus barracos em terrenos ocupados, de terras devolutas ou públicas, como beira de rodovias e ferrovias.

No município de Erechim, a indústria esteve presente desde os primeiros anos da chegada dos imigrantes. Segundo Chaparini (2012, p. 153) já nos anos 30, os silvos dos apitos das fábricas acordavam os moradores da cidade. Porém os documentos mostram que será no final dos anos 1950 que os prefeitos intensificarão ações para promoverem, através de incentivos, a instalação de novas empresas.

Uma das formas foi a isenção de impostos àquelas empresas que se instalassem no território erexinense. Iniciou com o prefeito José Mandelli Filho em 1952, Carlos I. Pieta em 1958, José Mandeli Filho, novamente em 1963, Irany Jaime Farina em 1971, Aristides A. Zambonato em 1973 e Eloi Zanella em 1978. Estas ações culminaram na criação de um Distrito Industrial no final da década de 1970, pelo então prefeito Eloi Zanella, que assina a Lei nº 1659 de 30 de abril de 1978 (PSIDONIK, 2004, p. 48). Nos anos seguintes foram criadas leis de incentivo para novas empresas, inclusive ampliando benefícios para os interessados.

O conjunto dessas medidas fez com que a urbanização fosse se dando aos poucos, como na maior parte do Brasil. Somente na década de 1960 o percentual de população passa a ser maior na zona urbana. Maricato (1987, p. 22), afirma que o movimento migratório do campo para a cidade transformou um país rural em urbano, e isso trouxe inúmeras consequências sociais.

Na década de 1960, conforme Tabela 1, a população urbana supera a rural (ZANELLA, 2004, p. 29). Houve um processo rápido de urbanização, embora este percentual fosse potencializado pelas emancipações de novos municípios essencialmente rurais.

Segundo estimativa do IBGE (2019) para o ano de 2019, em um século o município chegou a 105.862 habitantes. No entanto, se for considerada a Região Alto Uruguai, que abrange o território original da Colônia Erechim, formado por 30 municípios chega-se a 224.124 habitantes

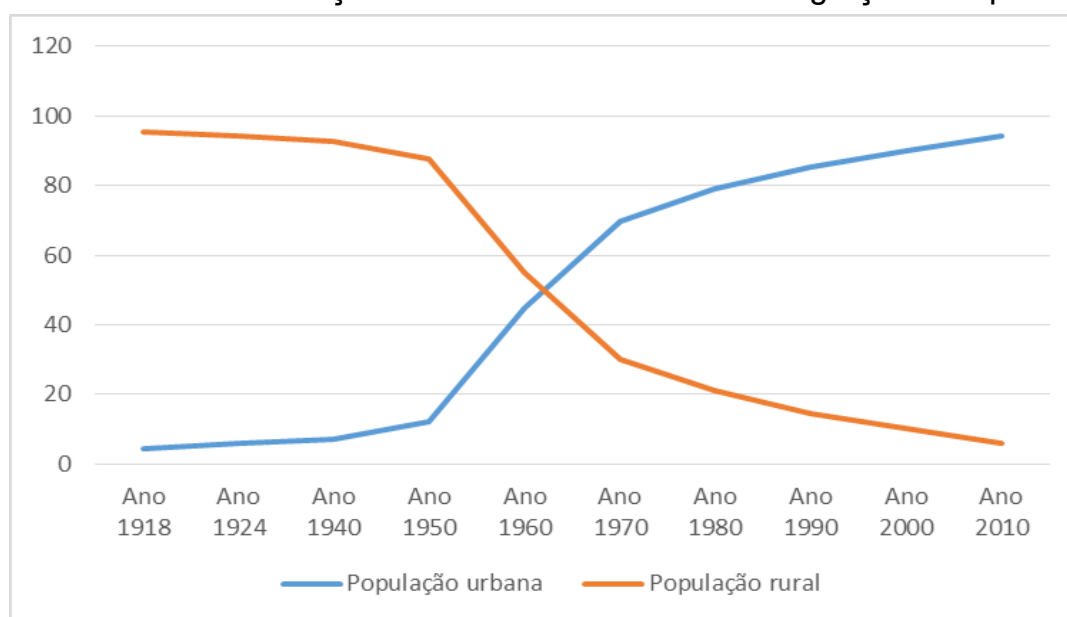
Tabela 1 - Evolução do grau de urbanização no município de Erechim – RS

Anos	Total da População	População Urbana	População Rural	Urbana %	Rural %
1918	38.526	1.700	36.826	4,4	95,5
1924	47.364	2.750	44.640	5,8	94,1
1940	107.035	7.511	99.524	7,0	92,9
1950	119.529	14.663	104.866	12,2	87,7
1960	65.972	29.590	36.382	44,8	55,1
1970	48.677	33.934	14.743	69,7	30,2
1980	61.114	48.224	12.890	78,9	21,1
1990	70.313	60.023	10.290	85,36	14,63
2000	87.351	78.621	8.730	90,0	10,0
2010	96.087	90.570	5.535	94,25	5,75

Fonte: Elaborada pelo autor baseado em IBGE; ZANELLA, 2004, p. 29

No gráfico 1, tem-se uma figura geométrica interessante. É possível observar que a evolução dos percentuais de população campo-cidade se deu em um ritmo contínuo. Até a década de 1950 houve uma leve alteração, mas se manteve praticamente estável. Depois disso, teve uma rápida aceleração até a década de 1970. E desde então, embora em ritmo mais lento, continua se urbanizando. No entanto tende a estabilizar-se, pois considerando o ritmo de migração revelado pelo Censo de 2010, possivelmente o percentual atual de pessoas morando no campo é menor que 5%.

Gráfico 1 - Urbanização de Erechim 1918-2010. Migração campo-cidade



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em IBGE; ZANELLA, 2004, p. 29

Em 1918, quando da emancipação, a Colônia Erechim possuía somente 4,4% da população morando na zona urbana. Já no final dos anos 1970, a população urbana ultrapassa a população rural (Gráfico 1). Este índice de urbanização não se deve somente à migração de agricultores para a cidade. A emancipação de 13 municípios essencialmente rurais entre 1930 e 1965, fez com que a população urbana relativa do conjunto dos novos municípios diminuísse e de Erechim aumentasse.

Erechim, além de ser o maior município, tem o maior índice de pessoas morando na Zona Urbana, 94,25% segundo Censo de 2010, seguido por Getúlio Vargas, com 86,81%. Dos demais, apenas 5 deles possuem maioria da população morando na cidade. Isso revela que a região, como o Brasil, não é tão urbana assim, como demonstra Veiga (2004, p. 28).

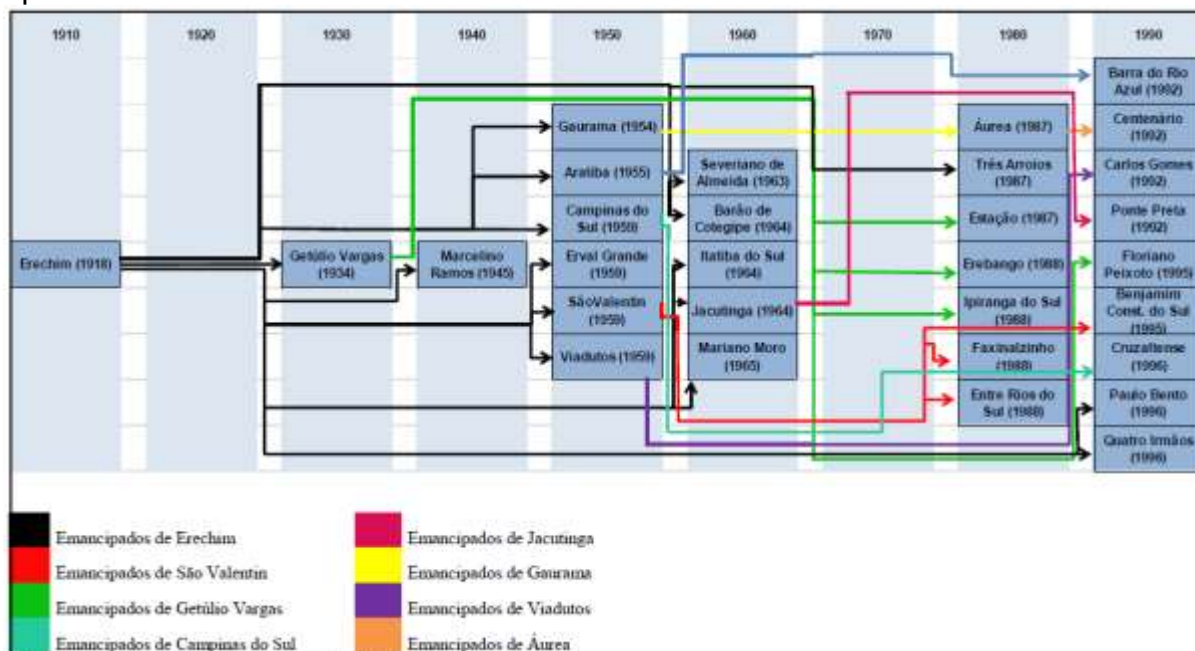
O autor chama atenção que no Brasil “Toda sede de município é cidade, e pronto. Mesmo que só tenha 4 casas, nas quais residem 3 famílias de agricultores e uma de madeireiro (caso de União da Serra).” Nesse sentido o conceito de cidade difere-se de outros países que entendem cidades como grandes concentrações de pessoas.

Destaca-se que nas décadas de 1980-1990 mais três municípios se emanciparam, todos eles também essencialmente rurais. Conforme pode ser visto na Quadro 1, os demais municípios não se emanciparam de Erechim e sim de outros que originalmente pertenceram a este município.

De acordo com Kosenieski (2016, 83) “Erechim é responsável por 58,59%³⁴ da população urbana de toda a microrregião, o que indica uma significativa importância do rural nas demais dinâmicas municipais”.

A migração deste contingente populacional garantia o exército de reserva para a indústria em formação. Com estas e outras ações, o município demonstra a intencionalidade em promover a industrialização e logra êxito, já que o número de empresas cresce significativamente nos anos posteriores. Assim, na virada do século, foi necessário ampliar a área do distrito, pois a existente estava completamente tomada por empresas.

Quadro 1 - Fluxograma das emancipações municipais da microrregião de Erechim, por décadas.



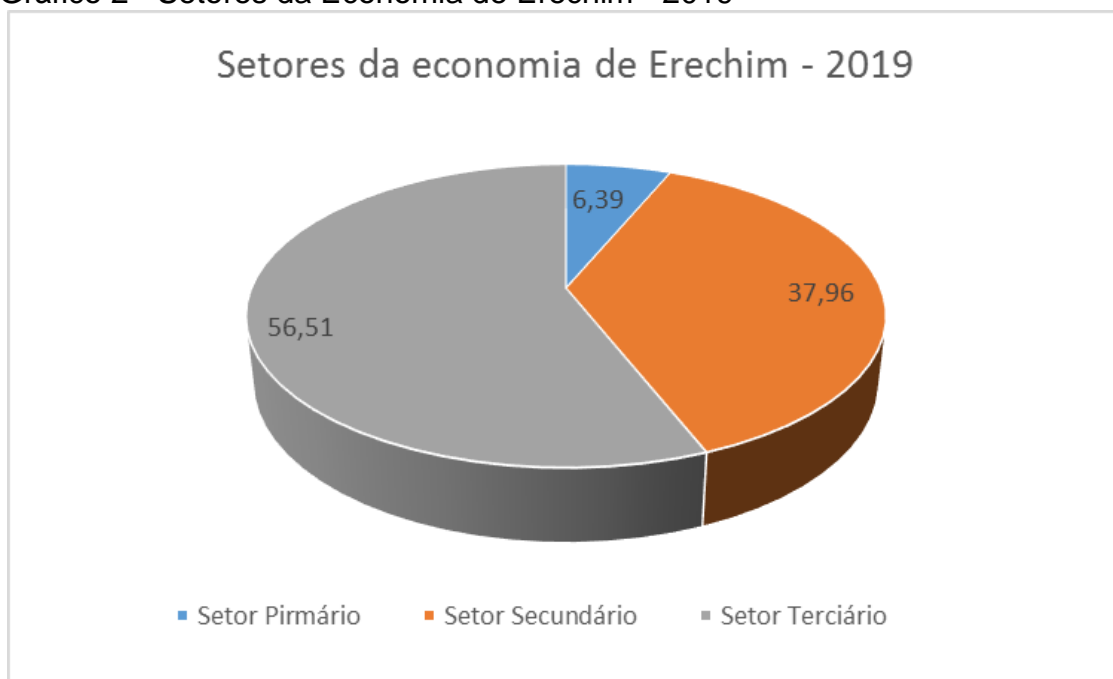
Fonte: Psidonik, 2015, p. 31

Atualmente está em implantação um novo distrito industrial com área de 31 hectares. Visa a atender significativo número de empresas que buscam se instalar no município ou ampliar as plantas existentes. Das indústrias existentes quando da implantação da primeira fase do distrito, somente algumas delas foram transferidas, oportunizando que novas lá se instalassem.

De acordo com a Prefeitura Municipal (2019), embora o setor secundário ainda represente uma fatia significativa da economia de Erechim (37,96%), com 700 empresas, é o setor terciário que representa a maior fatia (56,51 %). Por outro lado, o setor primário vem diminuindo sua contribuição no bolo, com apenas 6,39%.

O setor terciário vem crescendo nos últimos anos. Abriga mais de 6.700 estabelecimentos. Segundo a Prefeitura (2019) o setor de serviços duplicou em dez anos e emprega o maior número de pessoas, em torno de 10 mil. Por outro lado a agricultura e a indústria, devido a automação, vêm ano após ano perdendo capacidade de contratação de mão de obra. A tendência é que a participação do setor terciário continue aumentando.

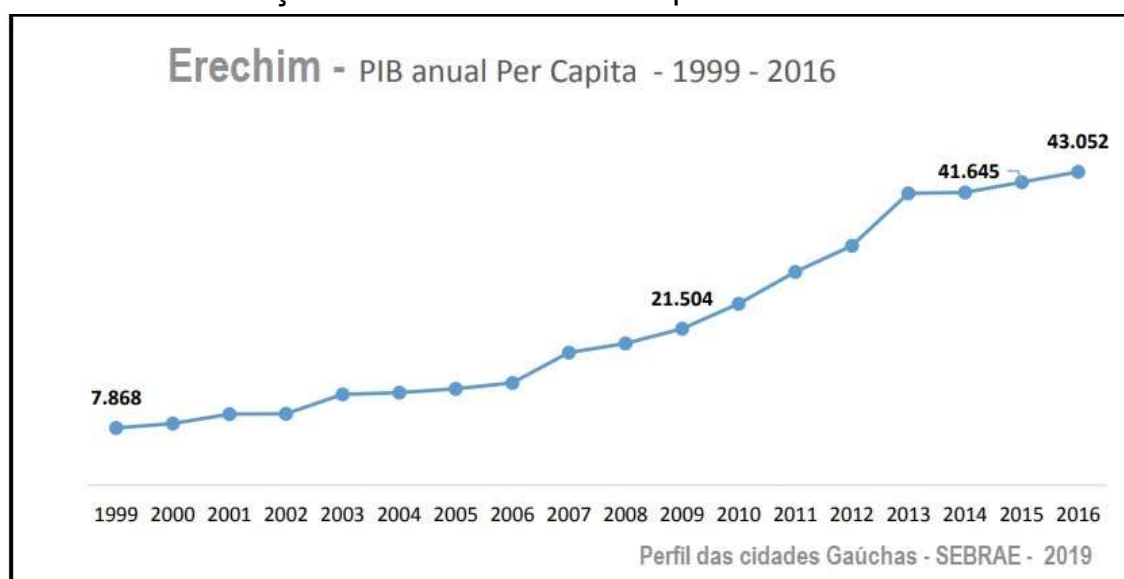
Gráfico 2 - Setores da Economia de Erechim - 2019



Fonte: Município de Erechim – Elaborado pelo autor (2019)

Esta configuração da atividade econômica coloca o Município de Erechim entre os mais desenvolvidos do Brasil e do RS. Conforme dados do PIB anual Per Capita, demonstrados no Gráfico 3, em 17 anos o mesmo aumentou mais de 5 vezes.

Gráfico 3 - Evolução do PIB anual Per Capita - Erechim 1999-2016

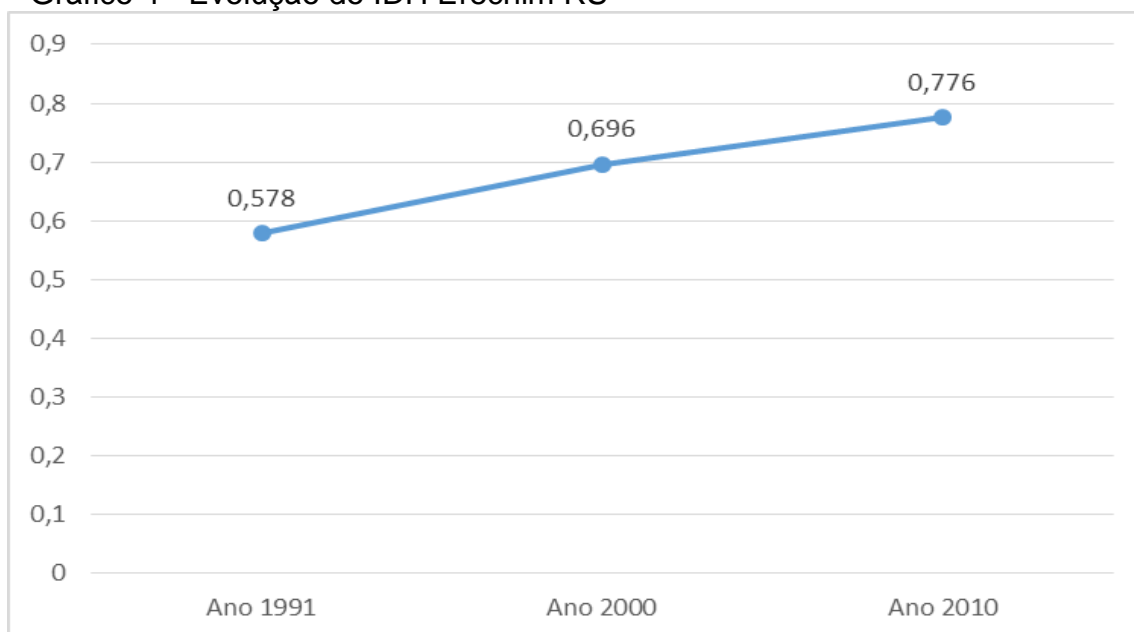


Fonte: Sebrae (2019)

Conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), demonstrado no Gráfico 4, o índice de Desenvolvimento Humano do Município também vem aumentando. Em 2010 era de 0,776, dado que o colocava na 168ª posição, em um universo de 5570 municípios brasileiros. De acordo com a Fundação João Pinheiro este índice “situa Erechim na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,833, seguida de Renda, com índice de 0,782, e de Educação, com índice de 0,716” (FJP).

Se considerada a média mensal de salários, segundo o IBGE, em 2.017, era de 2.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 40.2%. Já a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, segundo dados de 2010, era de 97,9 %. Em 2017 o município contava com 14.257 alunos matriculados na educação básica. O PIB per capita de 2016 era de 43.052,17.

Gráfico 4 - Evolução do IDH Erechim RS



Fonte: Fundação João Pinheiro (2019)

Desta forma, conclui-se que o objetivo traçado pelos gestores públicos municipais, a partir dos anos 1950, de promover a industrialização em consonância com as políticas federais, foi alcançado. Assim, o Município chega ao século XXI plenamente industrializado, com ligeiro crescimento do setor terciário e com IDH entre os melhores do país. No entanto, este modelo de desenvolvimento

característico das cidades capitalistas tem como marca a exclusão de milhares de famílias do acesso ao excedente produzido com este desenvolvimento.

Prova disso é o índice de Gini de Erechim que está em 0,48 (ATLAS, 2010), o qual figura entre os cinco maiores da Microrregião de Erechim. Embora a desigualdade seja menor que a média brasileira, que tem índice Gini de 0,60, demonstra que o município mais desenvolvido também é um dos que mais desigualdade apresenta na Microrregião. Embora os índices na média possam parecer satisfatórios, quando se analisa exclusivamente as camadas mais baixas da sociedade, percebe-se as precárias condições em que vivem estas famílias, dentre os diversos elementos, a falta de moradia é uma das faces mais cruéis desta estrutura social.

2.2 NA CIDADE QUE CRESCE OS POBRES NÃO TÊM LUGAR

Na cidade que cresce nem todos os que chegam conseguem acessar a casa própria. As famílias de baixa renda encontram a terra urbana concentrada nas mãos de poucos especuladores imobiliários e as políticas públicas, quando existem, não atendem a necessidade da maioria. Como não podem ficar sem morar, buscam de alguma forma encontrar um espaço, mesmo que de forma precária e à revelia das normas do sistema. Lefebvre (2001, p. 23), ao referir-se ao processo de urbanização, diz que “Os camponeses afluem, instalam-se ao redor das “barreiras”, das portas, na periferia imediata”.

No Brasil, desde 1850, pela Lei de Terras, salvo algumas concessões, o título de proprietário de uma gleba se dá pela compra. Em Erechim, desde o mapa inicial da Colônia, houve oferta de terrenos para venda. Ocorre que, rapidamente algumas famílias adquiriram grandes áreas e assim passaram a definir o valor destes terrenos. Via de regra, a grande maioria dos trabalhadores não dispõe de recursos para adquiri-los, pois o custo fica muito além de suas possibilidades, já que o salário recebido, mal dá para o sustento da família. De acordo com Gohn (1997, p. 201),

A distribuição espacial da população tem um caráter socioeconômico, sendo um reflexo da divisão social do trabalho e uma extensão dela. Assim, a exploração da mão-de-obra, que ocorre no âmbito da produção, corresponde a tantos outros processos no âmbito do local de moradia

quanto a qualidade de vida, no que se refere a bens, serviços e equipamentos. São os processos de espoliação e pauperização da classe trabalhadora.

Em Erechim as famílias que chegavam desprovidas de recursos financeiros para adquirirem um terreno, foram se alojando nas áreas periféricas da cidade. Vindos de municípios da região, construíam suas casas de forma precária (Fotografia 1), em áreas que ocupavam, sendo públicas, devolutas ou privadas.

Fotografia 1 - Casas na beira do trilhos - Erechim - 2012



Fonte: ONG Bicho Vadio Autor: Equipe BICHO VADIO (2012)

Em alguns casos, adquiriam de outros que haviam ocupado anteriormente, sendo que “os moradores da área, que foram ocupando-a individualmente e não de maneira coletiva, organizaram-se para reivindicar a posse dos terrenos” (PAULI, 1993, p. 9).

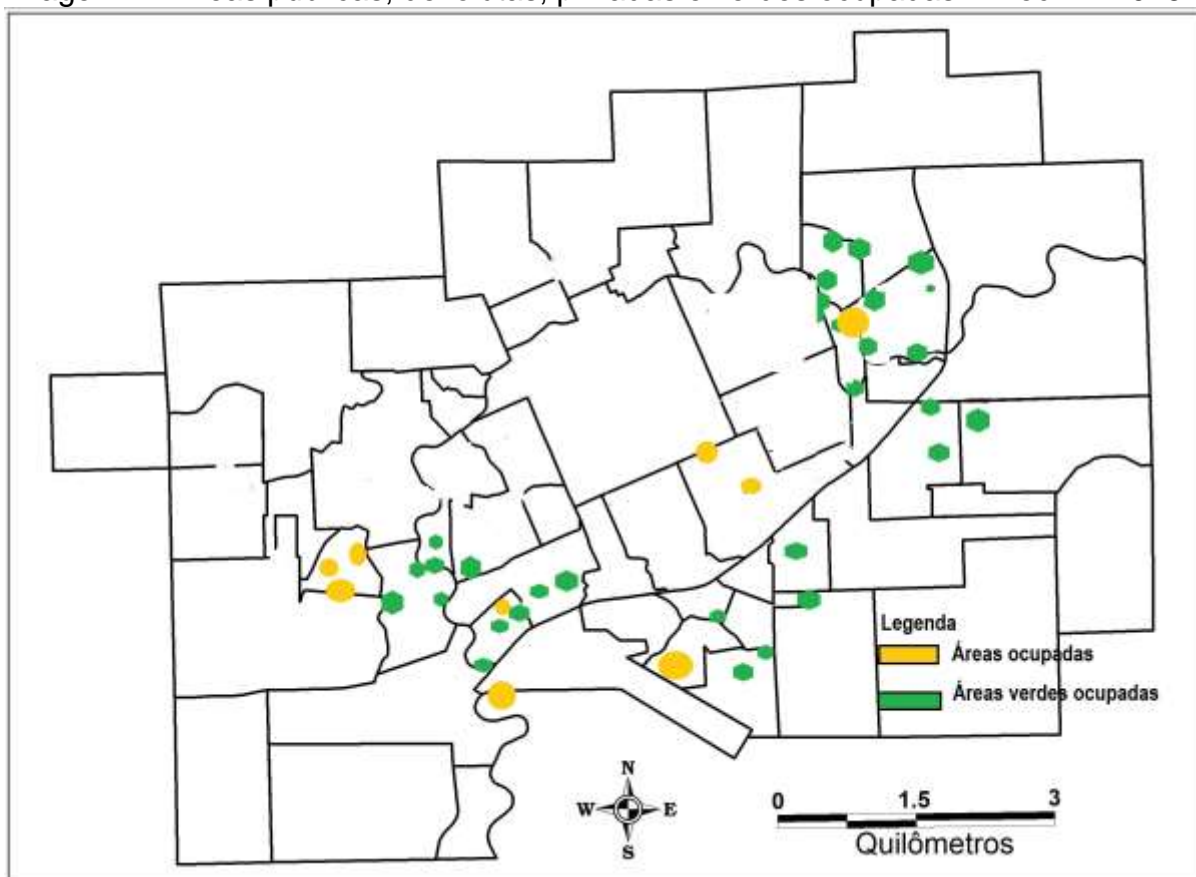
As casas eram construídas com diversos materiais e geralmente de forma precária. Na Fotografia 1, pode se observar algumas casas na beira dos trilhos da travessia urbana de Erechim em 2012. Pela narrativa dos moradores das ocupações

mais antigas, as primeiras casas não eram de madeira com às da foto e sim de papelão, lata, palha.

Segundo Almeida (2012, p. 134), “O fenômeno das ocupações urbanas não se restringe ao Brasil e tampouco à América Latina. Ele está presente nos países tanto ao norte do hemisfério quanto ao sul, e assume características distintas, estratégias locais de territorialização e discursos heterogêneos”.

Em Erechim as áreas de ocupações estão distribuídas em diversos pontos do perímetro urbano. Na Imagem 1 destacamos somente aquelas que foram ocupadas por famílias de baixa renda. Aquelas mais próximas do centro, à época das ocupações pertencia ao perímetro suburbano.

Imagem 1 - Áreas públicas, devolutas, privadas e verdes ocupadas - Erechim 2016



Fonte: Município de Erechim / URI; Secretaria de Obras (2015-2016) Adaptado pelo Autor.

Casos recorrentes são as ocupações de áreas verdes, conforme pode ser visualizado na Imagem 1. Também identificaram-se ocupações em áreas públicas, devolutas e privadas. As áreas ocupadas por famílias de baixa renda formam uma

meia lua no entorno da cidade, iniciando ao Leste, contornando pelo Sul e terminando no Oeste. Na parte Norte não há ocupações por famílias de baixa renda e nem loteamentos sociais. Ela é habitada por pessoas com maior poder aquisitivo. Além disso, “A porção norte da cidade é delimitada por uma escarpa abrupta” (PAULI, 1993, p. 24), o que dificulta e até impede a ocupação para fins de habitação. Recentemente em algumas regiões foram liberadas para loteamentos, porém com restrições de tamanho de lotes e preservação ambiental.

Conforme Relatório do Município (ERECHIM, 2016, p. 69), o perímetro urbano de Erechim tem 7.117,06 hectares e apresenta 149,72 hectares (2,10%) de áreas verdes públicas. O bairro Industrial possui a maior quantidade de áreas verdes públicas, 15,78 ha. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), aproximadamente 700 famílias estão morando em áreas verdes públicas invadidas, tendo um quantitativo de aproximadamente 420 mil metros quadrados de áreas ocupadas, representando 28,05% de áreas verdes públicas em situação de invasão (Imagem 1). Registre-se que nem todas as áreas verdes marcadas no mapa foram ocupadas por moradias. Em algumas delas foram construídos prédios ou equipamentos públicos e comunitários.

As áreas verdes são reservas legais de cada loteamento. Por provocação do Ministério Público Estadual o Município foi obrigado a firmar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), comprometendo-se a realizar um levantamento de todas as ocupações e posteriormente entrar com reintegração de posse ou vender para os ocupantes. Também deverá adquirir uma área de terras equivalente àquela ocupada.

Além destas áreas verdes ocupadas existem as áreas públicas, devolutas e privadas as quais estão identificadas na Imagem 1, na cor amarela. Os bairros com maior área de ocupações são o São Vicente de Paulo, Cristo Rei, Progresso, Presidente Vargas e São Cristóvão. Algumas destas áreas foram regularizadas, como a antiga Vila Operária, no Bairro São Cristóvão ou estão em processo de regularização como a área verde do Bairro Cristo Rei, antigo loteamento Vila Progresso.

A “meia lua” não possui uma linha contínua, é formada por diversos núcleos dispersos que foram se estabelecendo ao longo do tempo. Em algumas destas áreas as famílias já foram removidas. Optou-se por considerá-las para que se pudesse demonstrar a dimensão deste fenômeno social. Iniciando no Leste,

descendo para o Sul e subindo para o Oeste, tem-se o Florestinha, Cachorro Sentado, Matadouro, Morro da Polícia, Poletto, Vila Operária, Santa Izabel (Inferninho), Santa Rita, Caixa d'água, Presidente Vargas, Beira BR e Beira Trilhos.

Na parte Leste da cidade, às margens da estrada de ferro, havia um conjunto de chácaras que pertencia ao Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, sendo que algumas delas foram concedidas à Sociedade São Vicente de Paulo, também conhecida como Vicentinos. Em 1967, o Instituto repassou a totalidade delas ao Município de Erechim, para que o mesmo elaborasse um plano de urbanização da Gleba e distribuisse os lotes preferencialmente aos que já moravam no local desde a década de 1940. O documento de transferência do governo do Estado, determina que o Município deveria fazer “recuperação das famílias de marginais” (SILVA, 2016, p. 41).

Segundo Silva (2016, p. 24), na década de 1960, por meio da Legião Brasileira da Boa Vontade, foram transferidas para esta gleba 20 famílias pobres que moravam na região central da cidade. Com o passar do tempo (ROSSET, [2008], p.7), as famílias foram crescendo e construindo novas moradias sem obedecer a um planejamento de ruas e lotes. A estas foram se juntando pessoas vindas de outros municípios. As áreas de concessão aos Vicentinos também foram ocupadas, muitas com o consentimento da entidade, outras à revelia da mesma. Este grupo de voluntários arrecadava materiais de construção e prestava assistência às famílias.

O local ficou conhecido como Bairro Florestinha, hoje Bairro São Vicente de Paulo. O mesmo é cortado pela estrada de ferro e limitado pela BR 153, onde ao longo do tempo, centenas de famílias se instalaram em suas margens (faixa de domínio).

Com o advento do Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), no final da década de 1970, o governo municipal pretendia relocar as famílias para um loteamento que estava projetado na região do Bairro Progresso, ao Sul do perímetro urbano. Segundo Silva (2016, p. 26), os moradores ameaçados se organizaram, liderados por religiosos e políticos. Como ações de organização e protesto realizaram pesquisa com aplicação de questionário, abaixo-assinado, reunião com o poder público, procissão religiosa com cunho de protesto. Em uma delas, após a remoção de algumas famílias, antigos moradores relatam que conforme a procissão passava em frente aos terrenos onde as casas haviam sido

demolidas, colocavam uma cruz em pé como forma de protesto, simbolizando seu descontentamento com o processo de remoção (SILVA, 2016, p. 26).

Embora muitas famílias acabaram sendo removidas daquele local, a grande maioria permaneceu, já que o governo municipal desistiu de construir novos loteamentos naquela gleba, no entanto a ocupação se deu da mesma forma, inclusive respeitando a definição do traçado das ruas. Foi o que restou do loteamento oficial, com 155 lotes projetados, além do projeto arquivado junto à Secretaria de Obras da Prefeitura. Hoje a região se encontra toda urbanizada, com canalização de esgoto, pavimentação, rede de água e elétrica. No entanto inúmeras famílias ainda buscam na justiça o direito de regularizar a documentação de seus terrenos.

No Sudeste da área urbana, existia o Núcleo Cachorro Sentado, próximo ao atual bairro Bela Vista. Começou a se formar na década de 1940, quando algumas famílias começaram a se instalar em uma área desocupada, entre as atuais ruas Sergipe, Espírito Santo, Anita Garibaldi e Estácio Santolim. Construíram seus barracos, depois casas e constituíram um bairro.

Embora sem a mínima infraestrutura urbana: água, luz, saneamento básico, etc., essas pessoas permaneceram nesse local até a década de 1980. Com o crescimento da cidade - e relocação da estação rodoviária do centro para as proximidades do referido bairro - aquela área passou a ter grande valor econômico, sendo que os proprietários - Empresa Territorial Gaúcha LTDA, tendo como seu principal sócio Nelson Còvolo- resolveram, após décadas, entrar na justiça e pedir reintegração de posse (PSIDONIK, 2014, p. 89).

Todas as famílias foram relocadas compulsoriamente para o Bairro Progresso, atual Cristo Rei, criado no início da década de 1980, com recursos do BNH. Estes bairros populares localizam-se ao Sul da BR 153. No prolongamento do eixo central da formação original, sentido Norte / Sul, esta via separa a área nobre da cidade da periferia. Sua faixa de domínio divide de forma física e simbólica a cidade dos pobres da cidade dos ricos. Enquanto de um lado um terreno custa em média em 2019, R\$ 50.000,00, no outro custa mais de 500.000,00. Sobre esta linha separatista um morador do bairro Progresso assim se manifestou (PSIDONIK, 2014, p. 108) :

Dentro do bairro existe um muro imaginário no asfalto, na BR 153, então dá a impressão que Erechim é um município e o Progresso é outro. Existe esta

impressão, já eu acredito que isso é um muro imaginário feito pelas pessoas preconceituosas, pessoas que discriminam, parece que do lado de cá é *Brooklyn* e para lá é *Manhattan*, essa relação assim.

Também ali havia terrenos ocupados desde a década de 1930. Estes, quando da criação dos novos loteamentos, foram integrados e não removidos. Havia uma gleba de terras devolutas, onde se instalara um pequeno frigorífico, conhecido como Matadouro Municipal, algo em torno de 25 hectares. Segundo relato dos moradores, eles recebiam autorização da Comissão de Terras, no entanto, muitos deles, até os dias atuais, não possuem escritura de seus lotes e nenhum outro documento que comprove tais autorizações. Por outro lado, o poder público não tomou providência mais contundente no sentido de remover os ocupantes, considerados invasores (PSIDONIK, 2014, p, 65)

Nesta gleba, aos poucos foi se formando o atual Bairro Progresso. Na década de 1960, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), também construiu um conjunto de casas e destinou-as para famílias de baixa renda. Estas, seguindo um traçado de ruas ordenadas. Na década seguinte a Irmã Consolata, organizou a construção de centenas de casas nesta mesma região. Ela pertencia a Congregação Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora e como religiosa vinda da Áustria, tinha contatos na Europa, de onde conseguia recursos que eram captados de entidades alemãs e de outros países europeus. Outra alternativa também de acesso à moradia foram os Vicentinos. Eles dispunham de uma área e, em ações de caridade, viabilizaram algumas casas.

No entanto, mesmo após a criação de loteamentos oficiais na região a partir dos anos 1980, com a criação de cerca de 800 lotes urbanizados, várias glebas do entorno continuaram sendo ocupadas irregularmente, iniciando pela área verde deixada com reserva legal de um dos loteamentos. Este local ficou conhecido como Morro da Polícia, pois aí havia uma guarita da Brigada Militar, na parte alta do Grande Bairro Progresso.

Durante as décadas de 1980 e 1990, diversas chácaras, públicas e privadas, contíguas a este bairro, porém mais ao Oeste, também foram ocupadas. O local foi denominado pelos próprios moradores como Loteamento Poletto. As casas foram construídas até o limite máximo da área de segurança do Aeroporto Municipal. A maioria delas, sem obedecer a um traçado prévio, de forma que só foi possível a

conquista através do usucapião coletivo, não sendo possível individualizar os terrenos.

Seguindo às margens da BR 153, no lado Oeste da área do Aeroporto Municipal, formou-se o núcleo habitacional, pejorativamente chamado até bem pouco tempo de Inferninho, atual Bairro Santa Isabel. Os titulares destas áreas ocupadas são variados: a área do Aeroporto, que pertence ao Estado do RS, chácaras pertencentes ao Município, áreas de gestão da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) e de domínio do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNIT), por onde passam os trilhos da estrada de ferro e a BR 153. Foi desta região que boa parte dos beira trilhos que fizeram parte do MPU, foram relocados.

Nas proximidades do Bairro Santa Isabel, porém na parte norte da BR 153, os proprietários de várias chácaras aprovaram junto à Prefeitura Municipal a criação da Vila Santa Rita, porém demoraram na implantação. Em pouco tempo toda a área foi ocupada por famílias vindas de outros bairros e de outras cidades. No início da década de 2000, conseguiram usucapião individual de todos os terrenos. Atualmente toda a Vila está urbanizada.

Onde hoje está localizado o atual Bairro São Cristóvão, a Prefeitura de Erechim criou em 1951 uma Vila Operária, especialmente para abrigar famílias de trabalhadores. Ocorre que foram demarcados lotes somente nas áreas planas, mantendo a parte íngreme como propriedade estatal. Em pouco tempo, mesmo a área não urbanizada estava ocupada irregularmente. Muitas casas eram, e algumas são até os dias de hoje, acessadas somente por escadarias. As famílias viviam em péssimas condições. A Irmã Consolata, a mesma referida acima, também aí realizou várias ações sociais através do Centro Cultural e Assistencial São Cristóvão (CECRIS) existente até os dias atuais.

No extremo Oeste do perímetro urbano, formou-se ao longo dos anos, o Bairro Presidente Vargas que era parte do Bairro Paiol Grande e Colégio Agrícola. Várias Chácaras pertencentes ao Estado do RS e algumas privadas foram ocupadas por famílias carentes ou foram criados loteamentos clandestinos. Recentemente muitas delas ingressaram na justiça para pleitear o documento de propriedade, porém a burocracia prolonga por anos o trâmite das ações. Dentre os locais ocupados ainda existem ruas que não estão urbanizadas, como é o caso do entorno

do local denominado Caixa D'água, assim chamado por existir um reservatório da Corsan no local. São famílias de extrema pobreza.

Além destes núcleos citados originados por ocupações, tem-se as ocupações de centenas de áreas verdes, nas faixas de domínio da BR 153 e da rede ferroviária, além de ocupações em terrenos individuais públicos ou privados. Considerando os processos de regularizações efetivados ou em tramitação junto aos órgãos competentes, os levantamentos realizados in loco pela Prefeitura e as imagens aéreas de satélite das regiões ocupadas, estima-se que mais de 4 mil domicílios foram originados a partir de ocupações clandestinas.

Conforme Oliveira (2012, p. 101), a legislação faz uma distinção entre loteamento irregular e clandestino. Enquanto o primeiro possui um projeto, que é apresentado na Prefeitura, porém executado em desacordo com o projeto, o segundo é efetivado sem o conhecimento da municipalidade.

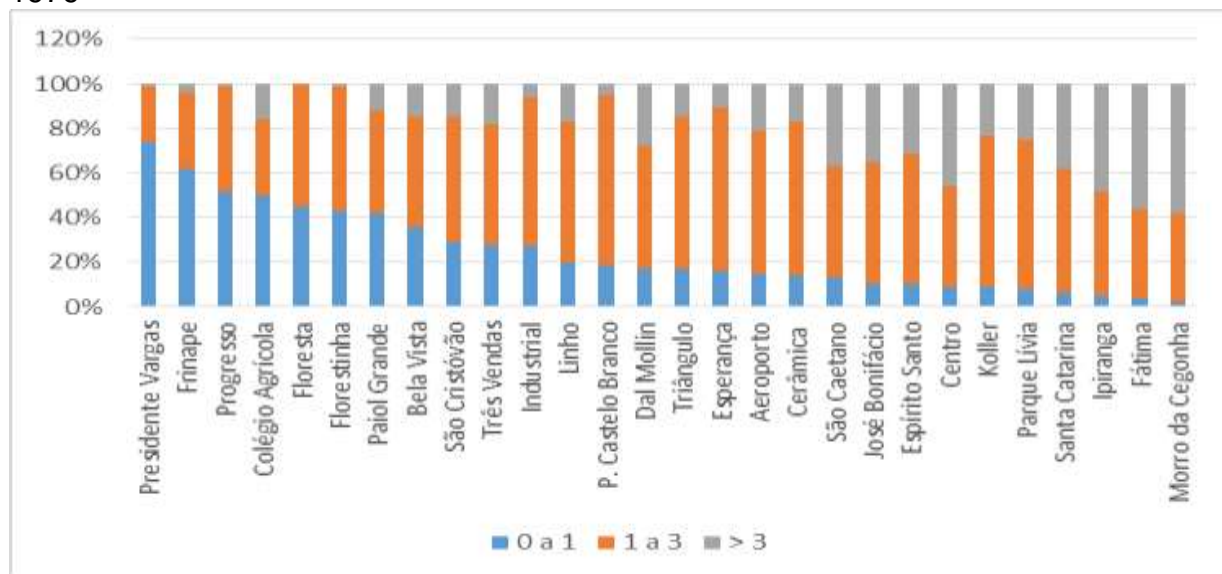
Mister destacar que muitos destes bairros que tiveram sua origem em ocupações conquistaram a urbanização dos mesmos, e embora em menor número, conseguiram regularizar a posse, isso “Através da organização de seus ocupantes conquistaram a posse dos lotes e a implantação de infraestrutura mínima exigida pelo Plano Diretor para se efetuar um loteamento” (PAULI, 1993, p. 31). Desta forma, há uma melhoria nas condições da habitabilidade destes locais.

2.2.1 Nível de renda das famílias e ocupações

De acordo com Villaça (2012, p. 44), o maior problema do Brasil é a desigualdade que resulta na segregação que se apresenta como a mais importante manifestação espacial-urbana dessa desigualdade. Pauli (1993, p. 29), em um estudo sobre a renda familiar dos bairros de Erechim em 1979 (Gráfico 5) demonstra isso.

As famílias com as menores faixas de renda se encontravam nos bairros mais distantes da área central e que tiveram origem em ocupações de terrenos, como pode ser verificado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Renda familiar dos diferentes bairros de Erechim em salários mínimos - 1979



Fonte: Pauli, 1993, p. 29 – Gráfico elaborado pelo autor

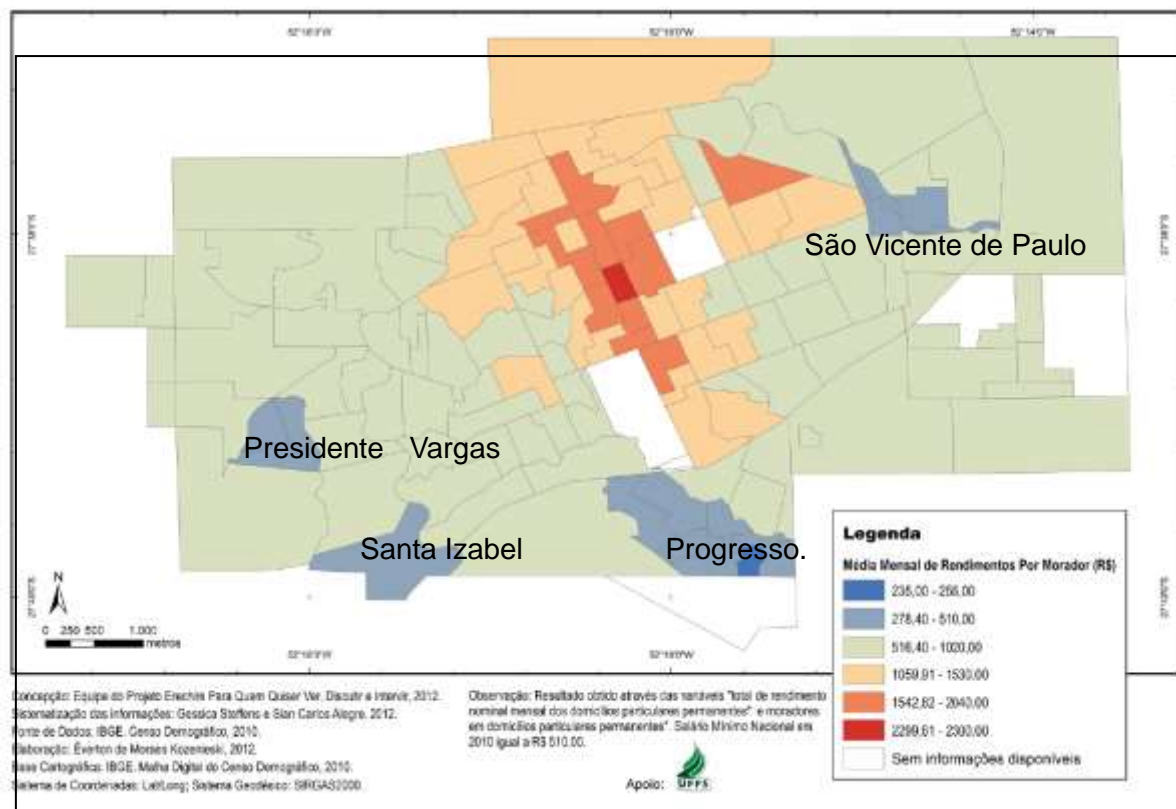
Percebe-se no Gráfico 5 que, os 10 bairros com mais de 27% das famílias que recebiam até um salário mínimo, na sua totalidade tiveram áreas de ocupação informal em terras devolutas, públicas ou privadas. O mapa econômico revela o mapa físico, basta analisar onde moram as famílias com renda menor que um salário mínimo e as com renda maior que três salários mínimos.

Ao analisar os dados do censo de 2010, percebe-se que as menores rendas continuam localizadas nas mesmas regiões. De acordo com o Mapa 2 que demonstra as Faixas de Renda em 2010, elaborado pela Universidade Federal da Fronteira Sul, as mesmas regiões de 1979 continuam tendo as menores rendas.

De acordo com estudo de Kozenieski (2018, p. 20),

Ao isolar os valores de renda em dois extremos, mapa “Extremos de Renda”, teremos uma faixa de R\$235,00 a R\$510,00 concentrada no bairro Presidente Vargas, Frinape, Aeroporto, Cristo Rei, Progresso, Parque Livia e Florestinha, justamente bairros com maiores densidade demográficas e com maiores quantidades de moradores por domicílios.

Mapa 2 - Erechim - Faixas de Renda 2010



Fonte: Kozenieski ,(2018)

Pelo exposto, pode-se aferir que nem todas as famílias de baixa renda ocupam terrenos nas periferias, mas a maioria das famílias que assim procedem têm baixo poder aquisitivo. Nesse sentido, conclui-se que passados mais de 100 anos do início da ocupação planejada pelo Estado, milhares de famílias que aqui vieram tiveram acesso à moradia pela ocupação.

Assim, evidencia-se que, ao contrário da opinião das classes dominantes, ocupar não é uma escolha de pessoas desocupadas que agem fora da lei, mas de uma necessidade material, que a cidade capitalista nega a boa parte de seus integrantes, como destaca o MTST em sua página na internet: “Não é e nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morar nas periferias; ao contrário: o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes.” (MTST, 2019).

Nesse mesmo sentido, Oliveira (2012, p. 161) conclui que

A intensa urbanização vivenciada pelo Brasil nas últimas décadas reflete um cenário de fragmentação e exclusão social e territorial. O crescimento

desordenado das cidades conjugado à flagrante desigualdade que se estabeleceu entre áreas mais pobres, desprovidas dos recursos necessários à moradia, enaltece um quadro de injustiça social.

As ocupações são expressões deste quadro de injustiça que permanece nos aglomerados urbanos sem infraestrutura básica para dar o mínimo de qualidade de vida para as famílias aí domiciliadas. De acordo com Maricato (2013, p. 39), “o direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade”, pois a infraestrutura urbana é tão necessária quanto o acesso aos terrenos e sua conquista se dá a partir de muitos anos de luta e resistência. Isso pode ser percebido pela luta que os moradores tiveram e ainda têm para conquistar infraestrutura básica para seus núcleos habitacionais nas áreas ocupadas.

2.3 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO E DA SOCIEDADE DEIXARAM SUAS MARCAS

Portanto, passados pelo menos 12 milênios de ocupação desta região, os seres humanos que aqui viveram, enquanto transformavam a paisagem, transformavam-se da mesma forma. As técnicas empregadas na exploração da natureza para dela extrair seu sustento foram constantemente aprimoradas. Às relações sociais e hábitos culturais se modificaram, forjados nos encontros de povos vindos de diversas partes do mundo, no entanto a fronteira de inclusão e exclusão jamais desapareceu.

O Erechim de hoje é a síntese de todos que por aqui cruzaram: dos primeiros grupos humanos que habitaram esta terra, do encontro destes com europeus que vieram do além-mar, dos negros que foram trazidos à força para a região, ou vieram como fugitivos da escravidão. Da chegada dos imigrantes no início do século XX, que vieram em grupos organizados pelo Estado e europeizaram definitivamente este espaço. Junto com isso expulsaram os caboclos usuários das terras. Viveram por um tempo trabalhando a terra, depois obrigaram-se a migrar para novas fronteiras do Brasil ou ir morar na cidade já em uma sociedade que espantosamente urbanizava-se. Muitos aí estabeleceram-se e prosperaram. Já outros nem lugar para morar conseguiram.

Assim, Erechim seguiu a lógica do restante do país com seus conflitos e convergências. Todo o processo de ocupação do território culminou com a

aceleração do processo de urbanização vivenciado a partir da segunda metade do século passado, o que intensificou a estratificação social, empurrando milhares de pessoas para aglomerados residenciais nas periferias das grandes e médias cidades que, conforme Maricato (2013, p. 38), em algumas delas chegou a representar 46% da população, como foi o caso de Recife. Para a mesma autora (p. 39), tratou-se de “uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente”.

Segundo Santos (2008, p. 86) ,

A existência deste tipo de habitação na maior parte das cidades dos países subdesenvolvidos é comumente considerada o resultado, de um lado, da expansão demográfica, de outro, da falta de dinamismo das cidades, incapazes de fornecer o número de empregos necessários.

Neste cenário da vida urbana surge a figura política do sem-teto. Ele é herdeiro social do índio, do negro escravo, do caboclo posseiro, do imigrante sem-terra, do pequeno agricultor falido... Na cidade encontra outros desafios que mudaram de forma, no entanto o conteúdo é o mesmo. Convive em meio à riqueza, mas ao mesmo tempo é dela excluído. Muitos de seus vizinhos até possuem casas, porém também vivem em um cotidiano de privações. Além de lutarem desesperadamente pela sobrevivência tiram tempo para organizarem-se em associações de moradores, movimentos sociais, sindicatos... Reivindicam políticas públicas e enfrentam o sistema na defesa dos seus direitos, dentre eles a moradia digna. Muitos até sem saber, operam de forma semelhante aos seus antepassados sociais dos quais são herdeiros. Um breve resgate de algumas destas lutas se faz necessário, para se entender a origem da pobreza e a luta para superá-la.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR TERRA E MORADIA NO BRASIL: DA REPRESSÃO A CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Como viu-se até aqui, a terra historicamente foi objeto de disputa na região e no restante do Brasil. Em cada fronteira de inclusão, estabeleceu-se outra de exclusão. Aos excluídos coube a tarefa de resistirem e lutarem pelo seu espaço, muitas vezes empenhando suas vidas. Foi assim nas rebeliões primitivas, com os índios, com os negros, na Guerra de Canudos, do Contestado; nos movimentos sociais dos Sem Terra dos séculos XX e XXI, dos atingidos por barragens e dos sem-teto das cidades. Segundo Gohn (2010, p. 356), “Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”.

Esta resistência se dá em diversas frentes. No advento do século XXI, surgem novos movimentos sociais, que travam suas batalhas nas novas fronteiras, pelos direitos de grupos sociais, como negros, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT), mulheres, ou por direitos coletivos, como a defesa do meio ambiente. Todas estas lutas combateram e combatem inimigos imediatos e ao mesmo tempo, enfrentam o poder do Estado.

Este último, oscila entre aliado e inimigo. É o Estado que detém o monopólio da força, e a usa, na maioria das vezes, para reprimir qualquer manifestação que atente à ordem burguesa estabelecida. No entanto é no Estado que estes grupos reivindicatórios buscam formulações de leis e seu cumprimento, passando pela implantação de políticas públicas. Este enredo aplica-se ao contexto mais recente da história brasileira, pois as rebeliões primitivas, foram tratadas pelo Estado, exclusivamente como caso de polícia, como se verá a seguir.

O Estado conforme Engels (1884) detém o poder que nasce da sociedade, mas que se distancia cada vez mais dela. Torna-se um ente em que predomina a classe mais poderosa, a classe econômica dominante. “[...] uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda [...] um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da

‘ordem.’ ” (ENGELS. 1884). Estes limites não servem para os movimentos sociais, pois a “ordem” é o estado de expropriação constante da classe trabalhadora.

3.1 LUTAS POR TERRA NO BRASIL: PROGRESSO X EXPROPRIAÇÃO

Para se entender a ação do MPU no século XXI, se faz necessário buscar na história do Brasil as formas de resistência e luta de classes manifestada em diversos momentos: Movimentos de revolta como a luta dos negros em Palmares, dos sertanejos em Canudos, dos caboclos do Contestado, e os movimentos organizados do MST e do MAB constituem as bases da resistência dos excluídos nas fronteiras de disputas por terra e liberdade.

A guerra do Contestado surge a partir da expropriação dos caboclos pela empresa concessionária da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul, Brazil Railway Company, recebeu do governo federal uma faixa de terras, numa extensão de 15 quilômetros de largura, ao longo de todo o traçado da nova ferrovia. Além disso, uma outra empresa pertencente ao mesmo grupo, a Lumber, adquiriu uma grande área de terras contíguas, entre os anos de 1910 e 1912 para criação de colônias. Ocorre que esta região era habitada por camponeses chamados de “caboclos ou brasileiros mestiços” (VALENTINI, 2015, p. 236) habitavam o planalto catarinense, que também era ocupado por fazendas e seus agregados (CAMPOS; BENDER, 2012, p. 2001) e foram expropriados assim como um século mais tarde os beira-trilhos seriam pela América Latina Logística (ALL) nas margens da mesma estrada.

Após esses conflitos com algum grau de messianismo, em meados do século passado, Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, agitaram o Nordeste, agora com a mediação de partidos políticos, como o Partido Comunista Brasileiro.

Em 1960, outra organização de agricultores se forma, desta vez, no Rio Grande do Sul. As ocupações realizadas por este movimento estão na gênese do MST este que foi oficialmente o MST foi fundado em 1984 (MST, 2014). Anos mais tarde, em 1988, surge na costa do Rio Uruguai, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Nasce a partir de um novo impulso do progresso na região: a construção de barragens.

Os movimentos sociais que eram exclusivos do campo aos poucos vão surgindo nas cidades a partir de pautas urbanas como a luta por moradia. Estes

surgem por uma razão muito simples: o cidadão trabalha a vida toda e não consegue adquirir uma casa digna para si e sua família, obrigando-se a encontrar alternativas de moradia, como afirma Rodrigues (1989, p. 11), todos os seres humanos precisam de moradia, não sendo possível viver sem ocupar espaço, de alguma forma as pessoas terão que buscar um lugar para habitar.

A primeira iniciativa buscada, mesmo pelas pessoas com poucos recursos, é viabilizar a casa própria de maneira individual. Porém, quando conseguem, é de forma precária. Não têm poder de pressão frente ao Estado, fica vulnerável ao despejo de áreas ocupadas, quer seja pela polícia ou pelos próprios vizinhos. Neste sentido, não lhes resta outra maneira, a não ser organizar-se com os companheiros de infortúnio e assim angariar forças para impor ao Estado suas demandas.

Assim, os movimentos sociais urbanos ressurgem na década de 1970 “lutando por bens de consumo coletivo, nos transportes, habitação etc.” (GOHN, 1991, p.9). Maricato (2012, p. 136) elenca uma série de grupos que naquele momento se mobilizavam em torno da volta da democracia e na garantia da formulação de uma constituição que atendesse as demandas sociais. Com bem demonstra Maricato (2012, p. 136)

Neste contexto foi criado, e ganhou força crescente, um movimento social que, sobre a bandeira da reforma Urbana, reuniu Movimentos Sociais (moradia, transporte, saneamento) Associações de profissionais (arquitetos, advogados, sanitaristas, assistentes sociais, engenheiros) entidades sindicais, entidades acadêmicas e de pesquisa, ONGs, integrantes da Igreja Católica (egressos do movimento religioso denominado Teologia da Libertação) servidores públicos, além de prefeitos e parlamentares de esquerda. Por ocasião do processo de conquista da nova Constituição Brasileira (1988) foi criado o Fórum pela Reforma Urbana com a finalidade de unificar todas as iniciativas dos movimentos urbanos que faziam reivindicação específica e fragmentadas naquele momento[...]

A mudança do papel do Estado estava na pauta. O apoio vinha de facções da esquerda e de liberais que tinham em comum a luta contra o regime. Já nos anos 1980, se transformam e passam a atuar em bandeiras políticas, como elaboração de subsídios para propor projetos de lei. Para Gohn (1991, p. 10), embora o modelo econômico se mantivesse o mesmo desde 1964, ele já manifestava sinais de saturação, incapaz de manter os mesmos níveis de crescimento, com aumento da dívida externa e a falta de legitimidade do governo. O Brasil mergulhou em uma crise,

a qual acirrou ainda mais a desigualdade social e o descontentamento popular, com o fim das políticas sociais.

Conforme Davis (2006, p. 216),

[...] o aumento do desemprego e da pobreza urbana a partir dos anos 1980 contribuiu para mudar a imagem das cidades do Brasil: dos centros de modernização que se destinavam a superar o atraso e a violência localizados no campo, passaram a representar crianças abandonadas, epidemias, enchentes, desmoraamentos, tráfego infernal, poluição do ar, poluição dos rios, favelas e a violência urbana.

Tinha-se então uma combinação de fatores propícia ao surgimento de movimentos sociais: carências materiais e enfraquecimento do governo. Além disso, setores importantes da sociedade que há anos estavam afastados do poder político, viam na conjuntura uma oportunidade de retornar ao poder, ou conquistá-lo. O fortalecimento destes movimentos fazia parte da estratégia. Neste momento os trabalhadores começam a unificar a luta em torno de organizações centralizadas com bases espalhadas pelo território nacional, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 28 de agosto de 1993, em São Bernardo do Campo, com a bandeira da democracia, por um sindicalismo classista e desatrelado do governo (GIANNOTTI, 2017, p. 247).

Sabe-se que os movimentos populares não surgem de maneira espontânea. Diversos fatores colaboram para isso. De acordo com Tarrow (1994, p. 18-23), “os movimentos sociais se formam quando cidadãos comuns, algumas vezes encorajados por líderes, respondem às mudanças trazidas por novas oportunidades políticas, quando contam com aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes”. Com o fim da ditadura militar, surge no Brasil esta nova oportunidade de rearticulação dos movimentos. A constituição de 1988 abre um leque de direitos legais que motiva a luta e renova as esperanças. Porém a efetivação dos mesmos necessitaria de muita reivindicação da sociedade civil.

Ainda segundo Tarrow (2009, p. 182), pode-se entender este conceito como “fase de conflito acentuado Ciclos de protesto e repertório de ação do movimento”, no qual se verifica o momento de maior tensão entre os desafiantes e os representantes governamentais, e, posteriormente, sua fase de desmobilização.

Dialogando com esta ideia, Gohn (1991, p. 13) diz que com o retorno da democracia, nos anos de 1980, diversos movimentos se desintegraram pela

influência das diferenças ideológicas dos partidos que se formaram, os quais anteriormente estavam unidos. Porém a luta pela moradia se fortaleceu, devido a um conjunto de fatores, segundo a autora,

O desemprego, e o aumento dos aluguéis, a mudança da legislação na área do solo urbano dificultando a constituição de novos loteamentos populares, o aumento desproporcional do preço das tarifas de transportes, o esgotamento dos espaços disponíveis nas favelas etc. Levaram às invasões coletivas de áreas urbanas e à constituição de movimentos de luta pela moradia. As diferentes formas de luta (pelo acesso à Terra pela regularização da área, pela posse da terra, pela urbanização da favela, pela reconstrução através de mutirões, pela reconstrução das casas embriões populares financiadas pelo governo, pela construção de conjuntos populares, pelo rebaixamento das prestações do Sistema Financeiro de Habitação, etc.).

Assim, após mais de uma década de luta travada por pequenos movimentos pela moradia, em 1987, conseguiu-se organizar a União dos Movimentos de Moradias de São Paulo. Estes ocuparam simultaneamente diversos terrenos envolvendo mais de 50 mil famílias.

De acordo com Carvalho (2004, p. 09),

As principais articulações dos Movimentos de Moradia estão sediadas em São Paulo, pelo menos as mais reconhecidas como articulações de caráter nacional: estão na capital paulista a UNMP (União Nacional de Associações de Moradores) e a CMP (Central de Movimentos Populares). O NMLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) [...]

Além destes, há o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que foi criado em 1997, tendo como bandeira principal de luta a reforma urbana.

A reforma urbana é entendida, conforme Souza (2013, p. 112), como uma “[...] reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente a sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social”. A tática do MTST é promover “grandes ocupações em terrenos vazios nas periferias urbanas, buscando integrar a luta por moradia com a luta por serviços e infraestrutura nos bairros mais pobres” (BOULOS, 2015, p. 84). Hoje é o maior movimento de luta por moradia no Brasil.

Em 2007, surgiu uma frente nacional de luta pela reforma urbana: a Resistência Urbana. Formada por um conjunto de movimentos sociais que têm

organizado e apoiado diversas ações em todo o Brasil, buscando alternativas para o déficit habitacional brasileiro, que historicamente vem crescendo. Neste mesmo ano nascia em Erechim o MPU.

3.1.1 Déficit habitacional no Brasil

Como visto, a urbanização acelerada das cidades brasileiras, acompanhada pelo rápido aumento da população do país, gerou um contingente grande de famílias morando em condições precárias, as quais compõem os índices do déficit habitacional. Esta configuração do espaço ocorre em consonância com a movimentação interna das classes sociais reproduzidas nas cidades, que ao mesmo tempo obedecem à lógica do sistema vigente. De acordo com Santos (2008, p. 186),

O papel específico do espaço como estrutura da sociedade vem, entre outras razões, do fato de que as formas geográficas são duráveis e, por isso mesmo, pelas técnicas que elas encarnam e às quais dão corpo, isto é, pela sua própria existência, elas se vestem de uma finalidade que é originalmente ligada, em regra, ao modo de produção precedente ou a um de seus momentos.

Por isso, embora aparentemente as políticas públicas ameassem superar o déficit habitacional, na prática ele se mantém e por muitas vezes cresce. E de fato cresceu também nos últimos anos. Embora os números não sejam precisos, pois variam de acordo com o método adotado pelo órgão pesquisador, mesmo assim evidenciam as gritantes contradições no que se refere às carências habitacionais. Dentre eles o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação João Pinheiro (FJP), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Estas instituições são formadas por equipes multidisciplinares de profissionais que realizam pesquisas econômicas e sociais que servem de subsídios para os governos realizarem seus planejamentos.

Antes de analisar os números do déficit habitacional se faz necessário discutir seu conceito. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, “O déficit habitacional refere-se a um estoque de habitações inexistentes ou inadequadas e deve ser

calculado em cada momento do tempo de forma pontual” (ABRAIC; FGV, 2018, p. 6). Já a Fundação João Pinheiro, assim se refere ao conceito (FJP, 2018, p. 18):

A partir do conceito mais amplo de necessidades habitacionais, a metodologia desenvolvida pela FJP trabalha com dois segmentos distintos: o déficit habitacional e a inadequação de moradias. Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, detectados em certo momento.

A metodologia usada na seleção e análise dos dados é bastante complexa, pois considera inúmeras variáveis para se estimar as “necessidades habitacionais” ou a quantidade deste “estoque”. Leva em conta aspectos sociais e culturais que variam de acordo com o tempo. Importante destacar que a expressão “necessidades habitacionais” se refere a dois tipos de carência: déficit (que exige construção de moradias) e inadequação (que implica reformas) (GENEVOIS, 2001).

Conforme se verifica no Quadro 2, compõem a metodologia de cálculo do déficit habitacional os seguintes “Componentes e subcomponentes: Habitação precária (Domicílios rústicos e improvisados); Coabitação familiar (Famílias conviventes e Cômodo); Ônus excessivo com aluguel (famílias pobres (renda domiciliar até três salários mínimos) pagam 30% ou mais da sua renda para o locador) e Adensamento excessivo de domicílios alugados.” (FJP, 2018, p. 19). Todos estes componentes são considerados para definir quem precisa de casa, quem tem carência habitacional.

Os dados usados na estimativa do déficit são aqueles coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE de forma contínua, repetida a cada três meses.

Quadro 2 - Metodologia de cálculo do Déficit Habitacional – 2015

Componentes e subcomponentes do déficit habitacional	
Habitação precária	Domicílios improvisados
	Domicílios rústicos
Coabitação familiar	Famílias conviventes
	Cômodo
Ônus excessivo com aluguel	
Adensamento excessivo de domicílios alugados	

Fonte: Fundação João Pinheiro (2018) Adaptado pelo autor.

Para o senso comum, somente os moradores de rua são considerados sem teto. Boulos (2015, p.31) lembra que este conceito vai muito além daquele morador de rua em situação de extrema miséria e mendicância. Estes, são estimados em 101 mil indivíduos (IPEA, 2017), enquanto o déficit habitacional se estima em milhões de famílias.

No caso das famílias representadas pelo MPU, elas compunham os números do déficit habitacional no componente habitação precária, ou seja, elas tinham necessidades habitacionais, embora tivessem onde morar e muitos nem desejassem mudar de casa. Além disso foram levados à luta pela iminência de serem, despejados. Tomaram consciência de seus direitos sob a pressão das circunstâncias, pois “A simples situação de miséria, de discriminação ou mesmo de exploração não produz automaticamente esse reconhecimento” (WAREN, 1993, p. 69).

Adotou-se neste trabalho os dados tabulados pela FGV. Esta Fundação apresenta um déficit habitacional maior que as demais. Segundo ela, a explicação desta diferença está na adequação que foi realizada na metodologia acima descrita, que é usada pela FJP desde 1995. Esta adequação foi necessária para suprir a ausência de dados que não são mais verificados pelo IBGE na nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), praticada desde 2016.

Conforme pode ser verificado na Tabela 2, de acordo com a FGV, em 2017 havia um déficit habitacional de 7.770.227 de domicílios (ABRAINC; FGV, 2018, p. 10). O principal componente deste déficit é o ônus excessivo com aluguel (42,3%), seguido da coabitação familiar (41,3%).

Tabela 2 - Déficit habitacional e seus componentes - 2017

Componentes	Número de unidades	Participação relativa
Habitação precária	967.270	12,4%
Improvizados	161.710	2,1%
Rústicos	805.560	10,4%
Coabitação familiar	3.209.299	41,3%
Cômodos	117.350	1,5%
Famílias conviventes	3.091.949	39,8%
Ônus excessivo com aluguel	3.289.948	42,3%
Adensamento excessivo	303.711	3,9%
Déficit Total	7.770.227	100,0%

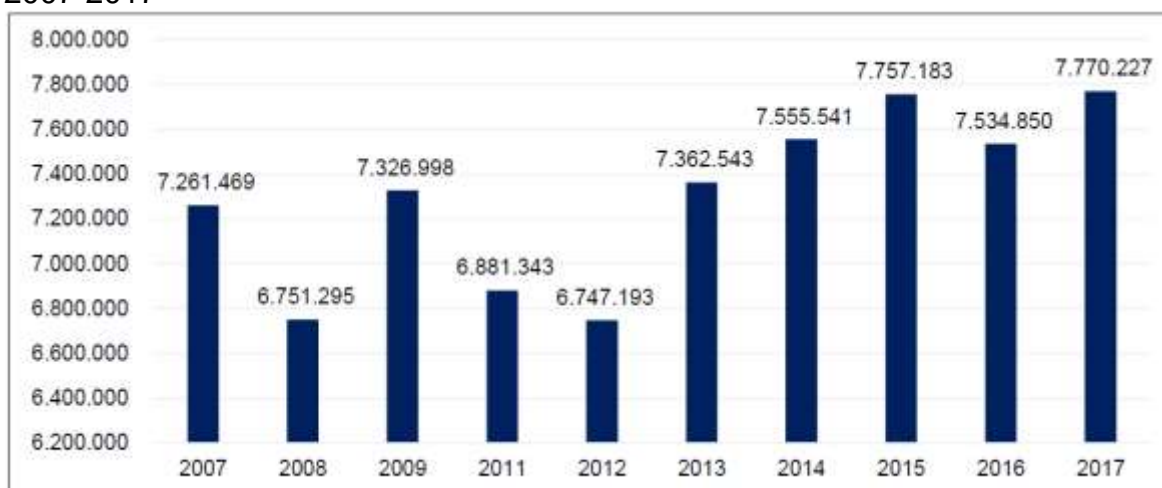
Fonte: ABRAIC; FGV, 2018, p. 10

Do total do déficit, 40,6 % são de famílias que ganham até um salário mínimo por mês. Se considerar as famílias até 3 salários mínimos, chega-se a 91,7 % (ABRAIC; FGV, 2018, p. 12). Bonduki (2015, p. 154) lembra que “Outro componente das necessidades habitacionais é o chamado déficit qualitativo formado por moradias que apresentam deficiências no acesso à infraestrutura ou adensamento excessivo.” Compreendem 16,3 %. Estas famílias, principalmente as que se enquadram na primeira faixa de renda, não são atendidas pelo mercado. Dependem exclusivamente de políticas públicas subsidiadas.

Se de um lado se tem um enorme déficit habitacional, por outro existe um número semelhante ou maior de imóveis vagos. De acordo com o IBGE, no ano de 2000 havia 9,2 milhões de domicílios que não estavam ocupados de um total de 54.337.670 moradias (IBGE, 2004, p. 16). Por outro lado havia um déficit de 6,7 milhões de moradias (2004, p. 15). Esta realidade demonstra que a urbanização capitaneada pela iniciativa privada aos moldes capitalistas produz discrepâncias sociais, que vão muito além de políticas públicas isoladas.

Conforme Gráfico 6, mesmo com a intervenção do Estado via programa habitacional, o déficit se mantém relativamente constante, com algumas variações.

Gráfico 6 - BRASIL - Evolução do Déficit Habitacional Total (Número de Unidades) - 2007-2017



Fonte: Abraic; FGV (2018, p. 11)

Em 10 anos (2007 à 2017), destes 8 de PMCMV, houve um crescimento do déficit em mais de 500 mil domicílios. Antes deste período ocorreram mais de 20

anos sem políticas habitacionais de impacto, sendo que a maioria das moradias construídas pelas populações de menor poder aquisitivo eram informais e precárias. Embora, de 1960 a 2000 as transformações nos domicílios, apontadas pelos censos, já demonstrassem um maior acesso e uma melhor qualidade dos serviços públicos, com ampliação e diversificação dos bens de consumo duráveis das famílias (IBGE, 2004, p. 8), ainda assim, os níveis de pobreza mantiveram-se e a falta de habitação continuou crescendo.

Para se superar o déficit é necessário ir muito além de simples programas de construções de casas. É preciso uma reforma urbana mais ampla. Para tanto, na opinião de Souza (2013, p. 148),

O Estado precisará ter um papel mais ativo na reforma urbana em sentido estrito, uma vez que medidas institucionais e judiciais se fazem necessárias em grande escala, sem esquecer da constante necessidade de alteração e adaptação de legislação e do aporte de recursos em volume muito significativo.

Historicamente este papel ativo do Estado é muito mais no sentido contrário à reforma urbana do que a sua efetivação. Os programas de habitação se resumem a injetar recursos para a construção civil, sem mexer na estrutura de distribuição da terra ou coibir a especulação imobiliária. Embora o Estatuto das Cidades possibilite a cobrança progressiva de IPTU os municípios não o fazem. Ao contrário, diminuem a alíquota para privilegiar os especuladores, como foi o caso de Erechim, que baixou de 2,5% para 1,5%, quando se tratar de imóvel não edificado (ERECHIM, 11 jun. 2019).

Esta inoperância do Estado e sua cumplicidade diante da exploração imobiliária tem contribuído para que cada vez mais surjam movimentos de luta por moradia, não só nas grandes cidades, como também em médias cidades, como o caso de Erechim. Segundo Boulos (2015, p. 84), “Os movimentos populares de ocupação, por sua força de mobilização, são a expressão viva do problema da moradia no Brasil. Representam a resistência ao modelo mercantil e segregador da Cidade do Capital”. O MPU é um exemplo desta força popular.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA HABITAÇÃO IMPLANTADAS NO BRASIL E EM ERECHIM / RS

O gigantesco déficit habitacional existente no Brasil e o descontentamento de milhares de famílias morando em lugares sem condições mínimas de habitabilidade e de alguma forma se organizando em movimentos reivindicatórios, fez com que governos desenvolvessem programas habitacionais para atenderem esta demanda. Sabe-se que outros interesses econômicos também estavam no bojo destes programas, como fomentar o desenvolvimento da economia injetando dinheiro na construção civil e assim garantindo pomposos lucros às grandes construtoras.

Não por acaso, nos anos 1970, dentre os vários movimentos que surgiram ou ressurgiram no Brasil destacam-se os de luta pela habitação. Naquele momento as consequências do déficit habitacional, dado ao rápido crescimento das cidades, manifestava-se de diversas formas: na paisagem, nas condições indignas de sobrevivência, nas doenças causadas por problemas de saneamento, além das agitações provocadas pelos movimentos sociais. O governo federal, historicamente não priorizou esta demanda, principalmente para àquelas famílias com renda baixa, onde o investimento historicamente foi menor e o déficit maior.

3.2.1 O Banco Nacional da Habitação

O Banco Nacional da Habitação foi criado pela Lei nº 4.380, de 21 agosto de 1964. Junto com ele a Lei criava o Plano Nacional da Habitação. Haviam se passado apenas 4 meses da data do golpe militar, o que demonstra que o projeto já estava sendo gestado antes mesmo de os militares tomarem o poder. Consta que suas bases fizeram parte da campanha presidencial de Carlos Lacerda (VALADARES; HOFFMANN [ca. 1994]).

Antes deste ato, a política habitacional do Estado brasileiro era regida pela Fundação Casa Popular (FCP), criada no governo Dutra, em 1946 (VALADARES; HOFFMANN [ca. 1994]), com os objetivos de,

- a) proporcionar a aquisição ou construção de moradia própria, na zona urbana ou rural, a brasileiros e a estrangeiros com mais de dez anos de residência no país; b) financiar obras de abastecimento d'água, esgotos, energia elétrica e outras que visassem à melhoria do bem-estar das

camadas trabalhadoras; c) proceder a estudos que levassem a processos de barateamento da construção habitacional; d) financiar indústrias de materiais de construção.

Como o desafio era imenso e o capital destinado à Fundação era limitado, rapidamente o órgão entrou em crise. O país ainda não tinha sequer instalado um parque fabril de matérias de construção, necessitando, portanto, de alocação de recursos para financiar a indústria. Getúlio Vargas que fomentava a formação da indústria nacional e a modernização do Brasil, socorreu a Fundação, dentre outras fontes, aportou recursos do Orçamento Geral da União.

Isso também demonstra o interesse que Getúlio Vargas tinha de se aproximar das classes trabalhadoras. Embora sem conseguir enfrentar o problema da habitação brasileira, muitos projetos foram implantados, inclusive na cidade de Erechim. Próximo ao Cemitério Municipal, foram construídas algumas casas com recursos oriundos da Fundação Casa Popular.

O Plano Nacional da Habitação e o BNH substituíram a FCP, modificando o foco da política habitacional e aumento do volume de recursos. O projeto pretendia (VALADARES; HOFFMANN [ca. 1994]):

a) coordenação da política habitacional e do financiamento para o saneamento; b) difusão da propriedade residencial, especialmente para as classes menos favorecidas; c) melhoria do padrão habitacional e eliminação das favelas; d) redução do preço da habitação; e) melhoria sanitária da população; f) estímulo à poupança privada e, conseqüentemente, ao investimento; g) aumento de investimentos nas indústrias de construção civil, de material de construção e de bens de consumo duráveis; h) aumento da oferta de emprego, visando a absorver mão-de-obra ociosa não especializada; i) criação de pólos de desenvolvimento com a conseqüente melhoria das condições de vida nas áreas rurais.

Com o BNH a política habitacional passa a ser caracterizada pela articulação entre setor público e privado. Os objetivos descritos nas leis eram nobres, mas o tempo demonstrou que a maior parte deles não foram atingidos. No entanto, de alguma forma, a política dos militares atendia a reivindicação das pessoas que necessitavam melhorar suas condições de habitabilidade. Para Bonduki (2015, p. 142), a criação do BNH foi,

[...] uma resposta do governo militar à forte crise de moradia presente num país que se urbanizava aceleradamente, buscando, por um lado, angariar apoio entre as massas populares urbanas, segmento que era uma das

principais bases do populismo afastado do poder e, por outro, criar uma política permanente de financiamento capaz de estruturar em moldes capitalistas o setor da construção civil habitacional, objetivo que acabou por prevalecer.

Pela afirmação da autora, percebe-se que havia objetivos ideológicos e econômicos. Estes últimos acabaram dinamizando a economia, gerando empregos e o fortalecimento da construção civil. Dentre o montante monetário aportado no programa, o Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS) contribuiu com vultuosos recursos. Era a primeira vez que o Estado brasileiro implantava uma política nacional de habitação, formalmente institucionalizada no Sistema Brasileiro de Habitação (SBH), o qual continuou existindo mesmo após a extinção do BNH.

Nos seus 22 anos de operação o BNH financiou mais de 4 milhões de unidades habitacionais (SILVA; TOURINHO, 2015). Para os mais pobres (BONDUKI, 2015, p. 143) foram financiadas 1,9 milhões de unidades, com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), ou seja, 47,7% do total. De acordo com Santos (1994, p. 67), “A organização interna das diversas cidades também muda, A interferência do Estado, por intermédio do Banco Nacional da Habitação (BNH) ajudou a criar um modelo urbano disperso e extenso” Dentre as inúmeras cidades que receberam financiamentos, o Complexo Cidade Tiradentes, em São Paulo e Cidade de Deus no Rio de Janeiro estão entre os maiores.

O banco instituiu linhas de crédito diferenciadas de acordo com o público alvo e o montante a ser dispendido no financiamento de cada moradia. Para atender as classes populares, com renda de até três salários mínimos, foram criadas em todo o Brasil as Companhias de Habitação a nível municipal ou estadual (COHABs). Para as famílias com renda um pouco maior - entre três e seis salários mínimos- o recurso deveria ser gerido por cooperativas habitacionais (associações sem fins lucrativos que se formam a partir de categorias profissionais e foram intermediárias entre os mutuários e o BNH). Já para a classe média, com renda mensal acima de seis salários mínimos, os financiamentos deveriam ser geridos por Sociedades de Crédito Imobiliário e Associações de Poupança e Empréstimo. Estes órgãos gestores formaram o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo com a finalidade de atenderem a classe média e também as de maior renda (VÉRAS, BONDUKI, 1986).

Findada a ditadura militar, a estratégia econômica passa por modificações pelas forças que assumiram o poder. Nestas alturas, o BNH já vinha desde os anos 1970, enfrentando crises financeiras e denúncias de corrupção (VALADARES; HOFFMANN [ca. 1994]) Uma das ações do governo democrático foi extinguir, após 22 anos de existência, o BNH.

O Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de dezembro de 1986, do então presidente da República José Sarney, assim iniciava: “Art. 1º - É extinto o Banco Nacional da Habitação - BNH, empresa pública de que trata a Lei número 5.762, de 14 de dezembro de 1971, por incorporação à Caixa Econômica Federal – CEF” (BRASIL, 1971). Com este ato, encerram-se as atividades do banco que transfere suas responsabilidades para a Caixa Econômica Federal e a de regulador para o Banco Central. Os críticos da política habitacional da Ditadura Militar tiveram coragem de fechar o Banco, mas não de criar outra política em seu lugar.

O legado das ações do BNH são incontestáveis, não só na habitação mas também no fornecimento de água e canalização de esgotos. No entanto sua capacidade de financiamento ficou muito aquém da necessidade que se apresentou no Brasil entre 1964-1986 (BONDUKI, 2015, p. 143). Neste período 25% dos financiamentos de novas casas passaram por ele, porém como as vias de intervenção do Estado se davam somente no sistema formal de construção e não concediam nenhum tipo de subsídios, os mais pobres não conseguiram acessar o financiamento. Diante disso, conforme Bonduki (2015, p. 144), a grande maioria da população,

[...] não teve outra alternativa senão autoempreender, em etapas, a casa própria em assentamentos urbanos precários, como loteamentos clandestinos e regulares, vilas, favelas, alagados etc., Em geral distante das áreas urbanizadas e mal servidas em infraestrutura e equipamentos sociais

Outro problema apontado por Bonduki (p. 144) foi o “desastre arquitetônico”, criando grandes conjuntos habitacionais padronizados nas periferias das cidades, os quais se tornaram bairros dormitórios, com baixa qualidade de vida e distante dos equipamentos urbanos e locais de trabalho. Isso fez com que dificultasse ainda mais o acesso ao emprego, este que andava em falta nos últimos anos da Ditadura Militar.

Com a crise econômica que marcou as duas últimas décadas do século XX, o empobrecimento das famílias e a conseqüente inadimplência foi inevitável. Muitos

pararam de pagar e perderam suas casas, outros renegociaram suas dívidas. Ainda hoje é possível encontrar mutuários que ainda não possuem o registro do imóvel, apesar das inúmeras campanhas de quitação, muitas vezes com valores simbólicos, promovidas pelos órgãos que operaram os financiamentos no passado. Esta falta de documentação não foi entrave para que as casas fossem negociadas ou modificadas. A grande maioria negociou, ampliou com o tempo o tamanho das moradias, de forma que hoje restam poucos exemplares originais dos projetos, ou pertençam aos proprietários originais.

O Plano Nacional da Habitação, por meio do seu operador financeiro o BNH, foi o maior programa de habitação que o Estado Brasileiro conseguiu produzir até o século XX. Nas duas décadas que seguiram sua extinção, o que se viu foi um esvaziamento da política habitacional. O país deixou de produzir habitação de forma programática e articulada. “Ocorre, assim, uma progressiva transferência de atribuições para os Estados e Municípios [...]” (BONDUK (2015, p. 147). Somente com a criação do Ministério das Cidades em 2003 seria retomado o enfrentamento do déficit habitacional, com a formulação de um programa também ousado: o Minha Casa Minha Vida.

3.2.2 Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Em 2002, após um período de gestão neoliberal iniciado com a eleição de Fernando Collor em 1989 e continuada nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, chegou ao poder um conjunto de partidos coligados ao Partido dos Trabalhadores, do líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, popularizado como Lula. Este partido surgiu após a reabertura democrática e agrupou parte da esquerda do Brasil, que militava em sindicatos e movimentos populares, com forte presença da Teologia da Libertação. A defesa de políticas sociais estava na sua gênese. A expectativa era grande e a esperança se renovava dentre aqueles que esperaram anos para aquele momento.

Um dos primeiros atos do novo governo voltado para os problemas urbanos foi a criação do Ministério das Cidades, com a responsabilidade de dinamizar a habitação, saneamento, transportes urbanos e planejamento territorial. Com ele, pretendia-se dinamizar toda a política habitacional, congregando Estados, municípios

sob a gestão financeira da Caixa Federal. Esta instituição ficou responsável por gerir os recursos oriundos em grande parte do FGTS. A iniciativa foi precedida, antes mesmo da eleição de Lula, com a formulação do Projeto Moradia pelo Instituto Cidadania e aprovação pelo Congresso do Estatuto das Cidades.

O Projeto Moradia foi elaborado por especialistas ligados à questão da habitação. Sob a supervisão de Lula e a coordenação geral de Clara Ant, a coordenação foi formada por André de Souza, Ermínia Maricato, Evaniza Rodrigues, Iara Bernardi, Lúcio Kowarick, Nabil Bonduki e Pedro Paulo Martoni Branco, com a gerência executiva de Tomás Moreira. Sua elaboração foi iniciada 10 anos antes do lançamento do PMCMV.

Conforme Bonduki (2009),

O projeto propôs a criação do Sistema Nacional de Habitação, formado pelos três entes da Federação, que atuariam de forma estruturada sob a coordenação de um novo ministério (Cidades). O controle social seria exercido pelo Conselho Nacional das Cidades e órgãos nos estados e municípios, aos quais caberia gerir fundos de habitação, que deviam concentrar recursos para subsidiar a baixa renda. Nesse aspecto, seria prioritária a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular de instituição do Fundo Nacional de Habitação, bandeira do movimento de moradia que tramitava desde 1991 no Congresso Nacional. A política de subsídios previa um mix de recursos não onerosos - do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com recursos retornáveis, para viabilizar o crédito e o acesso à moradia digna para a população de baixa renda.

Com esta proposta na mesa, o Ministério das Cidades ganhava tempo e já dispunha de uma proposta para discutir com a sociedade. Da mesma forma o Estatuto das Cidades, que ficara 13 anos em debate no Congresso Nacional, já se encontrava vigente desde 2001. Este, pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabeleceu diretrizes gerais da política urbana, além de dar outras providências (BRASIL, 2001). Com estas duas importantes formulações postas, foi apresentada à sociedade a nova Política Nacional de Habitação (PNH), que incorporava o conjunto de propostas do Programa Moradia e ia ao encontro do Estatuto das Cidades.

Ao contrário da política do BNH, imposta de cima para baixo, a PNH dispunha de “instâncias de participação e controle social da política urbana” (BONDUKI, 2015, p. 166), como o Conselho Nacional das Cidades e a Conferência Nacional das Cidades. Nestes havia a participação dos movimentos de luta por moradia de todo o

país. Também foi estimulado que estados e municípios elaborassem seus planos de habitação e suas instâncias de participação que envolvessem todos os segmentos da sociedade.

A participação da sociedade na elaboração do novo PNH ocorreu como planejado. A mesma situação não se verificou com os recursos para financiamentos. O Fundo Nacional de Moradia ficou 13 anos em debate no Congresso, e quando aprovado, foi diferente do proposto pelos movimentos populares, com a denominação de Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que contava basicamente com recursos orçamentários, por imposição da área econômica do governo.

A mesma lei do Fundo criou o Sistema Nacional de Habitação (SNH), anteriormente discutido e aprovado pelo Conselho das Cidades. O mesmo foi dividido em dois subsistemas: habitação de mercado e habitação de interesse social. O primeiro voltado para viabilização de casa própria à classe média. O último para as classes mais baixas, onde havia maior déficit e a necessidade de subsídios. Também previa que para acessar os recursos federais, os estados e municípios criassem fundos, conselhos e planos de habitação. Com isso o governo federal dividia responsabilidade sem perder o protagonismo na política de habitação.

De acordo com o Relatório Final da Subcomissão de Habitação Popular e Regularização Fundiária - Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do RS (AL – RS, 2008, p. 5),

[...] a criação do Ministério das Cidades, em 2003, estruturado para promover a política nacional de desenvolvimento urbano de forma integrada e implementada em consonância com a ação de Estados e municípios, representa um grande passo para o enfrentamento da questão da moradia. Complementando, a aprovação da Lei Federal 11.124/05, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o respectivo Conselho Gestor, viabilizou formas de acesso aos recursos federais para habitação, implementando e reforçando políticas públicas nessa área.

Embora com este arcabouço jurídico estabelecido, e o aumento substancial do aporte de recursos, objetivamente os financiamentos até aquele momento, eram contratados por meio de dispositivos jurídicos herdados do governo FHC (BONDUKI, 2015, p. 168). O governo Lula carecia de um Plano Nacional de Habitação (PNH) e de um programa que ampliasse efetivamente os recursos e ao mesmo tempo dinamizasse a construção de moradias de forma mais acelerada.

Este conjunto de medidas reunidas em um único programa foi apresentado ao Brasil em 2009, antes mesmo do PNH. Tratava-se do Programa Minha Casa Minha Vida. A meta era construir 1 milhão de moradias nas cidades e também na zona rural. Curiosamente, embora trouxesse conteúdo social, o programa foi implementado como uma ação anticíclica de apoio ao setor privado para evitar o desemprego. Este, ameaçava o Brasil na virada de 2009, após a crise no sistema imobiliário do Estados Unidos que se espalhava pelo mundo e chegava ao Brasil. Fazia parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que englobava diversos setores da economia. Esse caráter econômico traria alguns limites à política habitacional por não levar em conta diversos pontos do Plano Nacional de Habitação (BONDUKI, 2009).

Mesmo assim, segundo reportagem do Site G1, assinada pela jornalista Laís Lis (G1, 2019), em 10 anos de existência o Programa teve cerca de 5,5 milhões de unidades habitacionais contratadas, sendo que mais de 4 milhões já entregues. Sem dúvida, é o maior programa habitacional que o Brasil já teve, superando o BNH, que financiou pouco mais de 4 milhões de imóveis.

O PMCMV, desde o início, foi dividido em faixas de financiamento: Faixa 1, com imóveis 100% subsidiados pela União, atende famílias de renda mais baixa. Inicialmente o limite era de R\$ 1,6 mil, atualmente é de R\$ 1,8 mil. Essas famílias recebem descontos de até 90% do valor do imóvel. Conforme Lis (G1, 2019),

Em 2009, quando o Minha Casa Minha Vida foi lançado, a Faixa 1 respondia por 50% das unidades contratadas. No ápice do programa, em 2013, as unidades da Faixa 1 respondiam por 59% do total. O índice chegou a 4,5% em 2017. No ano passado, essa faixa respondeu por menos de 21% das unidades contratadas.

Recentemente o PMCMV passou a ter uma nova Faixa de renda, a 1,5, além das anteriores 1, 2 e 3. Em todas elas, as famílias beneficiadas contratam empréstimos com juros mais baixos e recebem subsídios que podem chegar a R\$ 47,5 mil por imóvel contratado. Os recursos que garantem os subsídios são oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O Programa também dispõe de uma linha de crédito denominada Minha Casa Minha Vida - Entidades. Com ela as cooperativas habitacionais e entidades privadas sem fins lucrativos podem contrair financiamento coletivo e gerir construções de casas. Ela é voltada para pessoas de baixa renda, atualmente para famílias que

ganham até R\$ 1.600,00 por mês (CAIXA, 2019) Embora exija destas entidades alta capacidade organizacional, a vantagem está em fugir dos atravessadores e obter melhores construções com menores custos. Em Erechim não houve nenhum empreendimento nesta modalidade.

Ao longo de sua existência, o Programa apresenta como saldo positivo inúmeros elementos: tamanho (o maior da história do Brasil), velocidade, subsídios, impacto na economia, gerando mais de 3,5 milhões de empregos e mais de 110 bilhões investidos do Orçamento Geral da União (G1, 2019); crescimento da cadeia econômica da construção civil e por ser uma ação de Estado, possibilitou a construção de casas regularizadas, antes do PMCMV, 80% das residências dessa faixa de renda eram feitas em autogestão, sem segurança e sem documentação. Além disso, embora com dificuldades, o programa conseguiu atingir as classes mais baixas, onde se concentra 90% do déficit habitacional. Segundo Costa (2018, p. 298),

[...] na fase II do PMCMV das 4,2 milhões de moradias construídas 1,7 milhão foram destinadas às famílias constituintes da faixa I (até R\$ 1.600) em todas as regiões do Brasil, o que corresponde a um total de 40,47% dos benefícios.

Como pontos negativos são apontados: localização dos terrenos distante dos serviços e equipamentos públicos, padronização das construções, dificuldades de acessar os locais de trabalho e cadastros sem transparência, com ação das milícias e do tráfico (FJP, 2016) . Soma-se a isso, imóveis construídos com baixa qualidade e conjuntos habitacionais entregues com atraso ou simplesmente não concluídos.

Um elemento importante que o PMCMV não conseguiu e nem se pretendia que conseguisse fazer, dada sua formatação, foi a diminuição do preço da terra urbana. Ao contrário, os valores subiram em grandes percentuais. Maricato (2012, p. 70) destaca que, “O aumento dos investimentos em habitação sem a necessária mudança da base fundiária tem acarretado, de forma espetacular, o aumento dos preços de terras e imóveis desde o lançamento do PMCMV.” Em Erechim este fenômeno também foi percebido. Mesmo com ampliação do perímetro urbano, em 2010, os valores em alguns casos duplicaram.

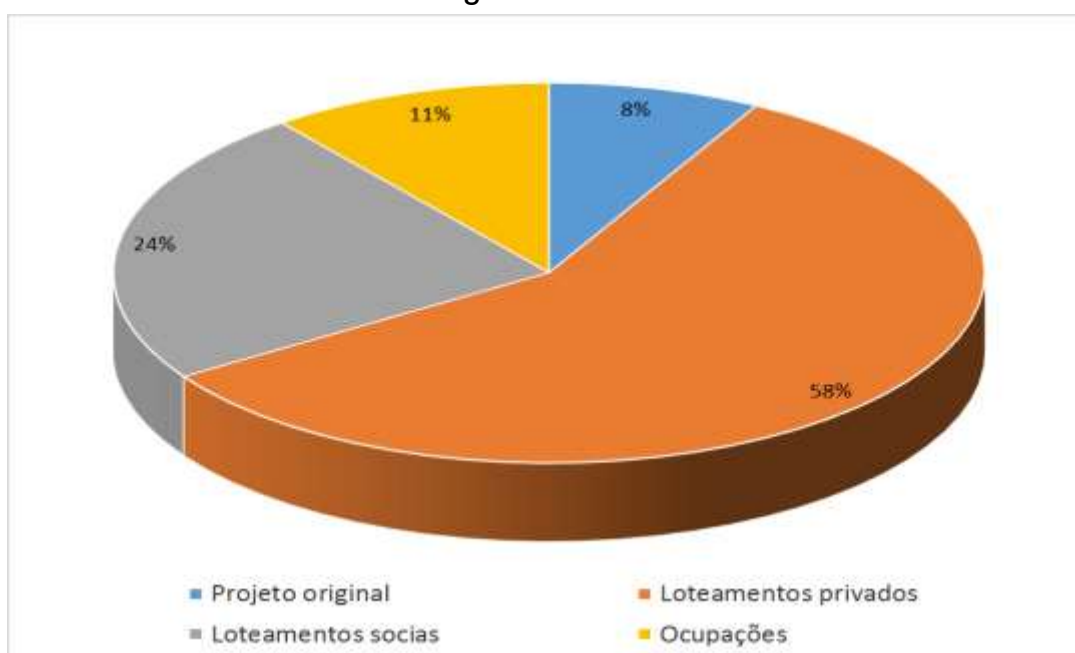
O PMCMV, embora tenha viabilizado casa própria para milhões de brasileiros, não foi suficiente para diminuir o déficit habitacional, pois a demanda adicional por novas habitações, decorrente do crescimento do número de famílias e da mobilidade

entre estratos de renda, se manteve constante, inclusive com ligeiro crescimento. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratado pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - ABRAINC, revelou que “em 2017, o déficit por moradia alcançou 7,8 milhões de famílias, o que representa alta de 6% na comparação com 2009, sugerindo que o programa não conseguiu dar conta desse desafio” (ABRAINC, 2018, p. 51) . Para tanto, deveriam ser tomadas outras medidas, como planos diretores que garantam a função social da terra urbana, de competência municipal, além da melhora do poder aquisitivo das famílias.

Se PMCMV não conseguiu garantir moradia para todos, tão pouco se conseguirá sem ele, ou outro similar. No atual governo, que assumiu em janeiro de 2019, o mesmo está ameaçado. Passado quase um ano, ainda não se sabe qual será a política habitacional para os próximos anos. O que os dados apontam até o momento é que os recursos destinados à habitação são os menores da história do Programa. Tanto o mercado, como os mais de 7 milhões de famílias que sonham com sua casa própria, aguardam ansiosamente por uma definição e retomada dos financiamentos.

3.2.3 Os primeiros Loteamentos Sociais de Erechim

Gráfico 7 - Estimativa de origem dos lotes com domicílio em Erechim



Fonte: Secretaria de Obras Erechim (2019) . Gráfico elaborado pelo autor

Carlos Torres Gonçalves em relatório enviado ao Presidente do Estado do RS, em 1913, informava que havia 1.300 lotes urbanos demarcados no Povoado Paiol Grande (atual Erechim), dos mais de 2.500 previstos na planta original, para onde seria transferida a nova Sede da Colônia Erechim (CASSOL, 2003, p. 62). Estes foram comercializados pela Comissão de Terras do Governo do Estado do RS. Havia também no projeto original um conjunto de chácaras que foram parceladas posteriormente.

A partir deste núcleo inicial em um século de história foram implantados, de acordo com o arquivo da Secretaria de Obras da Prefeitura, pelo menos 414 loteamentos. Nestes, segundo dados do IBGE, instalaram-se 37.854 domicílios (SEBRAE, 2019, p. 11). Considerando a natureza dos lotes, estima-se que estejam localizados: 3.000 no traçado original; 22.000 em loteamentos privados; 9.000 em loteamentos sociais e 4.000 em áreas ocupadas. O Gráfico 7 expressa esta divisão em percentuais.

O primeiro loteamento social que teve seu projeto aprovado em 1951, em Erechim, fora da planta original, foi a Vila Operária, atual Bairro São Cristóvão. O governo do Estado doou a área e o Município executou. Já em 05 de setembro de 1950 emitira documento deferindo o pedido da área em favor do Município. Assim dizia o ofício 188 de 25 de setembro de 1950: “Dada a elevada finalidade da medida, opino deferimento, ao preço de Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos) o metro quadrado para pagamento à vista, tudo de acordo com o art. 4 do Regulamento de Terras em vigor”. A doação da área em definitivo para o Município se deu apenas em 1960, pelo decreto Estadual nº 3.978 de 8 de novembro de 1960.

Os loteamentos sociais que se seguiram foram construídos com recursos oriundos de programas federais, como os da Fundação Casa Popular e Banco Nacional de Habitação.

Da Fundação Casa Popular (FCP), foi construído um loteamento com 52 terrenos, com área média de 225 m², próximo ao Cemitério Municipal, no final da Avenida 15 de novembro.

Possivelmente seja o loteamento mais antigo financiado com verbas federais em Erechim. Das primeiras casas construídas em madeira (Fotografia 2), ainda restam alguns exemplares. Construídas em um estilo próprio.

Fotografia 2 - Fundação Casa Popular – Fachada original - 1952



Fonte: Google Earth (2011)

Em 1960 foi construída a Cohab Mantovani, com 64 lotes, tendo uma média de 195 m². Este loteamento localiza-se ao lado do Parque Longines Malinowski, hoje em pleno centro da cidade. Na época pertencia a área Suburbana de Erechim. Com recursos da Legião Brasileira de Assistência (LBA) foram financiadas diversas casas em diversos lugares da cidade, como no Bairro Progresso e no Bairro Florestinha, no entanto, não foram encontrados registros de loteamento exclusivo executado por este órgão.

No período ditatorial foram construídos inúmeros conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) (Tabela 3), alguns através do programa de Erradicação da Subabitação – PROMORAR (1982), via Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB RS), seu agente financeiro nos estados.

Naqueles anos o êxodo rural estava em alta. Enquanto o campo passava por mudanças, a cidade se industrializava. Como resultado o número de sub-moradias aumentou muito. Estes loteamentos, parte significativa deles, era destinada para remoção de famílias de áreas indesejáveis e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Tabela 3 - Loteamentos Financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH)

Loteamento	Nº de lotes	Tamanho médio em m²	Nº domicílios	Ano
Cohab Aldo Arioli	150	260	150	1968
Cohab JK	103	330	103	1968
Cohab Estevam Carraro	150	215	403	1980
Vila Progresso (Cristo Rei)	593	160	593	1982
Total de lotes	996	Total moradias	1249	

Fonte: Arquivo Secretaria Municipal de Obras – Erechim. Tabela elaborada pelo autor

Vários aglomerados de moradias precárias construídas em áreas ocupadas desapareceram. Destaca-se desta época o caso Cachorro Sentado, próximo onde é hoje a Rodoviária. Embora os moradores tenham resistido e defendido a proposta de regularização, o resultado foi a destruição total dos casebres, a devolução da área “limpa” ao proprietário e a remoção de todos para o loteamento Vila Progresso

Com o fim da Ditadura Militar e conseqüente extinção do BNH em 1986, por mais de 3 décadas não houve investimentos por parte do Governo Federal na área da Habitação em Erechim. Os loteamentos sociais que foram criados no período foram de iniciativas do governo Municipal e Cooperativas. De acordo com dados apurados junto à Secretaria de Obras de Erechim, entre 1951 e 1982, foram implantados 7 loteamentos sociais.

Destes, somente um deles foi com recursos municipais, os outros 6 foram via programas federais. Já entre 1983 até 2008, dos 37 loteamentos sociais executados nenhum foi via programa federal, todos eles foram financiados com recursos do próprio Município ou dos mutuários associados em cooperativas. De 2008 até 2017, a situação se inverte: dos 22 loteamentos sociais implantados (Quadro 3), que tiveram lotes vendidos, todos em alguma medida tiveram recursos de programas federais. Isso demonstra que tanto os militares quanto os governos progressistas do PT tinham a habitação como uma de suas prioridades. O mesmo não se pode dizer dos governos neoliberais, que investiram pouco ou quase nada em programas habitacionais.

Com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva e o Advento do PMCMV criou-se um ambiente favorável à construção de casas na cidade de Erechim, pois coincidiu com a eleição do prefeito Paulo Polis, também do Partido dos Trabalhadores, servidor de carreira da Caixa Federal, o qual tinha a habitação como prioridade em sua plataforma de governo.

Desta forma, entre 2008 e 2017 (Quadro 3), foram disponibilizados 3.243 terrenos em 26 loteamentos sociais e mais 258 casas e apartamentos. Foram mais de 3.500 unidades habitacionais. Nestes loteamentos, somados a projetos de condomínios e terrenos já adquiridos, foram financiadas mais de 2.000 casas com recursos do governo federal com participação da Prefeitura. A maioria delas foram executadas em parceria com a iniciativa privada.

Quadro 3 - Loteamentos sociais aprovados em Erechim 2007 - 2017

Nome Do Loteamento	Loteador	Ano	Nº de lotes	
Cooper Vida	Petit Vilage	Cecris	2007	20
Portal do Sol	Petit Vilage	Cooperativas	2008	85
Dona Francisca	Cotrel	Cooperativa	2009	33
Funcionários da Cotrel	Cotrel	Cooperativas	2009	9
Panorâmico	Paiol Grande	Cooperativas	2010	11
Bem Morar Erechim	Frinape	Cooperativas	2011	356
Social Aeroporto	Aeroporto	Município	2008	110
Social Entre Paióis 1	Paiol Grande	Município	2008	84
Social Renascer	Bandeirantes	Município	2008	46
Social Presidente Vargas	Presidente Vargas	Município	2009	17
Social Minha Casa Minha Vida	Paiol Grande	Município	2010	92
Social Vida Nova	Copas Verdes	Município	2010	23
Por do Sol Petit Vilage	Petit Vilage	Município	2011	50
Vida Nova (Capo-Êre)	Capo-Êre (Distr.)	Município	2012	27
Vale do Tigre	Rio Tigre	PPP	2011	99
Fiebig I	Novo Atlântico	PPP	2012	103
Fiebig II	Novo Atlântico	PPP	2012	85
Fiebig III	Novo Atlântico	PPP	2012	12
Poltronieri	Liberdade	PPP	2012	276
RIO TIGRE I, II e III	Rio Tigre	PPP	2012	300
Felippio II	Paiol Grande	PPP	2014	238
Morada das Estrelas	Agrícola	PPP	2015	79
Altos da Coxilha	Cristo Rei	PPP	2016	113
Arvoredo	Amizade	PPP	2016	660
Fiebig IX	Liberdade	PPP	2016	56
Angelo Augusto Rigo	Liberdade	PPP	2017	190
Total de Lotes				3174

Fonte: Secretaria de Obras de Erechim (2019). Quadro elaborado pelo Autor

Em alguns loteamentos destinados para famílias de baixa renda (Faixa I), o Município adquiriu o terreno e repassou-o a preço de custo aos mutuários. Em outros, a parceria com construtoras se deu com declaração de Loteamento de interesse social e disponibilização de máquinas para a terraplanagem, além de organizar o cadastro das famílias

Na imagem 2, a título de exemplo é demonstrado o loteamento Rio Tigre, neste o Município declarou o loteamento de interesse social, aprovou os projetos, realizou a terraplanagem dos terrenos e indicou os mutuários. A construtora disponibilizou o terreno, elaborou os projetos, construiu as casas e comercializou os terrenos nos valores, abaixo dos praticados no mercado, conforme acordado no termo de parceria que fez com o Município.

Imagem 2 - Loteamento Rio Tigre – Proposição do Município – Execução iniciativa privada - Financiamento PMCMV

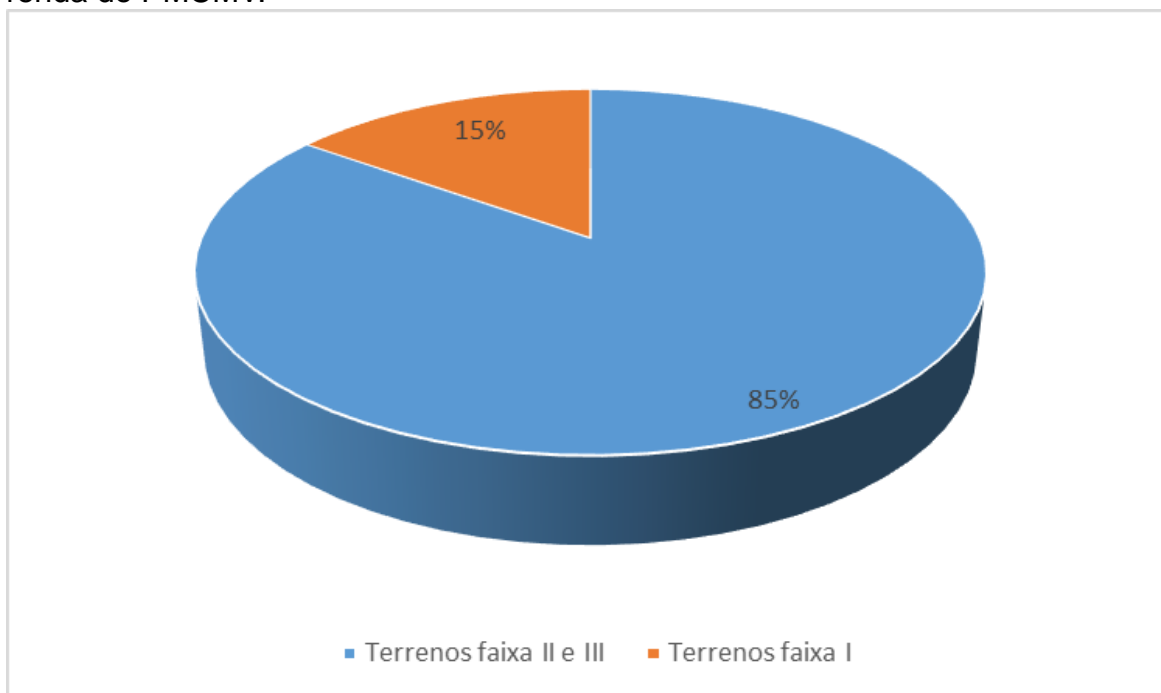


Fonte: Google Earth (2019)

Entre 2007 e 2017 foram entregues 609 unidades entre casas e apartamentos para as famílias de baixa renda (faixa I PMCMV). Se considerando um total de 2.000 moradias construídas com participação do poder público municipal, ter-se-á 30% destinadas ao público-alvo prioritário da política habitacional, número abaixo da média nacional, que na faze II do Programa destinou mais de 40% para a

Faixa I. Por outro lado, se considerado o número de terrenos sociais disponibilizados, o percentual destinado aos mais pobres fica menor ainda. Conforme o Gráfico 8, dos cerca de 4.000 unidades (terrenos, casas, apartamentos) deste período, seriam apenas 15% para estas famílias. Isso demonstra a dificuldade dos programas habitacionais chegarem em quem mais precisa.

Gráfico 8 - Terrenos sociais disponibilizados em Erechim 2007 – 2017 por faixa de renda do PMCMV.



Fonte: Secretaria de Obras Erechim (2019). Gráfico elaborado pelo autor

Salienta-se que mesmo diante do baixo número de casas construídas às famílias de baixa renda no último período, o Município abandonou por completo a questão da moradia. Prova disso que desde 2017 nenhum novo loteamento social foi aprovado. A atual gestão aprovou apenas um em 2017, o qual tinha documentação iniciada ainda em 2016. Diversos fatores contribuíram para esta paralisia, dentre eles são destacados: o grande volume de terrenos disponibilizados nos anos anteriores; diminuição dos recursos do PMCMV e mudança de gestor no âmbito Municipal em 2017, que deixou de priorizar a habitação e a crise política e econômica no Brasil.

Ao menos dois deles não se sustentam enquanto argumento: Aquele que sugere a grande oferta de terrenos como uma das causas do fim dos loteamentos sociais e o outro que aponta a falta de investimentos do governo federal. Quanto ao

primeiro, de fato há uma oferta alta de terrenos. De acordo com dados da Secretaria da Fazenda, existem em torno de 10 mil terrenos vazios em Erechim (PREFEITURA DE ERECHIM, 2019). No entanto, os existentes, devido ao seu preço, não se enquadram na renda das famílias mencionadas, então ainda há demanda. E o segundo argumento não se justifica, pois em outros tempos, mesmo sem programas federais, o Município de Erechim produziu habitações sociais, como se verá a seguir.

3.2.4 Sem programas federais é a vez do Município e das cooperativas

Diante do crescimento da falta de moradias e a ausência de programas federais de habitação, o Município de Erechim decidiu investir em loteamentos sociais. Entre 1990 e 2001, foram construídos 17 (Quadro 4), executados diretamente pelo Município.

Foram 1.827 lotes disponibilizados, sendo o maior deles o Loteamento Social Dez (Bairro Atlântico), com 600 terrenos. Este último é o maior da história executado pelo poder público. Atualmente está sendo executado o loteamento social Arvoredo, com 660 lotes, porém o empreendimento é da iniciativa privada.

Quadro 4 - Loteamentos com recursos municipais - Erechim - Década de 1990

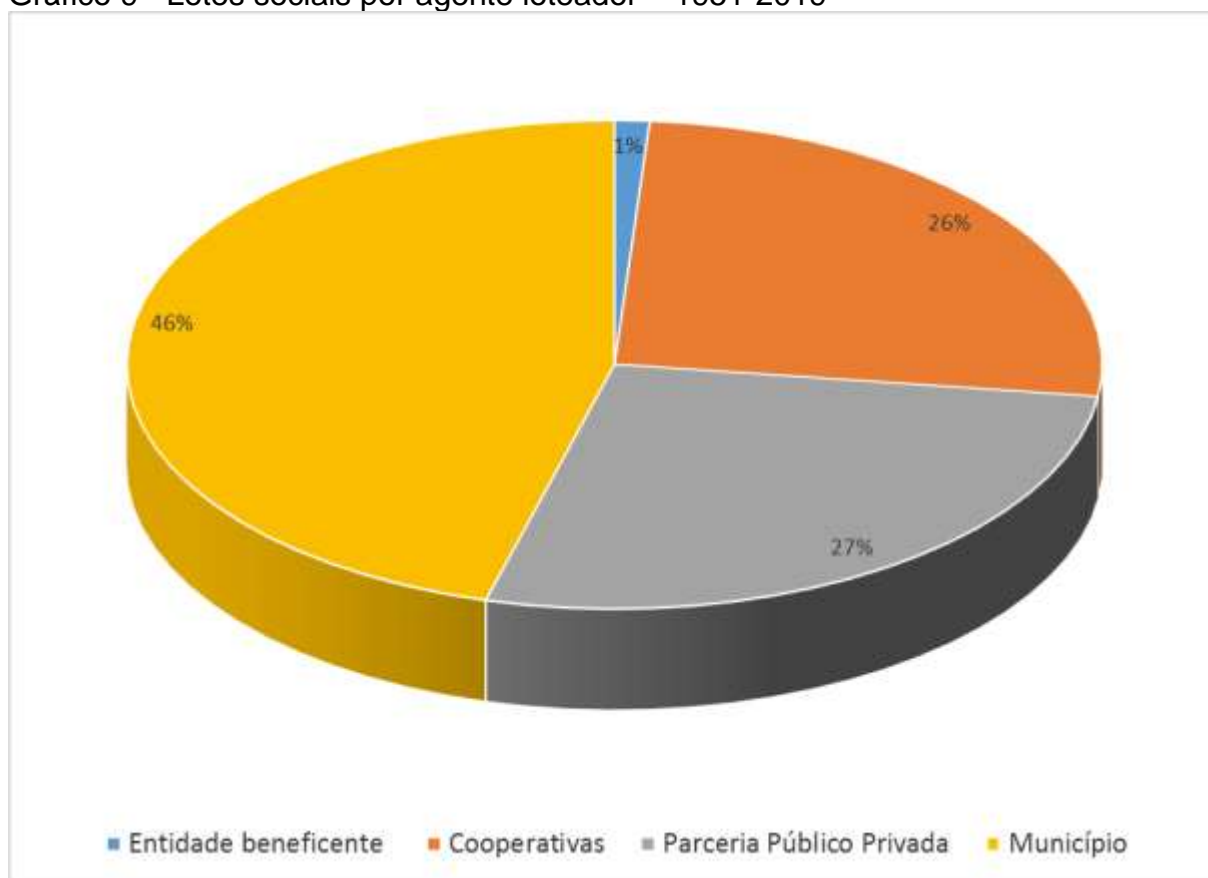
Loteamento	Bairro	Nº Lotes	Ano
Social 1	São José	27	1990
Social 2	Petit Vilage	94	1990
Social 3	Progresso	66	1991
Social 5	Jaboticabal	50	1991
Arpini	Bela Vista	7	1992
Social 2 Ampliação	Petit Vilage	91	1992
Social 4	Koller	35	1992
Social 6	Boa vista	81	1992
Social 8	Koller	32	1992
Social 9	Progresso	40	1994
Social 10	Atlântico	600	1992
Ulysses Guimarães	Aldo Arioli	82	1995
Colégio Agrícola I	Agrícola	68	1997
Colégio Agrícola II	Agrícola	68	1997
Paio Grande I	Paio Grande	275	1999
Paio Grande II	Paio Grande	109	2000
Paio Grande III - Amanhecer	Paio Grande	102	2000
Total de lotes		1.827	

Fonte: Município de Erechim - Secretaria de Obras (2019) Tabela elaborada pelo autor

Destacam-se também os loteamentos executados nos atuais Bairros Paiol Grande e Agrícola, estes construídos entre 1997 e 2000, no mandato do então Prefeito, Luiz Francisco Schmidt. Foram financiados pela Prefeitura 622 terrenos, todos urbanizados, construídos com mão de obra sob responsabilidade dos mutuários. Do ponto de vista dos contemplados, o Programa foi considerado positivo. No entanto para o Município trouxe alguns problemas. O tomador de empréstimo junto à Caixa Federal foi o próprio Município de Erechim e não os mutuários individualmente. Independente dos pagamentos individuais, as prestações deveriam ser pagas em dia, o que onerou o orçamento municipal.

Como pode ser visto no gráfico 9, o Município de Erechim, ao longo da história, viabilizou de forma direta 45% dos lotes sociais (3.879). Os demais foram executados ou por cooperativas ou em parcerias com a iniciativa privada.

Gráfico 9 - Lotes sociais por agente loteador – 1951-2019



Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Erechim (2019) Gráfico elaborado pelo autor.

Outra forma de viabilizar a casa própria foram as cooperativas (pelo menos 4): Cooperativa Habitacional da Indústria e do Comércio (Cooperhabic), Cooperativa Habitacional Erechim LTDA, a Cooperativa Habitacional 13 de Agosto e a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf).

A primeira, antes de sua falência, executou os projetos dos Loteamentos Jabuticabal Cooperativo, Novo Horizonte, Parque Redenção, Funcionários Cotrel Cooperativo, Parque Redenção I, Alvorada Cooperativo, Aurora, Parque Redenção Condominial, Portal do Sol, Dona Francisca, Funcionários da Cotrel e Panorâmico, totalizando 1.328 lotes.

A Cooperativa Habitacional Erechim LTDA executou somente um loteamento, o Novo Horizonte, com 432 lotes. A Cooperativa Habitacional 13 de Agosto, formada por policiais militares, executou os loteamentos Recanto Seguro e Condomínio Treze de Agosto, somando 84 lotes. Já a Cooperhaf executou na era do PMCMV, o loteamento Bem morar, que compreende 356 lotes, no lado Sudoeste do perímetro urbano, em área de expansão do Plano Diretor.

O projeto do Bem Morar, de interesse social em parceria com o Município de Erechim, previa a construção de usina de tratamento de esgoto. A maior parte da infraestrutura já está pronta, porém devido à dificuldade financeira de Cooperativa, somada a desentendimentos com a Prefeitura e embaraços burocráticos na destinação dos efluentes, a obra ainda não foi concluída.

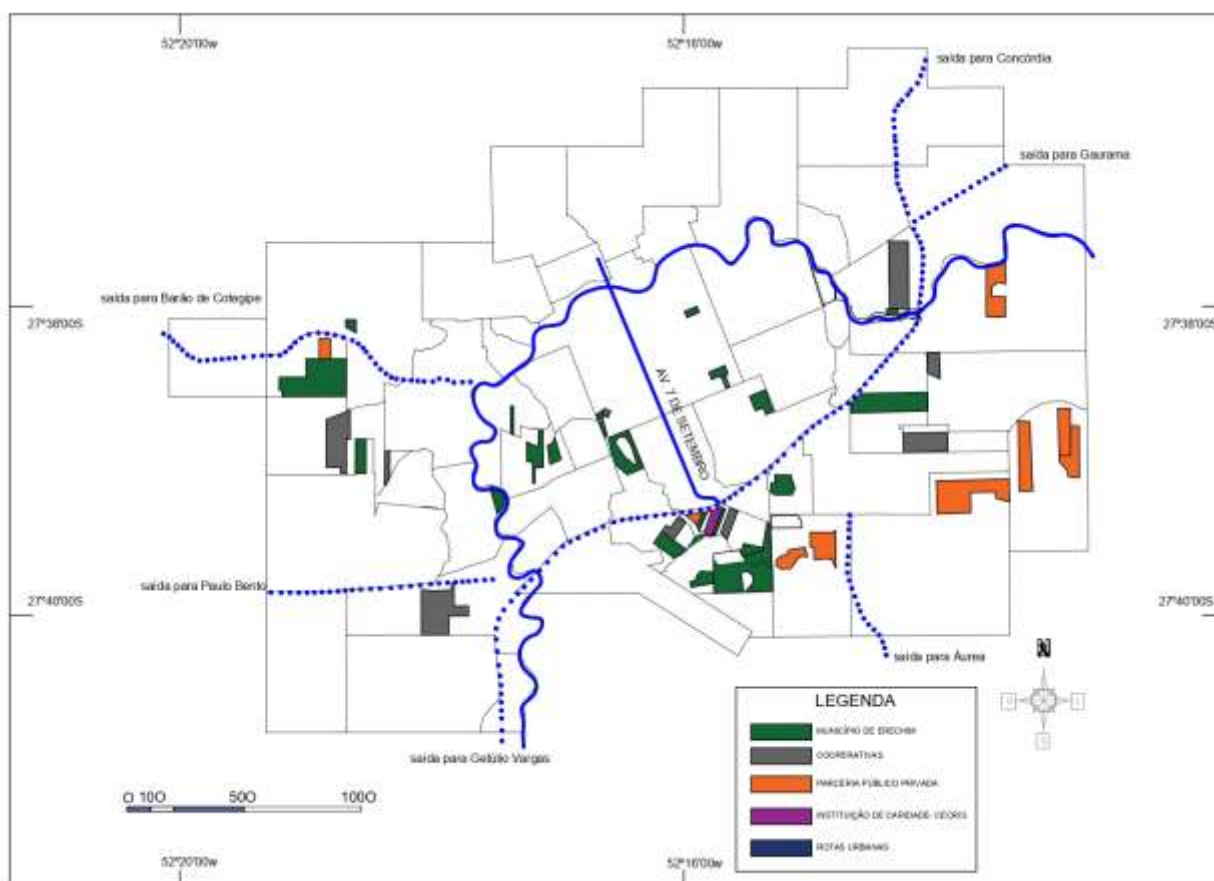
Como demonstra o gráfico 9, as três cooperativas juntas viabilizaram 27% dos lotes sociais (2.200). A Cooperhabic chegou a ser referência no Estado do Rio Grande do Sul, porém com o passar dos anos, devido a diversos fatores, encerrou suas atividades, restando uma enorme dívida e inúmeros associados lesados.

Sublinha-se que os projetos destas cooperativas eram voltados para famílias da classe média baixa, que dispunham de alguma economia a ser investida. Embora eventualmente acessassem linha de financiamento do Estado ou da União, não havia subsídios para os mutuários, de modo que as famílias mais pobres, por não disporem de meios econômicos, não participavam destes projetos.

Assim, do total dos lotes sociais, Erechim teve pelo menos quatro formas diferentes de agente loteador (Mapa 3): o Município⁵, as Cooperativas, Parcerias Público Privada (PPP) e uma entidade de Caridade que executou alguns lotes.

Ao longo da história de Erechim, depois do projeto original, foram disponibilizados pelo menos 8.379 lotes sociais. Como pode ser verificado no Mapa 3, o Município foi o que mais fez: 3.879. Em seguida vem as PPPs com 2.300, seguidas pelas cooperativas com 2.200, e por fim o Centro Cultural e Assistencial São Cristóvão (CECRIS) com 98. Este último é uma entidade assistencial criada pela Irmã Consolata.

Mapa 3 - Loteamentos sociais de Erechim conforme natureza da proposição (Loteador) 1951 - 2017



Fonte: Secretaria de Obras Erechim (2019) Mapa elaborado pelo autor.

⁵ Os loteamentos executados pelo Estado ou pela União foram incluídos na categoria “Município”. Embora juridicamente as áreas estivessem em nome da União ou do Estado do RS, na prática o Município sempre esteve envolvido. Um exemplo foi a Vila Progresso, executada pela COHAB em parceria com o Município.

A maioria destes lotes sociais foram adquiridos juntamente com a casa. Diversas foram as formas de financiamento, o tipo de mão de obra e o tamanho das casas. No entanto a modalidade mutirão não se teve conhecimento de que tenha existido. Esse método é bastante usado em diversas regiões do país, mas parece que por aqui não vingou.

Importante destacar que os loteamentos sociais executados por particulares é uma invenção recente em Erechim - a partir de 2011. Também chamados de PPPs, embora não os sejam na forma da lei que regulamenta esta modalidade de negócio, surge na era PMCMV. Eles não possibilitam, via de regra, as mesmas vantagens para os mutuários que as outras modalidades oferecem, exceto quando o município participa como sócio do empreendimento, concedendo terreno, máquinas, isenções...

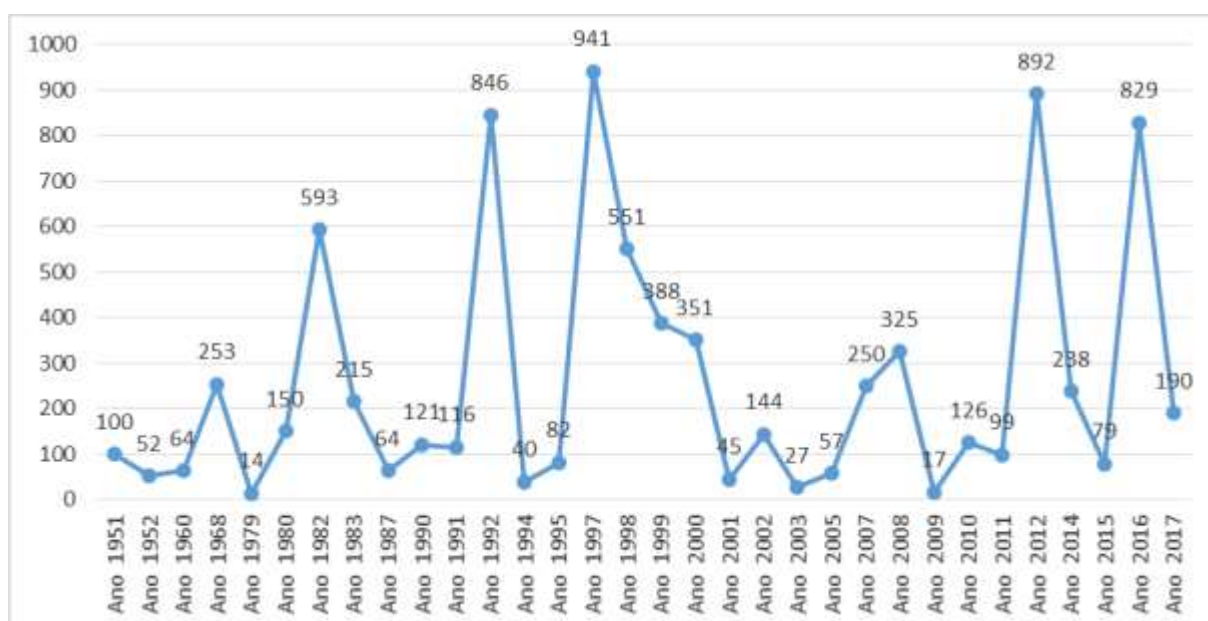
Na maior parte daqueles executados entre 2011 e 2017, o Município apenas declarou por lei o loteamento como social. Com isso o empreendedor teve vantagens como isenção de taxas, fracionamento da área em terrenos menores (250 m² ou menos) e indicação de compradores a partir de cadastro do Município. Em troca disponibilizou um percentual dos terrenos a preços menores que de mercado em valores tabelados na formulação do acordo entre as partes, na qual só podem ser comercializados mediante indicação do Setor de Habitação do Município.

A forma de escolha dos mutuários, em todos os loteamentos sociais construídos a partir de 2009, era por sorteio público. Eles concorriam a partir de uma lista de inscrições previamente realizada. Em alguns casos as inscrições eram específicas para determinado loteamento, em outros, seguia-se o cadastro geral. Diante deste formato o MPU reivindicou que seus integrantes tivessem 30% das vagas garantidas nos loteamentos para famílias de baixa renda, sob o argumento de que o caso deles era mais urgente. Caso contrário teriam que disputar com mais de 4 mil inscritos. O Município acatou a reivindicação.

Ainda sobre a modalidade PPP, o interesse das construtoras estava nas faixas de maior valor de financiamento. Prova disso que somente o Condomínio Carlotto foi executado desta forma e destinado às famílias que se enquadravam na faixa I do PMCMV. Os demais loteamentos para este nível de renda foram executados diretamente pelo Município sendo terceirizada a execução da infraestrutura.

No Gráfico 10 é demonstrada a série histórica do número de lotes implantados em Erechim desde o início da formação da cidade, sem considerar a natureza do loteador. Percebe-se que apenas a partir dos 1980 o poder público municipal começa a se preocupar com a habitação popular. É justamente naquele período em que os problemas da falta de moradia às famílias mais pobres começa a aparecer. Vários núcleos irregulares começam a surgir em diversos pontos da cidade. Além disso era necessário “limpar” a cidade para expandir a área central que já esgotara a venda de lotes.

Gráfico 10 - Série histórica - nº de lotes sociais disponibilizados - 1918 - 2019



Fonte: Arquivo Secretaria de Obras Erechim – Gráfico elaborado pelo autor

Destacam-se os anos de 1992, 1997 e 2012, como os que tiveram maiores volumes de lotes sociais aprovados junto à Secretaria de Obras. Pontua-se que no ano de 1997 o volume foi puxado pela ação das cooperativas, pois o governo federal não dispunha naquele momento de projetos habitacionais aos moldes do BNH ou PMCMV.

Um fato curioso a ser destacado é que o ano de 2013 foi o que teve o maior número de loteamentos aprovados da história de Erechim. Porém nenhum deles era social. O maior número de lotes sociais na era do MCMV foi disponibilizado em 2012. Teve um pico em 2016, em 2017 foi apenas um projeto, e desde então não foi aprovado nenhum loteamento social.

Do conjunto dos lotes sociais ofertados ao longo da História, apenas um percentual pequeno foi destinado às famílias de baixa renda, geralmente de trabalhadores informais. A alternativa para estas foi a ocupação irregular de terrenos. Estima-se que em Erechim, cerca de 4.000 domicílios estejam localizados em áreas ocupadas. Chegou-se a este número a partir do cruzamento dos dados da Prefeitura de processos de regularizações e de contagem a partir das imagens de satélite de núcleos de ocupações. Elas ocorreram ao longo da História da Colônia, mas intensificavam-se a partir da década de 1960. Atualmente Erechim não tem nenhum novo caso de formação de núcleos de ocupações irregulares. A última tentativa foi registrada em 2015, junto à área pertencente ao Aeroporto da Cidade (Fotografia 3).

Fotografia 3 - Ocupação em área do Aeroporto de Erechim – agosto de 2015



Fonte: Jornal Diário da Manhã . Autora: Jéssica França / DM (10 set. 2015)

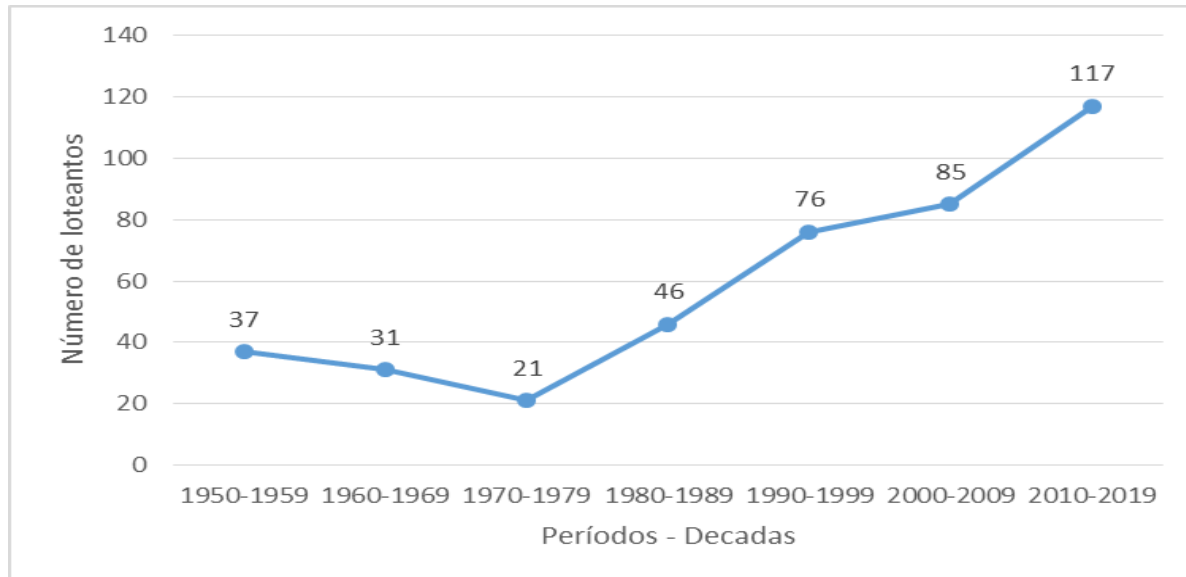
Dezenas de pessoas construíram seus barracos de lona com objetivo de permanecer na área. Contudo a ação da Procuradoria Geral do Estado foi rápida e conseguiu na justiça liminar de reintegração de posse e os barracos foram removidos. De acordo com matéria veiculada no Jornal Diário da Manhã (FRANÇA,

10 de set. 2015), a ocupação não tinha uma organização unificada e nem líderes definidos, o que facilitou a desintegração. A ação chamou atenção da sociedade para a falta de moradia, mas concretamente os envolvidos não tiveram conquistas.

Percebe-se que os projetos de loteamentos sociais não dão conta da demanda habitacional. Se se considerar a soma dos lotes gerados diretamente pelo poder público (3879), percebe-se que é menor que a quantidade estimada de lotes ocupados irregularmente. A cidade oficial construída por políticas públicas de forma direta pelo poder público municipal é menor que a protagonizada por ocupações ilegais. Estes dados ajudam a responder a pergunta de Boulos (2015): “Por que ocupamos?”

Por outro lado, conforme pode ser verificado no Gráfico 11 a oferta geral de lotes (sociais e particulares) na cidade de Erechim, demonstrada pelo número de loteamentos, vem crescendo desde a década de 1970, exatamente no período como as linhas do Gráfico 1 - que demonstra a evolução da população urbana - se cruzam.

Gráfico 11 - Número de loteamentos privados e sociais em Erechim por décadas - 1950 - 2019



Fonte: Prefeitura de Erechim. Arquivo Secretaria de Obras. Gráfico elaborado pelo autor

O gráfico 11 demonstra a série histórica do fracionamento do solo urbano de Erechim em loteamentos, desde 1950. Todos os registrados junto à Secretaria de Obras foram considerados. Apuraram-se 414 loteamentos no total (incluindo Bairro Centro). Destaca-se que até 1956 não eram aprovados loteamentos. Os lotes

disponibilizados faziam parte da planta original do Município, elaborada pelo Governo do Estado. Antes disso foram identificados 3 loteamentos criados por programas federais, no entanto sem aprovação, somente plantas arquivadas. Dos 37 da década de 1950, dezenove deles foram aprovados no ano de 1956. Isso justifica um número maior que na década seguinte, pois havia demanda represada.

A década de 1970 foi a que menos teve loteamentos aprovados. Depois disso, até 2013, as aprovações só aumentaram, este que teve o maior número da história: 27 loteamentos aprovados. Desde então os números despencaram, chegando a somente 2 loteamentos aprovados em 2018, dentre os piores anos da série histórica. Mesmo assim a última década é a que mais teve loteamentos aprovados na história de Erechim.

Mesmo com todos estes programas e estratégias, o déficit habitacional foi uma constante da História de Erechim. A incapacidade do mercado e do poder público em resolver o problema do acesso à moradia pelas famílias de classes médias e baixas, dados os interesses privados intrínsecos ao sistema capitalista, fez com que o problema persistisse e se ampliasse nas grandes metrópoles e até em cidades médias como é o caso de Erechim. Neste, a falta de moradia digna, além das estratégias citadas, provocou o surgimento do Movimento Popular Urbano.

4 O MOVIMENTO POPULAR URBANO – MPU

*Somos a favor da reativação da rede ferroviária.
Somos contra as famílias serem expulsas
sem nenhum direito depois de anos morando,
vivendo e trabalhando nestas áreas.
Exigimos que valorizem nosso
trabalho, que tanto contribuiu para o
desenvolvimento de nossos municípios.*

Manifesto do MPU

O Movimento Popular Urbano começa a ser organizado ainda em 2006 (VOZ REGIONAL, 22 nov. 2006), mas foi efetivamente criado em 12 de maio de 2007, com objetivo de articular a luta das famílias lindeiras da linha férrea e da BR 153, na travessia urbana da cidade de Erechim, para que não perdessem suas casas. A necessidade surgiu depois que os beira-trilhos foram informados que deveriam deixar suas casas, situação que piorou quando a América Latina Logística (ALL) acionou a justiça requerendo reintegração de posse com ameaça de despejo. Estas notificações eram resultado de uma ação de reintegração de posse, representada pela empresa concessionária ALL que, atendia a uma condenação da justiça federal, para que os trens voltassem a circular entre Erechim e Passo Fundo. Tal condenação teve origem em uma Ação Civil Pública nº 5001291-04.2011.4.04.7117 (Processo Físico nº 2007.71.17.000391-6), que atendia o anseio da região pela volta do transporte ferroviário e preservação do patrimônio público.

Porém, as origens históricas do MPU remontam a um tempo anterior. Como visto até aqui, ele nasce como resultado de um processo histórico vivido no Brasil desde a chegada dos europeus no século XVI até a urbanização do final do século XX e início do século XXI. A maioria dos sujeitos deste movimento social, de alguma forma, eram herdeiros das transformações sociais ocorridas no último século. Pelas circunstâncias individuais e sociais acabaram estabelecendo uma relação especial com as estradas que foram significativas na propagação do progresso da Região Alto Uruguai: a estrada de ferro e a estrada de asfalto.

A rede ferroviária e a BR 153 respectivamente, ambas tiveram suas faixas de domínio ocupadas por estes personagens. Aí viveram por décadas. Constituíram

suas famílias, seus laços de amizades com a vizinhança, seus locais de trabalho, a parada de ônibus próxima, o barranco em que as crianças adoravam brincar, a escola de estudos, o caderninho de compras da venda, onde o filho foi assassinado..., enfim, o espaço onde a vida se reproduzia. Até que um certo dia receberam uma intimação, dando conta de que deveriam sair, pois os trens estariam voltando e a BR seria alargada.

Imediatamente decidiram que sem casas não ficariam e por elas deveriam lutar. Uma alternativa seria reivindicar a posse via usucapião, no entanto, em faixas de domínio a legislação não concede este direito pois “é insuscetível de usucapião por se tratar de bem público, consoante dispõem o §3º do artigo 183 e o § único do artigo 191 da Constituição Federal.” (STF, 2001). Então buscaram ajuda e iniciaram a luta. Encontraram no MAB, na Câmara de Vereadores, no MPF e na Prefeitura alvos de protesto em alguns momentos e parceiros em outros. Das pautas, algumas foram conquistadas, outras ainda serão objeto de lutas por muitos anos.

Ao decidirem lutar por casas, decidiam lutar por muito mais do que uma construção física de alvenaria, madeira ou papelão. Lutariam pelo direito à topofilia, por terra, por espaço, pelo domicílio, pelo lar. Casa abrigo eles tinham. Embora engrossassem as fileiras do déficit habitacional e naquele momento estivessem ameaçados de despejo, de alguma forma moravam. Conforme Damatta (1997), a casa é uma categoria sociológica, que vai muito além da estrutura física ou do espaço geográfico. O autor afirma (p. 8)

Quando digo então que "casa" e "rua" são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.

Desta forma, a luta do MPU não era por casa no sentido que comumente é dado, mas por algo mais amplo, mais complexo, onde a casa é um dos elementos do conjunto que compõe o lugar da família, da vida. Ela “só faz sentido quando em oposição ao mundo exterior: ao universo da rua.” (DAMATA, 1997, p. 8) É o espaço privado, sagrado, inviolável, particular, seguro. Ali o proletário se sente menos oprimido, mais autônomo. “Nada, contudo, substituía a alegria de voltar ao lar, reduto

verdadeiro da intimidade tanto para os melhor situados socialmente como para os menos favorecidos” (NOVAES; SOUZA, 1997, p. 81)

Este entendimento de “casa” não necessariamente aparece escrito nos documentos de forma objetiva. Ele está nas entrelinhas das manifestações durante as entrevistas concedidas aos jornais, rádios, manifestações públicas e nas conversas realizadas em decorrência da presente pesquisa. No entanto, nos documentos do MPU o conceito de moradia digna aparece de forma objetiva: “entendemos aqui, como moradia digna o seguinte: direito a um lote regularizado, moradia de qualidade com acesso à infra-estrutura básica, como saneamento, luz elétrica, água, escola, creche, posto de saúde, centro comunitário, área de lazer, programas de geração de trabalho e renda, etc” (MPU, 30 maio 2007).

4.1 AS ESTRADAS DE FERRO E DE ASFALTO

Desde muito tempo estradas foram sinônimos de desenvolvimento. Roma construiu as suas e os Incas se orgulhavam dos caminhos que conectavam o império. Foi assim também na Inglaterra, no advento da revolução industrial, onde a estrada de ferro com suas máquinas a vapor, expressavam as novas conquistas econômicas da ilha. No Brasil não foi diferente. As ferrovias eram condição para que o país entrasse na modernidade, acelerasse seu desenvolvimento rumo ao progresso da nação.

A República dá continuidade à ampliação da malha ferroviária iniciada ainda no Brasil Império. A Estrada de Ferro Itararé / Santa Maria teve o projeto concebido pelo engenheiro João Teixeira Soares e concedida ao mesmo, nos últimos suspiros do reinado de Dom Pedro II em 1889. As cláusulas da concessão foram confirmadas pelo novo Regime “tendo apenas diminuído a faixa de 60 para 30 quilômetros na qual o concessionário podia dispor de uma área equivalente a nove quilômetros para cada lado, multiplicado pela extensão total” (THOMÉ, 1983, p. 144). Estas terras nacionais e devolutas deveriam ser colonizadas pelo concessionário. Ocorre que ao longo dos 1.400 quilômetros de extensão previstos para a estrada, milhares de famílias já habitavam aquelas terras e delas tiravam seu sustento.

A cada quilômetro que esta estrada de ferro avançava, movia-se também a fronteira de inclusão e exclusão. O progresso chegava às regiões e ao mesmo tempo expulsava os caboclos posseiros, tribos indígenas e quilombolas, além de

destruir a floresta nativa. Vinha, na expressão de Darci Ribeiro (1995), gastando gente e florestas. Os trabalhadores arregimentados em diversas regiões do Brasil trabalhavam com baixos salários e condições insalubres, vigiados pelos guardas da empresa. Estas péssimas condições de trabalho fizeram com que em 1919, portanto há cem anos, os trabalhadores da Serraria Lumber entrassem em greve (THOMÉ, 1983, p. 131).

Nilson Thomé, na obra *Trem de Ferro: A ferrovia do Contestado* revela a complexidade que foi a construção da estrada Itararé (SP) – Santa Maria (RS). Inicialmente, como já mencionado, concedida ao engenheiro João Teixeira Soares, que em seguida transferiu a concessão para a Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens, criada por ele, com capital europeu ((THOMÉ, 1983, p. 45). Posteriormente teve a concessão transferida para outras companhias, dentre elas a Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer du Brazil – que construiu trechos no RS, depois para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, que mais tarde teve o controle assumido pelo grupo liderado pelo norte-americano Percival Farquhar, denominado Brazil Railway Company.

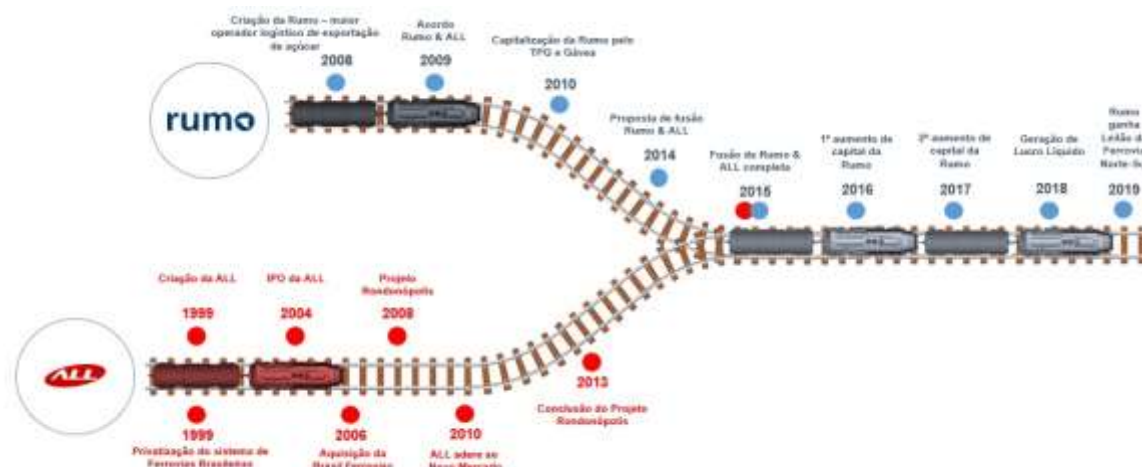
A construção da estrada de ferro iniciada em 1890, demorou pouco mais de 20 anos para ser concluída. No entanto a intervenção da Companhia concessionária, através de suas empresas setoriais como serrarias e colonizadoras, estendeu-se até o início da década de 1950, quando teve seus bens alienados e seu patrimônio incorporado à União. A ação de mais de meio século deixou como legado uma rede ferroviária cheia de curvas, dívidas da União com os acionistas das empresas falidas, devastação da milenar Mata Atlântica, expulsão dos posseiros e inúmeras colônias formadas por imigrantes estrangeiros. De acordo com os propósitos originários o empreendimento atingiu grande parte de seus objetivos. Em suas margens se formaram vilas e depois cidades, levando o progresso e o desenvolvimento econômico para uma das últimas regiões colonizadas no Sul do Brasil. Contudo, muitos foram excluídos deste “progresso”.

Dentre as transformações ocorridas no Brasil, Monteiro (1978, 53) destaca que “Uma Característica importante do final da década de 50 é que o país adota um modelo de desenvolvimento por rodovia. Com isto, a ferrovia, que mal ou bem garantiu o êxito da ocupação desta área, passa a um definitivo abandono.”

Na região de Erechim a mesma estrada de ferro que foi símbolo de desenvolvimento e de progresso ao longo do século XX, ainda antes da chegada do novo milênio, transformou-se em um monumento ao atraso. O Trecho Marcelino Ramos – Passo Fundo foi simplesmente abandonado pela empresa que ganhou a concessão em 1996, durante o processo de privatização das estatais implementado pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. A Ferrovia Sul-Atlântico S.A alegou que não havia viabilidade econômica para manter o trecho operacional.

Em 1999 a Ferrovia Sul-Atlântico S.A foi transformada na América Latina Logística (ALL) e em 2015 fundiu-se com a Empresa Rumo S.A, conforme pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 - Histórico da Empresa Rumo S.A



Fonte: Rumo S.A (2019)

Conforme o site oficial da empresa, a Rumo atualmente “é a maior operadora de ferrovias do Brasil e oferece serviços logísticos de transporte ferroviário, elevação portuária e armazenagem. A Companhia opera 12 terminais de transbordo, seis terminais portuários e administra cerca de 14 mil quilômetros de ferrovias nos estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Tocantins. A base de ativos é formada por mais de mil locomotivas e 28 mil vagões”. Recentemente a empresa ganhou a concessão da Ferrovia Norte Sul.

Como verifica-se na Figura 2, estas empresas foram criadas posteriormente ao processo de privatização das estatais, embora com natureza jurídica diferente

elas cumprem o mesmo papel das empresas Sociedade de Propósito Específico (SPE) que foram criadas para atenderem as demandas do Estado, como é o caso das hidroelétricas. Com capital nacional e internacional, assim como a companhia criada pelo primeiro concessionário – o engenheiro João Teixeira Soares - elas visam máxima lucratividade, na maioria das vezes indiferentes ao desenvolvimento das regiões onde atuam.

No caso da desativação dos trens, a consequência para a região foi dramática, pois todo o transporte de longa distância foi afetado e conseqüentemente onerado. Junto com isso o patrimônio histórico começou a se deteriorar, pois as diversas estações foram abandonadas. Uma vez abandonada, na faixa de domínio da Rede Ferroviária foram se estabelecendo centenas de famílias que chegavam nas cidades da região, expulsas do campo pelas transformações que o mesmo sofria com a Revolução Verde e as construções de barragens do Rio Uruguai. Vinham sem recursos para adquirirem um terreno na cidade que crescia, por isso ocupavam. Empresários também se aproveitaram e construíram seus pavilhões nas áreas mais valorizadas da faixa de domínio.

Em 26 de janeiro de 2007 um jornal da cidade assim se manifestava em uma chamada de capa (BOM DIA, 2007, p. 9):

A estrada de ferro que atravessa Erechim resistiu ao tempo, mas é apenas sombra da pujança que o transporte ferroviário já teve em outros tempos. Enferrujados e retorcidos, os trilhos dividem espaço com centenas de famílias que, após a desativação da ferrovia, em 1997, passaram a ocupar ilegalmente a área. Em alguns trechos, a estrutura abandonada chega a passar por cima das casas. Depois que a reativação do transporte passou a ser discutida, no ano passado, estes moradores correm o risco de serem despejados do local. A maioria deles não tem para onde ir.

Destaca-se, que muito antes de 1997 a beira dos trilhos já tinha ocupações, porém, em volume menor. O contingente aumentou após o abandono, como bem disse o promotor Pedro Roso (MPF, 19 dez. 2007):

Havia ocupações anteriores a 97, mas depois da concessão se agravou a situação porque a ALL deixou de usar os trilhos porque a linha férrea era antieconômica. A ALL pegou os filés das boas áreas, e tinha o encargo de por o trem andar nas áreas piores.

A discussão da reativação do transporte pela comunidade regional a partir do fim da operacionalização do trecho por parte da ALL, culminou com uma ação contra

a empresa que “partiu de representação feita ao Ministério Público Federal pela historiadora e vereadora do município de Gaurama, Gládis Wolff, diante do abandono das ferrovias e das ocupações irregulares em áreas pertencentes à rede ferroviária” (MPF, 2006). O juiz deu ganho de causa e obrigou a Concessionária a colocar em operação os trens. Porém desde então a empresa (que até já trocou de grupo investidor) vem protelando com infundáveis recursos. Dentre os argumentos da defesa a Empresa alegou “[...] que para reativar a ferrovia depende da demanda e da desocupação das áreas invadidas” (BOM DIA, 2007, p. 9) pois não havia segurança para que os trens circulassem, com a faixa de domínio ocupada por centenas de casas. De fato estava, mas pouco ou quase nada de esforço foi feito por parte da empresa para resolver a situação.

Se resumiu a entrada na justiça com um pedido de despejo das famílias e reintegração de posse. Curiosamente a mesma estrada de ferro que expulsara de suas casas os caboclos do contestado no início do século passado, voltava a assombrar as famílias beira-trilhos, mais uma vez em nome do progresso da região.

De fato, o abandono do transporte ferroviário tornou a região dependente exclusivamente do transporte rodoviário, já que não possui transporte aquaviário e nem aéreo. Isso fez com que a demanda por asfaltamento e duplicação de rodovias aumentasse. A principal delas que atravessa o perímetro urbano de Erechim é a BR 153, que da mesma forma teve e tem um papel importante no desenvolvimento da Região e também tinha suas margens ocupadas por famílias.

A BR 153 foi e é uma importante via brasileira que passa por 8 estados. Tem uma extensão total de 3.677,10 Km, sendo a 4ª maior rodovia do país (BRASIL, 2019) Inicia em Marabá, no Estado do, Pará e termina em Aceguá, no Estado do RS, na divisa com o Uruguai. Em Erechim ela atravessa o perímetro urbano em uma extensão de 12 Km, cruzando com a estrada de ferro por duas vezes. Coincidentemente nestes pontos de cruzamento onde se concentraram a maioria das ocupações, tanto da BR quanto da Estrada de Ferro.

Com o fim do transporte de trens e o grande aumento do número de veículos, o número de acidentes cresceu significativamente e aumentou a dificuldade de os trabalhadores fazerem a travessia diária da rodovia, pois além de milhares de pessoas morarem no lado Sul, também o distrito industrial da cidade localiza-se no mesmo lado. Tal situação fez com que as lideranças políticas passassem a

demandar a construção de vias paralelas e a construção de trevos de acesso aos bairros ao longo da travessia urbana.

A faixa de domínio da rodovia é de 90 metros, sendo antes da construção das paralelas, ocupada pelo leito apenas 15 metros. Na área restante, muitas empresas ocupam como pátio e também muitas famílias construíram suas casas em alguns pontos.

4.2 AS CASAS À BEIRA DAS ESTRADAS

Em 1977 a Associação Comercial e Industrial de Erechim já solicitava ao prefeito da cidade, para “Eliminar favelas à beira do asfalto” (CASSOL, 1979, p. 259). Argumentava que deveria ser resolvido “O problema das malocas, levá-los a um local onde fiquem situados, orientados, porém pagando uma taxa mínima que seja para obrigá-los a ter responsabilidade e ao mesmo tempo criar uma possível infraestrutura para lhes dar condições de vida humana” (CASSOL, 1979,p. 261). Tal reivindicação demonstra que a preocupação com aquela ocupação da beira da BR é antiga. A Fotografia 4 foi tirada em 2012, porém é ilustrativa, para se perceber a precariedade das habitações beira-trilhos.

De acordo com os moradores, bem antes disso famílias já ocupavam a beira das estradas em Erechim. Dona Mariazinha⁶, conta que veio morar com sua família ainda nos anos 1960, próximo ao atual viaduto da BR 153, na entrada do Distrito Industrial. “Era tudo ranchinho sabe, mas tinha bastante casa [...]Tinha o rio, sabe esse rio ali que tem ali da BR, que passa só aqui em baixo, em cima, aquele podridão, ali, ali nos ia toma banho, ali era limpo, limpo...tinha peixe ali”(MARIAZINHA, 2019).

Hoje o local indicado abriga diversas empresas. Quanto ao rio, ele nasce na área central do município, atravessa o Parque Longines Malinowski (também na área central) e cruza por baixo da BR 153, no bairro Morada do Sol. Hoje é um esgoto a céu aberto, em dias de verão os moradores reclamam que não é possível conviver com o forte cheiro.

⁶ Entrevista concedida por Mariazinha. Entrevista IV. [out. 2019]. Entrevistador: Jorge Valdair Psidonik. Erechim, 2019. 1 arquivo. M4A (29:06 min).

Fotografia 4 - Casas beira-trilhos construídas com reaproveitamento de material. Erechim – 2012.



Fonte: Magaieski (2012)

A assistente social do Município de Erechim, Marcia Bitencourt, que trabalhou no acompanhamento das famílias entre os anos de 2009 e 2016, relata a partir de sua experiência que as famílias vinham

Bastante de municípios menores aqui da própria região. Muitos vinham para cá tinham algum conhecido, alguém que já morava ali e foram ocupando essas áreas né, geralmente um parente indicava: Olha lá, porque vinham para cidade de Erechim em busca de trabalho de melhorar as condições né, econômicas principalmente, mas chegava aqui se deparava com alto custo de uma vida numa cidade um pouco mais abrangente em Erechim e aí acabavam ficando as margens né, da própria cidade então eles buscavam os espaços que estavam desocupados e que eles pudessem construir suas moradias e aí foi crescendo algumas famílias já estavam ali, aí os filhos vão crescendo, vão tornando-se adultos vão arrumando suas companheiras vão ter os seus próprios filhos e aí o pai a família acaba cedendo um espacinho no terreno e com isso foi sendo ocupada toda essa área, porque na verdade não havia um controle né, muito, não havia um controle da empresa da ferrovia né da ALL para manter essa área livre, né, de moradia então eles foram ocupando inicialmente e, que vou te dizer... se expandindo (Informação verbal⁷)

O depoimento da Mariazinha reforça a tese de que a maioria das famílias são oriundas de municípios da região. Ela mesmo veio de Erval Grande, um município

⁷ Entrevista concedida por BITENCOURT, Márcia. Entrevista V. [out. 2019]. Entrevistador: Jorge Valdair Psidonik. Erechim, 2019. 1 arquivo. M4A (23:56 min.).

pertencente à Região Alto Uruguai. Outra característica das famílias é o grande número de filhos (MARIAZINHA, 2019, informação verbal).

E lá em Erval tinha, só de irmão era seis pequenos e depois tinha quatro irmãos grandes. Porque minha mãe casou com o meu pai ele já tinha 4 filhos e daí ela ficou com mais seis lá de Erval. Daí nós viemos para Erechim eles morreram né [...], eles morreram no Hospital de Caridade. Morreu tudo, morreu os 5, fiquei só eu.

Da mesma forma Sandra da Silva (Informação verbal) também veio de Erval Grande. Já Ana dos Santos e seu esposo (informação verbal) vieram de Itatiba. A última, desde que tinha dois anos de idade, morava na beira dos trilhos. A casa no Bairro Social Aeroporto é a primeira que não está localizada em faixa de domínio.

As famílias grandes dificultavam ainda mais a dura realidade em que viviam. Não se quer aqui reproduzir o discurso predominante na sociedade de que o número de filhos é causa de pobreza, pois sabe-se que as causas são muito mais profundas e complexas. Mas o fato de que muitas crianças vivem sem dignidade torna o flagelo dos sem-teto ainda mais desumano. A situação das casas à época, segundo dona Mariazinha, era muito precária as casas, eram “feita de lata sabe, aquelas lata de azeite, era tudo cheinha de papelão e lata de azeite” (Mariazinha, 2019, informação verbal).

Algo que é característico das famílias de baixa renda é a constante mudança de endereço. Anos depois, a mesma dona Mariazinha, após morar em vários lugares, retorna à beira da BR. Ela conta que

Daí eu girei, daí eu fui para o Progresso, lá em cima no Aeroporto, [...] doze treze anos ele vendeu e fomos morar daí lá em cima no campo da aviação. Daí lá no campo da aviação ele achava que era muito longe pra ele vir, daí sem mudou para o Progresso, porque daí ai no Bairro Progresso na Época era Matador, eles matavam os bichinho né, ele também não gostava de ficar muito tempo em um lugar, ele pegou se mudou dali veio pra o Florestinha e assim foi né, daí eu fiquei na Floresta, nunca mais sai da Floresta, [...] acampe aqui.

Embora as condições das casas das famílias beira-BR e beira-trilhos tenha melhorado em relação às de 1960, ainda assim eram precárias. Bitencourt (2019) diz que eram:

Muito precárias a maioria deles vive em uma situação muito precária, como eu venho de cidade do interior, trabalhei em cidade do interior com o primeiro emprego para mim foi um impacto assim de ver as condições de moradia das famílias tinham especialmente porque tinha algumas famílias que trabalhavam sobreviviam da reciclagem mas era feita a meio aberto sem nenhum controle um meio de muito muita sujeira mesmo ratos, baratas e insetos e todo tipo moscas e ali também tinha as questão das crianças né, não era só os adultos que estavam ali reciclando mas também tinha os filhos, netos recicladores que conviviam naquele meio. As casas eram precárias a questão do saneamento muito precário, tinha bastante conflito [...] (Informação verbal).

Da mesma forma, Onhate (2019) coordenador do Setor de Habitação, conta que:

Era um caos na realidade. Pessoas morando literalmente em cima do lixo, era o Lixão na frente das casas. O esgoto correndo na porta das casas... Nós íamos lá víamos aquelas crianças lá descalças, correndo no lixo, cachorro junto com filhos, com gente, que não tinham tratamento os cachorros lá, alguns com problemas de saúde. Então as casas sem condições nenhuma de péssima qualidade, entre todas, é claro que sempre tinha aquele que tinha uma casa um pouquinho melhor, mais ajeitadinha tal, mas enfim, eram casas que não tinha como aproveitar se fosse tirar eles de lá, levar para outro local e aproveitar aquela casa que estava lá não tinha como (Informação Verbal⁸).

Embora as casas fossem conforme as descrições acima, a maioria das famílias estavam conformadas naquele espaço e não desejavam sair. Marise Fátima da Silva, que morava há mais de 15 anos, dizia “Eu gosto. Não muito, mas gosto” (BOM DIA, 2007, p. 9). Olga Benário (2019), que foi uma das lideranças do MAB que assessorou os trabalhos do MPU, conta ter percebido que muitas famílias não tinham como objetivo mudar de casa,

[...]o que eu fui percebendo é que muitas pessoas não era aquilo que elas buscavam, talvez fosse uma questão mais nossa, que a gente queria ver estas pessoas com dignidade, com uma casa, não vamos aqui colocar os 100%, mas muitas vezes eu e a Marcia, que trabalhava na habitação, anoitecia as pessoas na casa e no dia seguinte nós duas tínhamos que ir lá no bairro buscar os que moravam na casa nova, trazer de volta, porque tinham negociado a casa por um carro, por uma TV... A gente percebia que para muitas famílias não eram aquilo que elas buscavam (Informação verbal)⁹.

⁸ Entrevista concedida por ONHATE, Joselito. Entrevista III. [set. 2019]. Entrevistador: Jorge Valdair Psidonik. Erechim, 2019. 1 arquivo. M4A (30:22 min.).

⁹ Entrevista concedida por BENÁRIO, Olga (Nome fictício). Entrevista II. [out.. 2019]. Entrevistador: Jorge Valdair Psidonik. Erechim, 2019. 1 arquivo. M4A (25:22 min.).

Nesse sentido, a maioria dos entrevistados destacaram que a mudança de local não era objetivo deles. Estas famílias possuíam uma relação de topofilia. Segundo Tuan (1974), as famílias estabelecem uma relação afetiva com o lugar ou ambiente físico. “A Vila apresenta-se como lugar da memória e identidade” (BARBOSA, 2008, p. 2) As dores e os sonhos que fazem parte da experiência pessoal formulam internamente um conceito de sentimento de pertença ao lugar. Para um morador de bairro de classe média fica difícil entender como desejam continuar naquelas condições precárias. Novamente Tuan (1980, p. 259) contribui com a análise, quando diz que “A imagem urbana é uma para o executivo pendular e outra bem diferente para a criança sentada na escada de entrada de um bairro pobre ou para o vagabundo que dispõe de tempo, mas de quase mais nada.” (p. 259).

Além disso, mudar de casa não resolvia o problema da falta de trabalho, por exemplo. Em alguns casos até poderia piorar, já que não poderiam mais fazer sua reciclagem no fundo do terreno. Desta forma evidencia-se que a demanda por casa se dava pelas circunstâncias postas e não por motivação individual.

Este sentimento ou constatação manifestada nas entrevistas se confirma, circulando pelos bairros onde estas famílias foram reassentadas. Muitas delas, inclusive algumas que foram lideranças do MPU, mudaram-se para outros locais. Algumas delas venderam a preços bem baixos e acabaram novamente ficando sem casa. Outros trocaram e foram morar em outros bairros devido aos conflitos com os vizinhos. Importante destacar que esta rotatividade de locais de moradia não é exclusividade destes loteamentos analisados. Faz parte da saga das famílias de baixo poder aquisitivo.

Quando o Município realizou o cadastramento dos moradores Beira Trilhos, ainda em 2007, identificaram-se 284 famílias que necessitariam de realocação (VOZ REGIONAL, 2007, p. 5) Havia também 23 famílias de Beira-BR, que também precisavam de transferência da faixa de domínio para um novo loteamento.

A maioria dos moradores “sobrevive com o auxílio do Programa Bolsa-Família, trabalham de maneira informal como domésticas diaristas, na construção civil, realizando bicos ou ainda na reciclagem do lixo” (ERECHIM, 16 fev. 2011).

4.3 O FANTASMA DA VOLTA DO TREM

Desde que os trens foram retirados dos trilhos no trecho Erechim - Passo Fundo, em 18 de junho de 1997(MPF, 2007), logo após a privatização da estrada de ferro, via concessão pelo governo federal à América Latina Logística no mesmo ano, há esperança de que os trens voltem. Lembro de ter escutado um empresário indignado contando que havia dito para os interlocutores da empresa a seguinte frase em tom de ameaça: “Isso que vocês estão fazendo, será lembrado em negócios futuros”. Passados 22 anos, esses “negócios futuros” ainda não chegaram, pois em nenhum momento a ALL cogitou seriamente recolocar em atividade este trecho, embora a comunidade acreditasse que isso aconteceria.

No entanto a comunidade regional ainda não desistiu da estrada. Quando em 2006 o Ministério Público Federal (MPF) decide se juntar à luta, a partir da provocação da Vereadora Gladis Wolf, a esperança se renovou. Parecia naquele momento que o transporte ferroviário voltaria a ser realidade.

Diante desta reação de diversas cidades, não só no Alto Uruguai, mas em outras regiões do RS, onde os trechos cedidos à ALL estavam sem operação, os diversos segmentos da sociedade se posicionaram cada um à sua maneira. O MPF tomou uma posição unificada no RS, de forma oficial em um encontro em 2009, denominado Simpósio Ferrovias no Brasil-Cenário Atual e Perspectivas, realizado nos dias 17 e 18 de setembro de 2009, na cidade de Porto Alegre. Entre outras questões deliberadas (MPF, 2009, p. 3),

[...] verificou-se que: a) se mostra evidente e inquestionável o interesse público na disponibilização regular do transporte de cargas via linhas férreas, meio vantajoso para a coletividade frente ao transporte rodoviário, sendo mais eficaz, menos poluente e mais barato, além de desonerar o Estado da necessidade de construção e frequente manutenção das rodovias, em razão da diminuição do fluxo de “cargas pesadas” pelas vias rodoviárias; b) que as questões que envolvem o transporte ferroviário também têm implicações no âmbito da preservação do patrimônio histórico e cultural, já que as estações ferroviárias, seu respectivo patrimônio mobiliário, bem como a malha ferroviária existente, traduzem importante testemunho da história e do desenvolvimento do país, de modo que sua conservação e sua manutenção às gerações presentes e vindouras, além de demonstrar respeito com relação às populações que compuseram as localidades nas quais se instalaram os ramais, é medida urgente, a fim de garantir acesso à cultura

Esta posição do MPF ia ao encontro das demandas dos empresários e políticos das regiões envolvidas, pois sinalizava com a redução do custo de logística. Por outro lado também atendia a expectativa de historiadores e defensores do patrimônio cultural da Estrada de Ferro e suas estações.

Já os moradores beira-trilhos ficaram assustados com a possibilidade de perderem suas casas, que foram adquiridas ou construídas a duras penas com os poucos recursos das famílias. Embora o MPF sempre manifestara que era direito das famílias serem transferidas para outros locais e não simplesmente serem despejadas, a desconfiança dos beira trilhos era grande. O MPU em todas suas manifestações públicas manifestava seu apoio à volta dos trens ao mesmo tempo que defendia o direito ao reassentamento das famílias (DIÁRIO DA MANHÃ, 15 de maio 2007).

Os prefeitos viam a situação de forma ambígua: se por um lado desejavam que os trens voltassem, por outro sabiam que cedo ou tarde teriam que dar conta da demanda da habitação às famílias. O prefeito de Erechim na época, Eloi Zanela e seu Secretário Nelson Leite, sustentavam que a obrigação de realocar as famílias era de responsabilidade da ALL (DIÁRIO DA MANHÃ, 16 nov. 2007), opinião esta compartilhada com o MPF e o MPU. Já a ALL, não desejava nada. Para a empresa manter as coisas como estavam era o melhor negócio, pois não tinha e ainda não tem nenhum interesse no referido trecho da malha ferroviária.

No entanto mesmo não querendo se movimentar, a ALL foi obrigada pela justiça ao menos a se manifestar e se defender, pois inicialmente teve uma liminar e depois uma sentença proferida pela Justiça Federal de Erechim onde era obrigada a cumprir as cláusulas do contrato e promover a retirada das famílias da faixa de domínio. Conforme informação do MPF (2010), a decisão

[...] obriga a América Latina Logística (ALL) a reativar os serviços de trem da Malha Sul, no trecho que abrange as estações de Getúlio Vargas, Estação, Erebangó, Capó-erê, Erechim, Gaurama, Viadutos e Marcelino Ramos, na região norte do Rio Grande do Sul. [...] a empresa terá que cumprir as cláusulas do contrato firmado com a União, que previa a manutenção e conservação de todos os bens vinculados, além de reparação e pagar indenização por danos causados ao meio ambiente, no valor de R\$ 500 mil.

Segundo matéria do Jornal Zero Hora (FERREIRA, 2010), o Ministério Público Federal (MPF) investigou em 2006 e apontou que o trecho estava abandonado e a

ALL vinha descumprindo o contrato com a União. Diante disso, o MPF enviou uma recomendação à empresa, solicitando que ela cumprisse o referido contrato, mas não foi o que aconteceu. Já naquele momento o MAB começou a organizar os moradores.

A ALL recorreu desta decisão, alegando que a suspensão do serviço se deu porque a região não tinha demanda. Por outro lado, atendendo parte da sentença, intensificou as ações de reintegração de posse na região – inclusive de forma coletiva (COMARCA DE ERECHIM, 21 set. 2010), e se colocou à disposição da prefeitura de Erechim, para contribuir na relocação das famílias. Porém, na prática, contribuiu com uma pequena parcela.

Um fato curioso durante o período em que o MPF pressionava a Empresa para que removeesse as famílias e assim tornasse a estrada segura, salvo melhor juízo, nenhum empresário foi relocado, embora existam muitas empresas que há anos construíram seus prédios dentro da faixa de domínio. A menos que no entender da empresa concessionária as mesmas não oferecessem riscos à circulação de trens. Mariazinha (2019, informação verbal) lembra que “só que saiu os pobres e os rico ficaram né”.

Em uma das reuniões junto à Secretaria de Habitação o MPU denunciou que homens da Empresa estiveram visitando as famílias junto aos trilhos com uma camionete identificada como Fiscalização e ameaçaram os moradores. Portavam armas e tiravam fotos. As lideranças argumentaram que a população poderia reagir e a situação poderia sair de controle (JORNAL DA MANHÃ, 3 jul. 2007, p. 5).

Faz 22 anos que os trens de carga não circulam mais por Erechim. Entre 1997 e 2007 intensificaram-se as ocupações, com relativa complacência da ALL, judiciário, ANTT, Município, concessionárias de água e de Energia. Nos 10 anos seguintes foram de intensas mobilizações, em decorrência da sentença. As evidências sinalizavam para uma solução definitiva para o caso, no entanto nos últimos anos havia um relativo silêncio em decorrência da suspensão temporária da decisão judicial.

De forma que o sonho da região de ver os trens circulando ainda não se realizou e nem todas as famílias foram relocadas, ao contrário, no Bairro São Vicente de Paulo, onde nenhuma casa foi transferida, atualmente há mais

moradores do que havia em 2007, pois a empresa abandonou de vez a fiscalização e as ocupações aumentaram (Foto 5).

Fotografia 5 - Novas Ocupações Beira-trilhos – Erechim 2018



Fonte: Atmosfera Online Autor: Djone Bald (2018)

No entanto no dia 06 de novembro de 2019, a cidade foi surpreendida com a notícia de nova condenação proferida pela justiça no âmbito da Ação Civil Pública nº 5001291-04.2011.4.04.7117 (Processo Físico nº 2007.71.17.000391-6), o qual obriga a empresa Rumo Malha Sul S.A, atual Concessionária, a tomar medidas imediatas para a retomada do transporte ferroviário. Este processo é o mesmo que vinha sendo rolado com infundáveis recursos e alegações apresentados pelos advogados da empresa. Vencidos estes trâmites, o juiz responsável proferiu nova sentença, onde a Rumo Malha Sul S.A foi condenada:

- a) cumprir as cláusulas dos contratos firmados no que se refere à devida manutenção e Conservação dos bens vinculados;
- b) restabelecer a prestação dos serviços objeto do contrato de concessão da Malha Sul relativamente ao trecho que abrange as estações de Getúlio Vargas, Estação, Erebangó, Capo-erê, Erechim, Gaurama, Viadutos, Marcelino Ramos;
- c) promover a reparação dos danos ambientais e pagar indenização por danos causados ao meio ambiente,

em quantia que resta fixada em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a ser revertida para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos de que trata o artigo 13 da Lei nº 7.347/85 (MPF, nov. 2019).

Novamente os beira-trilhos são ameaçados de perderem suas casas. Depois de seis anos sem nenhuma novidade por parte da Justiça, a Empresa Concessionária e do Município, a remoção das famílias volta à pauta. Além disso a sentença determina

[...] o início da tomada de medidas cabíveis para a retirada e reassentamento das famílias invasoras das áreas em que houve invasão, a fim de propiciar o restabelecimento dos serviços ferroviários. Após o referido prazo, deverá a parte ré dar andamento às ações e procedimentos, sendo que no prazo de 02 (dois) anos deverá comprovar nos autos a efetiva retomada da prestação dos serviços objeto da contratação (MPF, nov. 2019).

Na própria sentença o juiz admite que o seu cumprimento terá inúmeras dificuldades. Cita que

Em primeiro lugar, tem-se a situação das famílias e comunidades que atualmente residem na faixa de domínio (e em alguns casos em cima do próprio leito) da ferrovia no trecho objeto da presente execução provisória. O óbice, nesse caso, pode ser visto tanto pelo prisma social, no que concerne à preservação dos direitos e da dignidade da pessoa humana das famílias invasoras pela sua retirada do local e reassentamento em outro adequado, quanto pelo ponto de vista econômico, já que tal medida envolverá altos custos (MPF, nov. 2019).

Percebe-se que o juiz não fica alheio à demanda dos beira-trilhos. Ele manifesta sua preocupação com o problema social e econômico que se apresenta. Menciona que a solução é também política,

[...]pois o reassentamento das famílias somente pode ser realizado pelo poder público - seja diretamente pelo poder executivo, por meio de um consenso com a população afetada, seja por meio do judiciário, que depende da iniciativa da concessionária para, posteriormente, obter decisões favoráveis à reintegração na posse dos bens públicos invadidos, e o seu efetivo cumprimento.

A sentença apresenta um enredo semelhante àquele já vivenciado pelos beira-trilhos: discussão e definição de responsabilidades; pedido de reintegração de posse; cumprimento da intimação e

[...] promoção de audiências públicas com participação da comunidade a ser removida e reassentada, seja por meio de ingresso de ações de

reintegração de posse, individuais ou coletivas, bem como pela adoção de providências que visem impedir novas invasões, como a construção de cercas e outros obstáculos em toda a extensão do trecho ferroviário objeto da concessão pública, notadamente nos trechos mais suscetíveis a invasões (áreas urbanas da ferrovia)

Sabe-se que o MPU, desde 2016 se encontra desmobilizado. Analisando a sentença, parece que as lideranças novamente terão que agir e reorganizar o povo, ou os beira-trilhos terão que desenvolver outras formas de organização para fazer frente ao novo momento que se apresenta.

Também no início de novembro de 2019 a empresa teve mais uma condenação na justiça, desta vez para consertar a ponte de Marcelino, que está em ruínas. Ela liga via estrada de ferro, o RS com a cidade de Alto Bela Vista em Santa Catarina (BOA VISTA, 2019), via que também é usada por pedestres e automóveis.

Quanto ao Governo Federal, concedente e guardião do contrato, este se mantém alheio a tudo isso. Justamente quem deveria ser o primeiro a exigir da empresa o cumprimento das cláusulas contratuais e aplicar as sanções previstas. Somente se manifesta em juízo, quando sentenciado. Sabe-se que desde a concessão original no Brasil Império, as empresas possuem uma força política tamanha que são elas quem impõem suas vontades ao Estado e não o contrário. Talvez possa estar aí a razão da inoperância e complacência do último. Exemplo disso, pode-se mencionar o episódio recente em que a Rumo, no intuito de livrar-se da responsabilidade de manter as estações existentes ao longo do trecho, devolveu as mesmas para a União. O surpreendente é que a União aceitou (MPF, nov. 2019)

O resultado da não reativação dos trens para a região é muito negativo. O custo Erechim / Região se torna mais oneroso, pois o custo do transporte no modal rodoviário de longa distância é em média 63,4%, maior que no modal ferroviário (LEITE *et al.* 2016). O impacto no custo de logística, tanto do que se vende da Região como o que se compra, influencia no custo de vida das famílias e na concorrência com produtos produzidos em outras regiões, principalmente os agrícolas (soja, milho).

Quanto ao patrimônio histórico, embora existam algumas iniciativas de prefeituras em fazer a manutenção dos prédios das estações ferroviárias, muitas delas já se perderam ou estão em estado de deterioração. Com elas, a memória regional desaparece junto, o que é profundamente lamentável. Este risco aumenta

ainda mais, com a informação de que a Rumo devolveu para o governo Federal as estações, justamente em um momento histórico de desvalorização da cultura e da preservação do patrimônio histórico.

Em relação às famílias que ainda permanecem na beira dos trilhos, a situação de insegurança se reproduz a cada dia, pois a incerteza faz com que aqueles que dispõem de condições de melhorar suas moradias não o fazem por medo de perder o investimento caso tenham que sair.

Dona Mariazinha (2019), que conseguiu sua casa na luta no MPU, afirma que antes de morrer quer ter o prazer de ver os trens de volta:

E eu gostaria mesmo! Assim sabe? Que esse pessoal daqui saísse, não por maldade pra eles, cada um ter sua casinha, plantar e deitar e dormir e não pensar assim: ai, mas será que vai vir o trem? Quando será que vai vir? Porque eu tenho uma filha que mora na beira do trilho e daí de vez em quando eles.. Mee, será que o trem vai vim? Eu sei que eles pensam, não dá pra construir uma coisa boa e o trem passa e daí? Eu quero que o trem volte para as pessoas ter onde morar, diz: eu vou plantar esse pé de fruta porque é meu e vai dar (informação verbal).

Este sentimento de livrar-se da insegurança é um desejo recorrente entre os beira-trilhos. Para o poder público local, a não operacionalidade dos trens também é um problema. Além da situação social das famílias, as terras pertencentes à União, no caso de Erechim que atravessa o perímetro urbano, é um entrave para a organização urbanística.

Poderia ser destinada definitivamente para moradia dos beira-trilhos, ou construir uma rodovia, ciclovia, um parque linear..., enfim, muitas vezes além de não dispor da área, acaba tendo que fazer a roçada, pois nem isso a empresa se presta a fazer. Caso necessite realizar uma travessia de via e depender de autorização, é praticamente impossível dado a burocracia exigida pela empresa e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Em conversa informal com um representante da Empresa Concessionária em 2015, o mesmo afirmava que dada a bitola métrica (1 metro de largura, em vez da bitola larga de 1,6) entre os trilhos, as curvas excessivas e a inclinação de alguns trechos entre Erechim e Passo Fundo faz com que a velocidade do trem diminua consideravelmente, a composição comporte menos vagões e há necessidade de mais máquinas para vencer as subidas.

Tudo isso torna inviável a operacionalização dos trens neste trecho, devido ao aumento dos custos por quilômetro de transporte. Segundo ele, mesmo que tivesse condições de rodar os trens, o serviço não seria usado pelas empresas, em decorrência do custo. Neste caso o transporte rodoviário seria mais vantajoso. Esse mesmo argumento a empresa apresenta nos autos do processo judicial:

A suspensão dos tens de carga entre Erechim-Marcelino Ramos obedeceu aos princípios da economia, da eficiência e da proporcionalidade. Seria anti-econômico, ineficiente e desproporcional continuar comboios de trens de ferros-para-carga trafegando de um lado para outro sem carga mínima a transportar. MPF, 2007, p. 145)

A notícia de que os trens voltariam mobilizou diversas forças da sociedade regional, causou medos e renovou esperanças. Como resultado, teve-se a organização das famílias, culminando com algumas conquistas. No entanto o trem ainda não voltou e possivelmente não volte tão cedo, mesmo com a nova decisão judicial. Isso frustra a expectativa da maioria dos envolvidos, menos daqueles que conseguiram suas casas em outros lugares, com mais dignidade, pelo menos nas construções materiais.

A sentença do início de novembro de 2019 trouxe novamente o tema ao debate. No entanto o próprio juiz diz que

[...] a reativação do serviço ferroviário só será possível após inúmeras medidas a serem realizadas, e nem todas podem ser efetivadas direta e unicamente pela concessionária executada sem a interferência de órgãos do poder público (sejam os municípios, ou mesmo do Poder Judiciário em ações de reintegração de posse), sendo este o cerne da controvérsia e da manifesta complexidade e dificuldade no cumprimento das obrigações do título executivo (MPF, nov. 2019)

Em suma, a nova sentença reinicia o processo que estava parado e aponta a possibilidade de retorno dos trens em dois anos. Mas, em seus termos menciona os prazos a contar após trânsito em julgado. Ou seja, dada a complexidade referida e os novos recursos por parte da empresa que ainda cabem, conclui-se que o processo deverá se prolongar e assim adiar, talvez para sempre a volta dos trens. O que não desobriga os beira-trilhos de imediatamente voltarem a lutar por seus direitos, pois como diziam, “sem casa nós não fica não”.

4.4 SEM CASA NÓS NÃO FICA NÃO!

As notícias que chegavam não abalavam significativamente os moradores beira-trilhos, pois já estavam acostumados a ouvir que o trem estava voltando. Entretanto, quando perceberam, em setembro de 2006, que a estrada de ferro seria reativada e eles teriam que deixar suas casas junto à faixa de domínio, a situação mudou. Rapidamente a informação foi sendo reproduzida ao longo dos trilhos. O que irá acontecer? Para aonde iremos? Quanto tempo ainda ficaremos aqui? A quem recorrer? Para estas perguntas havia poucas respostas e muito menos alguém de confiança que pudesse responder. Tentaram buscar informações junto ao prefeito da cidade, mas ele não os recebeu.

Naqueles mesmos dias, Olga Benário, juntamente com seus companheiros de luta, leram uma notícia no jornal onde dizia que as famílias que moravam na Beira dos Trilhos seriam despejadas (informação verbal). Estava ela, outros dois militantes.

Começaram a pensar: “O que que a gente podia fazer, nenhum tinha contato, nenhum conhecia muito aquelas famílias, pensamos numa ocupação. Tinha muito problema na questão da Saúde aqui em Erechim, pensamos em uma ocupação na UBS do São Vicente de Paulo” (BENÁRIO, 2019. Informação verbal)) E assim procederam. Contataram com algumas lideranças Beira-trilhos e dialogaram sobre os problemas da saúde pública de Erechim, principalmente do atendimento precário da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Bairro São Vicente de Paulo.

Dias depois promoveram uma manifestação em frente à UBS daquele Bairro que culminou com a ocupação da mesma. Na pauta a reivindicação de melhorias urgentes no atendimento, médicos, medicamentos... Assim nasciam os primeiros passos daquele que se tornaria o MPU. Depois de algumas reuniões tentaram formar uma coordenação. “Não foi fácil porque elas não tinham esse convívio em grupos. Então foi muito difícil naquele momento, porque quando você pensava que tinha uma coordenação consolidada você tinha que começar tudo de novo” (BENÁRIO, 2019. Informação Verbal).

Mariazinha, natural de Erval Grande, morava naqueles dias às margens da BR 153, na altura do km 47. Seguidamente recebia a visita da Polícia Rodoviária Federal, que ameaçava ela e seus vizinhos “[...] ele vinha e dizia assim pra mim: nós vamos arrancar vocês daí! Eu dizia pode arrancar, só se passar por cima”

(Mariazinha, 2019, informação verbal). De acordo com a Mariazinha foram estas provocações que motivaram a luta. Ela também menciona a Olga Benário, como parceira dos moradores. “[...] ela estava em Porto Alegre quando eu telefonei pra ela. Olga Benário do céu vão tirar nós daqui. Daí ela disse: mas não é assim. Daí que foi fundado o MPU.” (MARIAZINHA, 2019, informação verbal)

O MAB tinha experiência em organização popular, desde os anos de 1980. Porém sua expertise era de organizar trabalhadores rurais e não urbanos. BENÁRIO (2019) lembra que,

[...] a gente vinha com a metodologia rural mas com o passar do tempo foi se percebendo que a gente não iria avançar. Inclusive a gente buscou ajuda fora, o pessoal de Passo Fundo, da luta pela moradia: o Juliano na época. Ele teve junto conosco aqui nos auxiliando e nos assessorando também, porque a realidade urbana é muito diferente do que uma realidade rural. Então, a própria participação, pra ti cativar as pessoas é muito, muito diferente (informação verbal).

Por isso, no início houve uma certa dificuldade na organização, mas mesmo assim, aos poucos as lideranças do MAB foram ganhando a confiança tanto dos beira-trilhos como dos beira-BR. “Daí eles começaram mexer com nós, começaram mexer com a beira-trilho lá do Inferninho. Daí já veio do beira-trilho” (MARIAZINHA, 2019, informação verbal), ou seja, foram aproximando os diversos grupos que tinham a mesma demanda e assim, gradativamente, aumentando os integrantes do Movimento.

Destaca-se que um dos elementos significativos que contribuiu com a organização foi a formação realizada junto aos integrantes de modo geral e a grupos menores de coordenação. Eram vários momentos, temas e dinâmicas. Os encontros eram realizados aos sábados e domingos. Isso permitiu que fosse montada uma coordenação com maior clareza do seu papel para dinamizar os trabalhos. Uma das primeiras ações foi o agendamento de uma audiência no Ministério Público Federal.

O MPF, que já estava no caso há mais tempo, foi fundamental para que o Movimento fosse ouvido. Dentre os procuradores que acompanharam o processo, destaca-se Pedro Roso, hoje falecido. Ele entendeu a situação precária das famílias, acolheu as reivindicações do Movimento e auxiliou no processo, algo não corriqueiro no MP.

Outra força importante buscada pelo Movimento foi a assessoria e apoio da Câmara de Vereadores. Lá encontrou o Vereador Anacleto Zanella, do Partido dos

Trabalhadores, que abraçou a causa e colocou a equipe de seu Gabinete Móvel à disposição, especialmente o Assessor Nilson Gonçalves. De acordo com Zanella, (2019) o envolvimento com o MPU,

Tem a ver com a proposta que o Mandato tinha [...]a gente sempre teve um compromisso de que o Mandato deveria servir à comunidade. Porque ninguém se elege Vereador por si mesmo, a gente se elege a partir de uma proposta política de trabalho né (Informação verbal)¹⁰.

Zanella, assim como Benário, também iniciou sua militância junto aos grupos de jovens da Igreja Católica que se organizavam a partir da Ação Católica em segmentos de jovens, no caso, a Juventude Operária Católica (JOC), depois seguiu na Pastoral da Juventude. Mais tarde ingressou no movimento sindical, onde militou por vários anos. Sua experiência de organização e mobilização também contribuiu com o MPU.

As assessorias são importantes na organização dos Movimentos Sociais. São elas que fazem a necessidade objetiva se transformar em ação coletiva. São mediadores entre a necessidade e a luta. Warren (2014, p. 62) ao referir-se ao modelo cultural dos Movimentos, afirma que

[...] naturalmente não surgiu espontaneamente do seio das classes populares (e dificilmente assim poderia ser). Trata-se de um trabalho de construção que mediadores (intelectuais, agentes de pastorais, religiosos, educadores, líderes políticos) vêm desenvolvendo junto às classes populares.

Assim, o Movimento foi acumulando forças e reunindo apoio com os mediadores acima mencionados. Entretanto, quando se dirigiu aos órgãos que por atribuições constitucionais e contratuais tinham condições e obrigações em encontrar uma saída, os mesmos não foram receptivos. Trata-se da ALL e do poder público Municipal. De acordo com os depoimentos, ambos fecharam as portas para o Movimento. A empresa concessionária embora, conforme a promotoria, tinha obrigação de encontrar uma saída, já que permitira a ocupação quando deveria ter zelado pelo patrimônio público, se resumia a participar das audiências convocadas

¹⁰ Entrevista concedida por ZANELLA, Anacleto. Entrevista I. [set. 2019]. Entrevistador: Jorge Valdair Psidonik. Erechim, 2019. 1 arquivo. M4A (33:50 min.).

pelo MPF ou promovidas por outras entidades, na maioria das vezes enviando “representantes despreparados para o debate” (A FOLHA REGIONAL, 17 maio. 2010) ou simplesmente se ausentando (VOZ REGIONAL, 27 nov. 2007). Como não havia nenhum escritório na cidade, também não havia interlocutor direto com o Movimento.

Já com o Município era diferente. Todos os dias há expediente e é possível marcar audiências, dialogar, buscar soluções. Ocorre que no entendimento do prefeito e de seus assessores a responsabilidade sobre o problema dos beira-trilhos especialmente, era da ALL e o Movimento era uma ação da oposição e se recusava a atender a Coordenação. Para o reassentamento das famílias, o secretário de habitação Nelson Leite afirmava que seriam necessários 5 milhões de reais e cobrava uma posição da ALL. “Têm que ser definidas funções dentro desse orçamento. A ALL (América Latina Logística), que detém os direitos da ferrovia, até agora não se manifestou a respeito, querem apenas retirar o pessoal de seu terreno e mais rápido possível. Queremos saber com o que eles vão contribuir” (VOZ REGIONAL, 5 out. 2007)

Desta forma, os primeiros momentos foram de conflito. “No início, no governo Zanella, ele nos fechou as portas da prefeitura, nós não tivemos diálogo naquele momento” (BENÁRIO, 2019. Informação Verbal). No mesmo sentido, Mariazinha (2019, informação verbal) relata que em uma ocasião o prefeito não queria agendar audiência com o Movimento, então fizeram um pannelaço em frente à Prefeitura, “A gente fez um pannelaço na prefeitura, era com o Zanella, ele não queria deixar entrar para conversar com ele, a gente fez um pannelaço e não conversamos com ele, conversamos com o secretário, mas conversamos.”

Os pannelaços faziam parte do repertório do Movimento para chamar a atenção, pressionar e angariar apoios na sociedade. Diversas outras ações eram realizadas: reuniões nos bairros, audiências públicas, caminhadas, acampamentos, ocupações de repartições públicas, reuniões com diversos órgãos e petições diversas. Cada movimento compõe seu repertório limitado ao seu tempo. Tilly (1978, p. 151-152) desenvolve o conceito de repertório, como forma de ação reiterada em diferentes tipos de conflito.

Destaca-se como repertório do MPU se assemelhava com aquela praticada pelo MAB junto aos agricultores atingidos por barragens. Essa semelhança se dava

pelas ações, terminologias e conceitos usados. A título de exemplo, nas atas das reuniões, os moradores beira-trilhos e beira-BR eram chamados de atingidos (ATA de 28 nov. 2007), da mesma forma que as os agricultores que tiveram suas terras alagadas pelas barragens, que são denominados atingidos.

Também pudera, as assessorias tinham origem em movimentos tradicionais que começaram com suas bases rurais. Tanto as lideranças do MAB, bem como o Vereador Anacleto Zanella tinham experiência em articulação e organização popular. Zanella lembra que sua “relação sempre foi com o Movimento Sindical” (informação verbal). Para ele, o motivo de ter acompanhado o MPU foi a partir de um entendimento de sociedade e por considerar que o mandato de vereador deveria estar a serviço das pessoas em vulnerabilidade social. Na época, a Câmara tinha 10 Vereadores, no entanto somente ele se envolveu diretamente na causa do MPU. Justamente por ter tido esta passagem pela luta sindical.

De acordo Olga Benário (2019), o envolvimento deles com o MPU se deu pelo histórico individual de luta dos militantes, mas também pela linha de ação do MAB destaca que

O Movimento em si sempre teve essa preocupação, inclusive de ampliar o trabalho, na época ele, o Movimento desenvolvia o trabalho somente com atingidos por barragens na barranca do rio Uruguai, mas entendendo a importância que tinha o trabalho no meio urbano aonde que existia uma grande aglomeração de pessoas e que o meio urbano também ele é atingido pelo preço da energia e outros fatores que também derivam das barragens, se entendia que a gente deveria avançar nesse processo. E aí naquele momento, talvez não planejado, que não veio do planejamento a longo prazo, né mas foi uma questão imediata que apareceu e que a gente teve que pensar como ajudar para que essas famílias não fossem despejadas (Informação Verbal).

Percebe-se que a tentativa de ajuda não era voluntarista. A decisão estava amparada em um conjunto de elementos que envolvia militância individual e ao mesmo tempo orientação do Movimento. Junto com a ideia de evitar que algo injusto, no ponto de vista dos envolvidos, acontecesse e se pudesse de alguma forma melhorar a vida daquelas pessoas, estavam todas as concepções de sociedade, necessidade de transformá-la e o papel que os movimentos sociais se auto-impõem neste processo.

Estas motivações além de apresentadas nas reuniões eram materializadas nas ações, nos discursos e narrativas. Os panfletos, manifestos, nota à imprensa,

atas..., demonstram reiteradamente uma semelhança na base teórica com os movimentos ligados à Via Campesina ou frente popular de lutas.

O tempo todo os integrantes do MPU eram instigados a serem protagonistas da luta. Argumentos não faltavam: necessidade de se mobilizar, para não ficar sem casa; a moradia é um direito de todos; a justiça tem que prevalecer e vocês têm direito a casa própria e, a luta é por muito mais que moradia. Na pauta apresentada em um dos manifestos públicos constavam reivindicações que abrangiam diversas áreas: habitação popular, saúde pública, educação, segurança pública, trabalho e renda, cultura e lazer, agricultura e infraestrutura nos bairros.

Além desta ampla pauta de reivindicações própria do MPU, descrita acima, os participantes eram convidados para outros momentos de lutas, como para a Jornada de lutas dos movimentos sociais ocorrida em junho de 2008, que tinha dentre outras reivindicações a luta pela diminuição do preço dos alimentos do preço da energia.

O MPU também se fazia presente em manifestações dos agricultores que ocorreram naquele período. Mariazinha (2019, informação verbal) lembra que participou de várias destas manifestações, inclusive em uma delas, foi presa junto com inúmeras outras pessoas.

Até a gente fez tanta gauchada, de ir pra luta. A gente não só envolvia o povo da cidade. Era o campo também. O campo vinha, a gente abraçava a luta, a cidade tinha suas diferenças... abraçava também. Porque que nem os pequenos agricultores, a dívida. Não sei se você se lembra da dívida, o perdão que teve dos 10 mil? Pra gente poder pro povo aqui de Erechim ganhar, a gente teve que ir à luta, entra no Banco do Brasil e fecha o Banco do Brasil. Sermos presos.

Além destes envolvimento em diversas frentes de lutas, o MPU também exercia sua pressão em questões políticas do Município. Exemplo disso, em 13 de outubro de 2008 enviou, em conjunto com o MAB, um ofício ao prefeito municipal e ao presidente da Câmara de Vereadores, requerendo o adiamento de votação e fazendo uma série de questionamentos, referentes a um projeto que destinava recursos a uma associação de empresários, para realização de uma feira de negócios (MPU; MAB, 13 out. 2008)

Atividades de conscientização da sociedade também eram realizadas. Nos arquivos do MPU encontrou-se material de organização de atividades em alusão ao

dia da consciência negra. Verificou-se que também foram organizados alguns grupos de jovens nos bairros. Porém os coordenadores relatavam a dificuldade de mobilizar seus pares. Foram planejadas oficinas e cursos de formação com intuito de convencê-los a se manterem unidos. No entanto, aparentemente, estes grupos tiveram vida curta (MPU, out. 2011).

Assim, com táticas de movimentos do campo, mas em meio urbano, aos poucos a organização foi tomando forma e assumiu o protagonismo na defesa daqueles que estavam na eminência de perder suas casas. Ao mesmo tempo que reivindicava o MPU, também opinava e participava das decisões que o conjunto dos atores envolvidos tomavam.

4.5 DIFERENTES ATORES, OBJETIVOS COMUNS

O MPU se constituiu e atuou juntamente com um conjunto de entidades e lideranças que se mobilizaram de acordo com seus motivos, mas perseguindo dois temas em comum: a volta do transporte ferroviário e o reassentamento das famílias. Cada um desempenhou seu papel cumprindo suas prerrogativas legais e cidadãs. Identificaram-se pelo menos 9 atores, sendo alguns deles mediadores, que se envolveram diretamente no processo por diferentes razões: Defensores da volta dos trens, MPF, ALL, Município de Erechim, Câmara de Vereadores, Ministério das Cidades, MAB, construtoras e o próprio MPU.

Os defensores da volta dos trens não constituíram um grupo único. Suas manifestações mudavam de personagens. Poderia ser um prefeito, um empresário, deputado, vereador, uma rádio, enfim, havia vários interlocutores. Os municípios das margens da estrada de ferro abandonada eram unânimes pelo retorno dos trens. Diversas audiências foram organizadas a fim de pressionar a ALL. Em uma delas, proposta pela Assembleia Legislativa do RS, realizada em 17 de maio de 2010, foi criado um Comitê pela Reativação do Transporte Ferroviário e em Defesa do Patrimônio Público, Histórico e Cultural. O mesmo foi integrado pela

Prefeitura de Erechim, gabinete Ivar Pavan, Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), Movimento Popular Urbano (MPU), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Sutraf, Agência de Desenvolvimento, cooperativas, sindicatos e entidades empresariais, dentre outros (A FOLHA REGIONAL, 17 maio.2010)

Como resultado da Audiência, as lideranças presentes deliberaram os seguintes encaminhamentos:

[...] denunciar a América Latina Logística (ALL) junto ao Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual pela suspensão do transporte ferroviário da Linha Santa Maria-Marcelino Ramos e pela deterioração do patrimônio histórico e cultural. Também será solicitado uma audiência junto à Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para apresentar o estado de abandono da ferrovia e desencadear uma articulação com outras regiões do Rio Grande do Sul e outros estados, visando constituir um movimento mais amplo pela defesa e constituição de um sistema ferroviário (A FOLHA REGIONAL, 17 maio. 2010)

Referente ao primeiro encaminhamento, a matéria não deixa claro se na Audiência foi ignorada a existência de um processo em andamento ou se seria uma nova denúncia além daquela existente, pois desde 2007 havia a Ação Civil Pública nº 2007.71.17.000391-6, realizada pela historiadora e vereadora do Município de Gaurama, Gládis Wolff. Estranho, pois o MPU estava na audiência e vinha acompanhando o processo judicial desde o início.

De qualquer forma eram diversas frentes de mobilização. Na Ação de 2007, Wolff judicializou a demanda que pelas vias administrativas / políticas não se estava conseguindo nenhum tipo de retorno da ALL. A reivindicação mudou de patamar com este instrumento acionado. A partir daquele momento o MPF entraria no pleito e daria continuidade à reivindicação dos defensores da volta dos trens.

O Ministério Público Federal, ao encampar a causa da ferrovia, especialmente através do procurador Pedro Roso, assumiu papel fundamental no desfecho dos acontecimentos. Este promotor atuou em casos que tiveram destaques nacionais, como as investigações do Porto de Santos que envolveram Michel Temer entre outros políticos e a máfia das próteses médicas na região metropolitana de Porto Alegre. Com formação de Esquerda (AULER, 2016), Roso se colocou ao lado da região, que se sentia lesada pela falta do transporte ferroviário, e dos beira-trilhos que estavam ameaçados de ficarem sem casas.

As audiências públicas eram convocadas e coordenadas, na maioria das vezes, pelo procurador, que nestas se posicionava politicamente em defesa da volta dos trens e dos direitos dos beira-trilhos. Eventualmente, se algumas das partes não comparecia, ele imediatamente notificava e cobrava severamente satisfações. Benário (2019) lembra a importância que a atuação do MPF enquanto instituição e

de Roso enquanto indivíduo (Informação verbal). Encontraram-se inúmeros ofícios emitidos por ele, convocando autoridades, concessionárias de serviços públicos, prefeitos, Caixa Federal, empresas, requerendo ações de ministros do governo federal, dentre outros. Somente nos meses de novembro e dezembro de 2007 o prefeito de Erechim foi convocado para quatro audiências.

O MPU, embora tivesse poder de mobilização, não havia ainda acumulado forças para impor à ALL ou ao Município suas pautas. No entanto com o MPF convocando as partes, reiterando o papel de cada um e as responsabilidades, aos poucos foi empoderando o Movimento, o qual sentia amparo de alguém que tinha poder de colocar o debate em condições de igualdade, ao menos na mesa de negociação.

Se o então prefeito Zanella se recusava a receber os beira-trilhos, por entender que não era papel do Município resolver o problema de suas moradias, não fazia o mesmo quando Roso (promotor federal) convocava. Dessa forma, o MPF atuou para além de sua função ordinária, porém nos limites da lei e de suas atribuições. Com isso contribuiu significativamente com as causas pleiteadas. Verificou-se que o MPU valia-se da abertura que o MPF concedia e reiteradamente solicitava audiências e demandava posições. A título de exemplo, em uma delas o MPU solicitou orientações de como a prefeitura deveria proceder em cada situação específica das famílias: se um membro do casal dispusesse de terreno, se vendesse a casa, de como proceder para retirar um poste instalado pela RGE, do que fazer com as associações...(MPF, 12 jun. 2010), questões básicas, que em tese não caberiam ao MPF intervir.

A ALL, por sua vez, tinha toda a responsabilidade sobre a situação posta, no entanto agia sempre esquivando-se das reivindicações de todas as outras partes envolvidas. Geralmente a empresa enviava representantes sem poder de decisão: funcionários e advogados terceirizados, os quais se reservavam o direito de ficar ouvindo as demandas que se apresentavam. Embora tivesse uma decisão judicial para ser cumprida, seus advogados sabiam da quantidade de recursos que ainda poderiam ser apresentados para protelar o cumprimento da mesma.

Como seu objetivo era protelar e não resolver, não tinha nenhuma pressa nos encaminhamentos propostos. Isso é percebido nas manifestações públicas, tanto da empresa como do promotor ou do prefeito, por exemplo. A impressão que

passava para a sociedade é que se pudesse devolver este trecho ao Governo Federal, certamente faria. No entanto a concessão é de um trecho total, lucrativo ou não. O segmento Erechim-Passo Fundo faz parte de um percurso bem maior. As partes da estrada que são lucrativas estão sendo operadas e a RUMO S/A (concessionária atual) já está de olho na renovação do contrato.

Recentemente, em meados de 2018, uma comitiva de Erechim formada pela Câmara de Vereadores e Executivo Municipal, esteve em Curitiba a fim de consultar a empresa sobre encaminhamentos relativos à estrada de ferro. A mesma informou que o atual contrato vai até 2027, e que estudos sobre transporte de cargas serão realizados somente após a renovação que irá até 2057 (FINARDI, 09/06/2018). Ou seja, até o momento mantém o perímetro não operacional, porém sinaliza que fará estudos. Não parece crível. De qualquer forma a empresa prestou alguma ajuda ao Município na relocação das famílias com a logística e a partir das ações de reintegração de posse forçou a aceleração das decisões.

A responsabilidade sobre trilhos e trens não era do Município, mas em relação às famílias sem ter onde morar havia responsabilidade dentro da prerrogativa constitucional prevista no Artigo 6º da Carta Magna. No entanto o argumento inicial apresentado no debate público era de que esta responsabilidade seria da ALL, pelo fato de não ter tomado medidas preventivas para evitar que aquelas famílias se estabelecessem na faixa de domínio da ferrovia, ou na linguagem da época, deixado “invadir”. Este entendimento também era manifestado pelo MPF e pela justiça que cobravam reiteradamente iniciativas da ALL, no sentido de resolver o problema.

Porém, conforme o tempo passava e a ALL não assumia a responsabilidade, a pressão do MPU sobre o prefeito e seus secretários aumentava. De modo que o Município começou a buscar alternativas para viabilizar moradias, mas a resistência inicial contribuiu para que se buscasse apoio de outras esferas, como do Ministério das Cidades.

Dentre os entes federados, talvez aquele que o MPU mais tinha poder de pressão era a União, dadas suas relações políticas com o Partido dos Trabalhadores que estava na presidência da República. Isso foi fundamental no desenrolar do processo.

Com a mudança de prefeito em 1º de janeiro de 2009, as relações entre Município e MPU alteraram-se significativamente, pois parte das pessoas que compuseram a equipe de governo eram históricos apoiadores da ação do Movimento. A partir de então o governo municipal assumiu a coordenação dos trabalhos, papel este que era desempenhado pelo MPF até então. Como visto, o papel da prefeitura passou por dois momentos distintos. Inicialmente como crítico da ação do MPU e apenas parceiro da solução e por último, aliado e protagonista na busca de moradias.

A Câmara de Vereadores, por sua vez, não tinha responsabilidade jurídica direta pela solução da contenda. Entretanto dispunha de força política para contribuir na formulação de propostas no âmbito municipal, além de usar esta força como mecanismo de pressão sobre os órgãos responsáveis. O MPU foi buscar apoio de todos os vereadores, os quais se posicionaram favorável à causa dos beira-trilhos e beira-BR.

Dentre os que manifestaram apoio, teve o Vereador Anacleto Zanella que acabou se envolvendo diretamente na luta do Movimento. Desta forma a Câmara deixou de ser espectadora e passou a atuar como assessora ao MPU. Além de Zanella, encontrou-se documentos assinados pelo Vereador Paulo Polis, ele que depois seria prefeito da cidade.

Quanto a sua atuação, Zanella destaca que,

[...] a gente tentou da melhor forma possível colocar um mandato a serviço da população, especialmente da população que mais precisa. E o nosso vínculo com o MPU tem a ver com isso, as pessoas ligadas ao MPU eram pessoas com muita vulnerabilidade social, que precisavam muito do poder público para atender as suas reivindicações, como era o caso da moradia e das condições de moradia, regularização de áreas. Tinha a questão dos Beira trilhos, tinha a questão de pessoas que moravam em locais que não eram regularizadas né, [...] e o mandato se colocou a disposição para assessorá-los na organização e também na luta né, ou seja, a gente fez reuniões com eles, a gente fez assembleias, participou de assembleias com eles nos bairros, fizemos audiências públicas na Câmara de Vereadores, participamos de audiência com o Prefeito Municipal, com o Ministério Público Federal estadual e, portanto, foi nesse processo que nós colocamos o mandato à disposição (Informação verbal).

Por esta posição, o vereador Zanella muitas vezes foi alvo de críticas, pela ala mais conservadora da cidade, porém isso não alterava sua participação no Movimento, até porque este fazia parte de sua base de apoio político. Muitas vezes

a crítica vinha dos próprios colegas vereadores que entendiam que os “invasores” deveriam de fato ser removidos.

A fim de melhor acompanhar e assessorar os trabalhos do Movimento, o vereador destacou um de seus assessores do Gabinete, o Nilson Gonçalves. Prioritariamente, era ele que participava das reuniões de planejamento, dos eventos e ajudava nas mediações políticas. Além disso, por ser estudante de jornalismo contribuía com o registro fotográfico e de filmagens. Em um dos trabalhos o assessor produziu um filme curta metragem contando a história do Movimento.

Alguns documentos eram produzidos com o auxílio pessoal do vereador, como petições, manifestos, dentre outros. Em cada ação do MPU, alguém do Gabinete se fazia presente. O próprio vereador fazia questão de estar na linha de frente das negociações, fosse com os demais mediadores, fosse com a polícia durante as manifestações. Sempre que havia oportunidade de se manifestar publicamente, Zanella fazia a defesa do Movimento. Em cima de carros de som, tribuna da Câmara, rádios... Todos estes espaços eram usados.

Zanella destaca que

[...] neste caso especificamente era áreas que estavam em disputa, não era uma área tranquila, era uma área que pertence a BR 153, era uma área que pertencia ao governo federal: a ALL, ou áreas da prefeitura. Portanto, eram áreas que as pessoas moravam nessas áreas, mas essas áreas as pessoas não tinham a regularidade. Então na verdade as ações também tem que ser dirigidos conforme a situação. Então elas tem uma situação concreta, ou seja, tu precisa resolver o problema da moradia do local da área do terreno. Portanto, tem que se dirigir a Prefeitura, tem que se dirigir ALL, ao DNIT, ao Ministério Público Federal, ou seja, tu tem que acionar esses setores. Então através de uma Assessoria política e técnica também né, os advogados diziam, tu tens que fazer esses caminhos, tem que chegar ao juízo Federal, é ele na última análise que vai decidir sobre isso ou é a prefeitura que vai encontrar a solução para moradia né.[...] em um caminho pela necessidade da organização né (Informação verbal).

A manifestação de Zanella demonstra que os caminhos percorridos faziam parte do repertório do movimento. Percebe-se que ao contrário dos caboclos do Contestado que não dispunham de advogados para requererem seus direitos sobre a terra, estes tinham assessoria dos advogados do MAB.

Porém estas mediações só foram possíveis a partir do momento que os moradores decidiram se organizar. Embora, de acordo com Zanella, isso fizeram somente quando sentiram a necessidade real de se defenderem.

Assim como as pessoas só saem de casa quando um problema acontece, ou seja, quando as pessoas são notificadas que tem que sair daquele local, as pessoas vão buscar ajuda e é isso que aconteceu, elas vieram na câmara de vereadores por causa disso, foram buscar outros movimentos sociais por causa disso. E aí vem também a experiência dos outros movimentos sociais, dos quais participamos um eu participei do movimento sindical, outros participavam do Movimento de Atingidos por Barragens, então lá também eles tinham construído grandes lutas sociais (ZANELLA, 2019, Informação verbal).

Além de Anacleto, outros vereadores também participaram de alguns momentos e, assim ajudaram a Câmara a cumprir seu papel de agente responsável pela solução dos problemas da cidade com os meios de que dispunham, inclusive sendo ponte entre o MPU e o Ministério das Cidades.

Segundo Onhate (2019, Informação Verbal), que foi coordenador do Setor de Habitação do Município, antes de 2009, o MPU tinha dificuldades de acessar o poder público municipal:

Até então, antes de nós assumirmos esse cargo de coordenador, o MPU tinha uma certa dificuldade de acesso ao Município, não era assim recebido como depois de nós entrarmos, lá a gente recebia. Tinha um certo preconceito para com essas pessoas que faziam esse tipo de trabalho e Movimento.

Da mesma forma, a relação do governo municipal no período anterior, com o governo Federal era amistosa. Isso porque o primeiro fazia oposição ao último. Poucos projetos eram enviados aos ministérios, mas com a ação do MPU, o Ministério das Cidades (MPU, 26 jun. 2007) foi chamado e a relação modificou-se. A presença do representante da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Marcelo Lopes Barata, na Audiência Pública de 2008, abriu um canal de diálogo que foi importante para a viabilização de recursos. No ano seguinte (2009), o Governo Federal criaria o PMCMV, pelo qual o Ministério das Cidades completaria seu papel na cidade de Erechim, nos inúmeros projetos habitacionais desenvolvidos.

Referente à participação do MAB, esta difere das demais. A priori a entidade não tinha nenhuma relação com as demandas postas, a não ser sua auto atribuição de defender os direitos das camadas populares da sociedade. No entanto foram os primeiros a procurar entender o que estava em risco nas famílias afetadas pela possível volta dos trens.

Pela sua postura crítica em relação ao sistema capitalista o MAB se posicionava ao lado das famílias e criticava publicamente a omissão da ALL e a inoperância do Município. Inclusive em nota à imprensa (MAB, 2007), denunciavam que a ALL teria adquirido financiamento junto ao BNDS de 1,2 bilhões de reais e posteriormente teria abandonado o trecho Erechim – Passo Fundo. Ao contrário dos demais mediadores, o MAB procurou os moradores para ajudá-los, conforme noticiou o Jornal Voz da Serra (22/11/2006):

A presidente da Associação do Bairro, Celi Fátima Bertognoli foi procurada por representantes do Movimento de Atingidos da Barragem para que, unidos, num movimento de apoio, uma solução fosse encontrada para estes cidadãos que poderiam ter que mudar de residências

Sua ação foi fundamental para que os moradores se organizassem e formulassem suas propostas aos poderes constituídos. Por outro lado o MAB também tinha seus interesses enquanto Movimento, pois desejava se inserir nas causas sociais urbanas e o caso dos beira-trilhos se apresentava como uma janela que se abria. Dentre os diversos fatores que contribuíram com a aproximação, foi o fato do MAB ter entre seus quadros o militante Alceri Bertussi, um morador do Bairro São Vicente de Paulo (bairro lindeiro aos trilhos), que conhecia a realidade e a cultura de seus vizinhos e já havia atuado em outros momentos de resistência, dentre eles no episódio já referido da remoção dos moradores da Florestinha.

Além do apoio à organização e à formação dos integrantes do MPU, o MAB também auxiliava financeiramente as ações. Fazia assessoria de imprensa acompanhando os eventos e produzindo e enviando nota à imprensa. Também eram elaborados panfletos e manifestos para distribuição nas ruas durante os atos. Havia uma preocupação constante em informar e angariar algum apoio da opinião pública.

O MPU, assim que se constitui, passa a ser o porta-voz das 284 famílias beira-trilhos e das 23 famílias beira-BR. Suas lideranças mantinham uma relação cotidiana com a base. Tudo era discutido em assembleias e deliberado conjuntamente. Todas as reuniões em que participavam eram partilhadas as discussões com os demais membros. Quando sentiam que as negociações não estavam andando no ritmo que esperavam, mobilizavam o coletivo para agir. Sempre que chamados, os integrantes se faziam presentes, reunindo grande número nas manifestações.

A gestão democrática dos Movimentos Sociais é uma forma de exercitar as novas relações que se pretende estabelecer na nova sociedade sonhada, prática esta que faz parte do repertório dos movimentos como o MST e o MAB (WARREN, 2014, p. 73). Ao ser ouvido o integrante se sente de fato protagonista da luta em curso e assim agrega força com sua participação e o coletivo deixa de ser ignorado pelo restante da sociedade.

Desta forma, o Movimento foi ganhando respeito das entidade envolvidas e da sociedade e ao final teve o reconhecimento de sua contribuição no processo. Nas entrevistas realizadas, todos manifestaram a importância de seu papel.

Por fim, destaca-se o papel das construtoras. Como o acesso ao PMCMV Entidades, por parte das associações não foi viabilizado e o Município definiu que não assumiria as construções, coube à iniciativa privada a responsabilidade de construir as casas, mesmo quando os terrenos eram do Município. Certamente o objetivo principal destas empresas era o lucro que os empreendimentos ofereciam. Porém muitas construtoras se negavam a participar desta modalidade (Faixa I) que era destinada para construção de moradias com valores menores, isso porque nas outras faixas do PMCMV o retorno financeiro era bem maior e naquele momento o ramo da construção civil estava em alta.

O resultado disso foi que as empresas procuravam economizar ao máximo para aumentar seus lucros, que na concepção delas era demasiadamente baixo. Assim, muitas das casas apresentaram problemas construtivos, embora na maioria deles não chegasse a comprometer as construções, mas havia muita reclamação dos mutuários. Mariazinha (2019, informação verbal) lembra que sua casa também apresentou problemas: “a casa quando eu entrei, a luz não funcionava direito tive que pagar para vim. A caixa tinha estourado, tive que pagar pra ajeitar.”

Do ponto de vista do governo federal e do próprio PMCMV, a participação das construtoras atendia o propósito do Programa de movimentar a economia, gerando novos empregos e aumentando as vendas no comércio. Joselito Onhate, diretor de Habitação durante as gestões do prefeito Polis, destaca que ao atender as demandas da habitação se gera também muitos empregos. Essa manifestação foi feita em uma entrevista ao Jornal Bom Dia (06/11/2011)

A crise mundial de 2008, estava chegando ao Brasil, o governo Lula ao invés de recuar os investimentos e se preparar para a crise, decidiu inverter

a lógica que outros países adotaram, assim tomou algumas medidas na área econômica, estimulando o consumo e a produção [...] especialmente naqueles que mais geram empregos: a indústria automobilística e a indústria da construção civil.

Este aumento de emprego, ao aplicar os recursos, se dava de qualquer forma. Sabe-se que mesmo que o Município assumisse o gerenciamento das obras, na prática a execução se daria pelo setor privado, pois o mesmo não possui estrutura logística para tal. Por outro lado, ficaria limitado ao ritmo imprimido pelo seu corpo técnico. Ao fazer a parceria com as construtoras que cuidavam do empreendimento desde a concepção do projeto, possibilitava que muito mais moradias fossem construídas no espaço de tempo em que os recursos estavam disponíveis em grandes volumes. Mesmo que com maior custo, mais distante e de qualidade relativa menor. Assim, a análise de Onhate é demonstrada pelos números do MCMV, já referidos anteriormente.

4.6 O MOROSO PROCESSO DA SOLUÇÃO

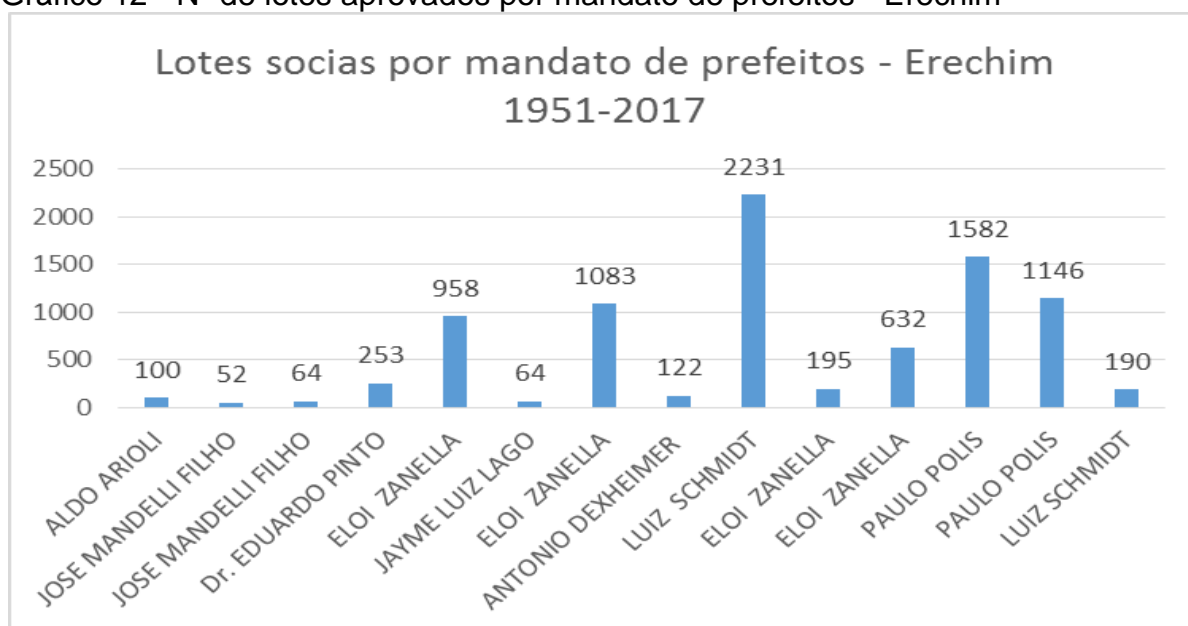
Já havia se passado quase um ano desde aquele dia em que a vereadora de Gaurama Gladis Wolff ingressara no MPF reivindicando a volta dos trens. Também já fazia um bom tempo que os beira-trilhos estavam mobilizados em torno de sua casa. No entanto tudo que tinham era a informação que deveriam sair de suas casas.

Diversos fatores corroboravam com esta demora. Dentre eles, o fato de que o Governo Municipal naquela gestão não tinha a habitação como prioridade. Conforme demonstra o gráfico 12, enquanto nos anos de 1990 o prefeito Elói Zanella, em uma gestão, havia criado 1.083 terrenos, na última (2001-2004) tinha apenas ofertado 195 lotes. E na gestão em vigência, no período em que o MPU iniciou suas atividades, foram aprovados 4 loteamentos sociais em nome do Município, somando 297 lotes, porém nenhum foi executado em seu governo. Dois deles foram aprovados no último ano de mandato, a partir da mobilização e não de iniciativa própria do governo. Os demais lotes, embora também fossem sociais, mas foram executados pelas Cooperativas.

Além disso o governo municipal entendia o MPU como uma ação política da oposição que buscava desgastar sua gestão. Este entendimento que é levado à esfera pública é recorrente entre os gestores. De acordo com Gohn (1991, p. 157),

em São Paulo, na primeira gestão do PT em 1989, os técnicos acusavam os movimentos de moradias de agentes da oposição de direita orquestrados por oposições ao PT. Embora os movimentos sociais que reivindicam melhorias concretas para suas bases tenham apoios políticos, reduzir toda a sua ação à mera estratégia da oposição, visa apenas desqualificá-los diante da opinião pública.

Gráfico 12 - Nº de lotes aprovados por mandato de prefeitos - Erechim



Fonte: Arquivo Secretaria de Obras de Erechim (2019) (Gráfico elaborado pelo autor)

Outro fator era o entendimento de que a responsabilidade de fazer os loteamentos, ou ao menos disponibilizar o terreno, era da ALL, e como visto, ela discordava veementemente desta proposta, embora todos os mediadores cobrassem de todas as formas alguma medida por parte da empresa. Importante destacar que até 2008 as relações entre os envolvidos era de conflito e não de colaboração. Isso é percebido nas manifestações públicas ou nos documentos trocados entre as instituições.

O MPU cobrava soluções de todos. O MPF cobrava a ALL e o Município. O Município acusava a ALL e a última acusava o primeiro. No entanto a solução não aparecia, até porque o Movimento não aceitaria qualquer solução. Desde o início deixaram bem claro que somente aceitariam se os loteamentos fossem próximos de onde moravam e as casas tivessem tamanho adequado.

Além de definir quem faria os loteamentos, levou-se um tempo para definir como seria captado o recurso junto à União. Isso também implicaria na forma

construtiva: contratação de empresa, autoconstrução ou mutirão. Diante da organização do MPU e da resistência do Município em assumir os projetos, o representante do Ministério das Cidades sugeriu, em maio de 2008, que o financiamento se desse via PMCMV Entidades – FDS. Em seguida o MPF orientou que o Movimento realizasse o credenciamento das associações.

Nesta modalidade do Programa era possível adotar os seguintes regimes de construção: Autoconstrução; Mutirão ou Autoajuda e Administração Direta. Neste caso era obrigatória a contratação de assistência técnica especializada e elaboração de regulamento. Isso para casas, se fosse construção verticalizada, deveria ser contratada empreitada Global.

Nesta modalidade a Caixa Federal repassaria os recursos diretamente para entidades sem fins lucrativos como associações e cooperativas. Estas definiriam os critérios que seriam adotados, desde a elaboração dos projetos até o modo construtivo.

Nos arquivos do MPU encontraram-se documentos relativos a três associações que tinham entre suas finalidades fazer loteamentos habitacionais: Associação Nacional em Defesa da Moradia Popular (ANAMORA); Associação Conquista da Moradia (ADESHA) e da Associação de Desenvolvimento da Habitação (ADHA). De acordo com os comprovantes, ambas estavam aptas a receber recursos. Pelo volume de papéis e declarações de regular funcionamento, conclui-se que tenha dado bastante trabalho organizar toda a papelada.

Na opinião do Movimento, segundo Benário (2019, Informação Verbal) o custo das moradias seria o principal fator vantajoso. Poderiam ser construídas casas maiores e melhores. Neste sentido o MAB já tinha experiência nas construções de casas para os atingidos por barragens, onde as casas eram construídas pelos próprios agricultores e assim conseguiam otimizar recursos e materiais. Além disso, a experiência de outros movimentos de moradias mostra que o processo contribui com a organização dos moradores e com o processo formativo que a modalidade proporciona, passando pela possibilidade de construir mais casas e assim contemplar mais famílias, até a redução de custos na efetivação do empreendimento, pois elimina o atravessador, deixando de ter o lucro como fim último do negócio.

Em reunião no dia 27 de maio de 2008, os moradores da Vila União discutiram esta possibilidade. Argumentou-se que seriam feitas somente 50 casas

por associação. Já havia duas criadas pelo MAB. A assembleia tomou a decisão de criar outras, para que se pudesse construir mais casas (MPU, 28 maio 2008) Da mesma forma, os moradores do Bairro São Vicente de Paulo em assembleia no dia 28 de maio do mesmo ano, decidiram criar novas associações. A coordenação deixou bem claro que “Por avaliação do Ministério das Cidades achou-se melhor os moradores dos bairros atingidos pelos trilhos, montar suas próprias associações para adquirir assim as casas” (MPU, 27 maio 2008).

Benário (2019. Informação verbal) relata que encontraram dificuldades para que o Município concedesse a documentação necessária para a criação das associações. Tiveram que acionar o Ministério Público Estadual, para que a procuradoria municipal fornecesse os documentos necessários. Conseguiram, não sem antes ouvir alguns incisivos protestos do procurador municipal.

Percebe-se que o MPU, sempre que considerava necessário, acionava as promotorias federal e estadual, inclusive, com objetivo de acompanhar os trabalhos o MPF instaurou um Inquérito Civil Público para “Acompanhar o processo de reassentamento das famílias beira trilhos no município de Erechim/RS” (MPF, 07 mar. 2012), após

[...] representação de moradores da vila –beira trilho- sobre a situação das famílias que vivem na faixa de domínio da linha ferroviária no município de Erechim/RS. Reassentamento das famílias como contraprestação da América Latina Logística Malha Sul S/A (ALL) com base no contrato de exploração de serviço de transporte de carga pela rede ferroviária por parte da empresa concessionária. Atendimento das famílias realizado em conjunto com a prefeitura municipal de Erechim. Realização de reuniões e cumprimento de determinações judiciais para garantir a realocação das famílias e a vigilância das áreas desocupadas (MPF, 2010)

Mesmo com todo o trabalho de viabilizar a papelada e o ânimo do Movimento nenhuma casa foi construída nesta modalidade PMCMV Entidades. Foram diversos fatores que colaboraram para isso. De acordo com Benário (2009, informação verbal), o Município entendeu que deveria ser ele o contratante, pois havia a necessidade de que o mesmo adquirisse a área para as construções e os recursos deveriam ser repassados para uma única instituição. Na prática, a alternativa seria levada a cabo se o Município não concordasse em assumir a execução, pois o MPU não tinha nenhuma experiência em administrar empreendimento desta complexidade. Embora muitos outros tenham em algum momento começado em vários locais do Brasil e a experiência fosse exitosa.

Mesmo não sendo na modalidade discutida acima, a mobilização do MPU garantiu a vinda de recursos do Programa Urbanização, Regularização, Integração de Assentamentos Precários (FNHIS), via Ministério das Cidades. Inicialmente todo o montante captado seria destinado para construção de casas para famílias beira-trilhos. No meio do processo o prefeito decidiu mudar a destinação e incluir famílias de outros locais, as quais se encontravam em áreas de risco, Houve protestos e denúncias no MPF por parte do MPU. No entanto não foi possível reverter. O Movimento teve que se conformar com a garantia de 30% apenas para os beira-trilhos.

Depois de vencidas estas definições a Secretaria de Obras tratou de elaborar os projetos e submeter à Caixa Federal, para acessar os recursos do FGTS. Até que em 18 de maio de 2008, o Município e a Caixa assinaram contrato de financiamento para a compra do terreno, condição para iniciarem as obras dos novos loteamentos. O valor era de R\$ 1.976.000,00 do Ministério das Cidades e R\$ 347.339,70 de contra-partida do Município, totalizando mais de 2 milhões.

No dia seguinte, os órgãos de imprensa da cidade receberam dois comunicados sobre o mesmo acontecimento. A prefeitura informava que “Município de Erechim viabiliza loteamentos para os beira-trilhos” (DIÁRIO DA MANHÃ, 20 maio 2008) já o MPU anunciava “MPU conquista as primeiras casas” (MPU, Nota à imprensa, 19 maio 2007) Cada um ao seu modo comunicava suas bases. A guerra de versões é comum no cotidiano da luta. Governos, com seus interesses políticos, legítimos até, mas inescrupulosos, sequestrarem as conquistas das lutas e as transformarem em meras dádivas do poder público. Por outro lado, os movimentos muitas vezes também não reconhecem a ação positiva do poder público, considerando que as conquistas viriam de qualquer forma, independente da oportunidade política. Porém Tarrow (1994, p. 18) propõe que estruturas de oportunidades políticas “são dimensões consistentes do contexto político que podem encorajar ou desencorajar pessoas de participarem em ações coletivas”, ou seja, de acordo com a conjuntura política as ações coletivas podem arrefecer-se a ponto de não possibilitar resultados.

Na sequência, os beira-trilhos e beira-BR foram conhecer os locais onde seriam construídos os loteamentos. Esta acabou se tornando uma prática da

Prefeitura. Onhate (2019) lembra que nos projetos posteriores isto também era realizado,

O projeto da casa nós levamos também em debate lá para os moradores, o local, o projeto... Numa tarde de sábado pegamos um ônibus, botamos as famílias dentro, levamos no loteamento, mostramos onde eles iriam morar, como que seria a casa. Dentro do loteamento houve um sorteio da localização das casas.

De acordo com as Atas das reuniões do MPU (MPU, Atas de reuniões, 2007) realizadas com as famílias dos bairros atingidos, as propostas do Município eram analisadas e aprovadas pelos beira-trilhos. Naquele dia foi discutida a área de assentamento, o tamanho dos lotes e das casas, que no caso proposto eram de 10x25mt e 49m² respectivamente.

As áreas dos primeiros loteamentos foram adquiridas pelo Município por preços mais acessíveis, já que ainda não estavam com o preço majorado. Outras pertenciam ao poder público municipal há mais tempo. Quando da aquisição destas áreas, além dos valores o Município encontrou dificuldades para definir um local que atendesse aos interesses dos beira-trilhos / beira-BR e que ao mesmo tempo não sofresse resistência das pessoas que já moravam próximas a estas áreas, algo semelhante ao ocorrido em Winston Parva, discutido por Ellias e Sotson (2000) em Os estabelecidos e os outsiders. Muitos dos resistentes também pertenciam à classe proletária. O Secretário de Habitação do Município revelou em uma reunião, em novembro de 2007: “Estamos recebendo ligação de moradores dizendo que não querem estas pessoas morando perto” (VOZ REGIONAL, 27 nov. 2007) Típico caso de preconceito de classe.

Como se tratava de final de mandato, em 2008, na prática não se conseguiu avançar para além da compra do terreno. Em 1º de janeiro de 2009 houve a troca da gestão. A partir de então os encaminhamentos passaram a ser mais colaborativos, isso não quer dizer que os conflitos e os problemas deixassem de existir, mas o diálogo era a principal ferramenta.

Enquanto o MPU aguardava a execução das novas casas, buscava garantir condições mínimas de infraestrutura para as casas antigas onde as famílias seguiam habitando. Foram vários embates junto às concessionárias de energia e de abastecimento de água, pois muitas casas não tinham ligações destes serviços. Estes temas também foram parar no MPF. Dentre os vários momentos, destaca-se a

reunião realizada entre MPF, MPU, Empresa concessionária de energia, Prefeitura, ALL e representante do Programa Luz Para Todos. Na ocasião foram acordados vários procedimentos no sentido de garantir energia elétrica para várias famílias que estavam às escuras (MPF, 27 out. 2009).

O próximo passo foi garantir a liberação de recursos para a construção das casas. Para os loteamentos Social Aeroporto e Pôr-do-sol o aporte do Governo Federal foi de R\$ 1.976.000,00, oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e o Município destinou R\$ 799.000,00, além de terreno a preço social, infraestrutura completa e cercamento dos terrenos (ERECHIM, 2016). Foram construídas nestes loteamentos 110 casas. O MPU fazia o acompanhamento de perto dos trâmites técnicos e jurídicos.

A topografia do Social Aeroporto era de boa qualidade, sendo um lugar alto e nivelado. Já o Pôr do Sol, situava-se em um terreno acidentado, no pé de uma montanha. Mesmo assim atendia as normas técnicas de aprovação de loteamentos.

O MPU havia conquistado um acordo com o poder público municipal, onde 30% das casas dos novos loteamentos para famílias de baixa renda, seriam destinados aos beira-trilhos. Este compromisso foi reiterado pelo novo prefeito Paulo Polis e 2009 (MPF, 8 jun. 2009) Enquanto eram construídas as primeiras casas a luta continuava, pois havia ainda inúmeras famílias sem definição para onde e quando iriam.

Conforme o Quadro 5, entre 2011 e 2016 foram viabilizadas 609 moradias para famílias com renda até 2,5 salários mínimos.

De acordo com Benário (2019, informação verbal) e dados da Secretaria de Obras, foram vários loteamentos que receberam as famílias reassentadas, oriundas da beira dos trilhos e da BR 153: da beira-BR, foram para o loteamento Vida Nova, no bairro Copas Verdes (23 famílias); os beira-trilhos foram para os loteamentos Minha Casa Minha Vida, no bairro Paiol Grande (104 famílias); Condomínio Carlotto, bairro Agrícola (92 famílias); Social Aeroporto (60), Pôr do Sol, bairro Petit Village (50) e Sobradinhos Arquiteta Luciana, Bairro Presidente Vargas (30).

A soma das casas construídas/conquistadas para os beira-trilhos nestes loteamentos totalizam 304 domicílios. Considerando que 30% eram destinados para os Beira-trilhos, tem-se em torno de 120 famílias contempladas.

Benário (2019, informação verbal) menciona que além dos beira-trilhos e beira-BR outros sem tetos também participavam do Movimento, chegando a envolver em torno de 800 pessoas. No entanto, nas fontes escritas encontradas, geralmente aparecem as 284 famílias de beira-trilhos, mais as 23 beira-BR, embora em um ofício enviado ao Ministério das Cidades, no dia 26 de julho de 2007, assinado pelo MPU, Prefeitura e vereadores, mencionavam-se 400 famílias.

Quadro 5 - Casas conquistadas MPU - Projetos do Município - 2011-2016 - Faixa 1 - Renda até 2,5 salários mínimos

Empreendimento	Domicílios	Valor investido em R\$	Programa
Casas Pulverizadas	46	R\$ 368.000,00	Carta de Crédito FGTS II
Condomínio Carlotto	92	R\$ 3.772.000,00	PMCMV
Loteamento Minha Casa Minha Vida (Amanhecer)	102	R\$ 4.200.000,00	PMCMV
Loteamento Social Aeroporto	60	R\$ 1.077.000,00	PAC
Loteamento Pôr do Sol	50	R\$ 998.181,00	PAC
Condomínio Sobradinhos Arquiteta Luciana	30	R\$ 1.350.000,00	PMCMV
Loteamento Vida Nova	23	R\$ 454.296,00	Emenda parlamentar
Loteamento Capo-Ere	27	R\$ 533.304,00	Emenda parlamentar
Casas de madeira (terreno mutuário)	179	R\$ 484.000,00	Recursos do Município
Total investido	609	R\$ 13.236.781,00	

Fonte: Secretaria de Obras Erechim (2019) Quadro elaborada pelo autor

Mas o número de 284 famílias que aparece na maioria dos documentos, possivelmente seja em decorrência de ser esta quantidade arrolada no processo da volta dos trens. De qualquer forma, o MPU credita a totalidade destes loteamentos para famílias de baixa renda, como resultado de sua luta. Afinal o Movimento era o único que reivindicava habitação para esta faixa de renda. As construtoras visavam às faixas mais elevadas, devido ao maior valor financiado.

As primeiras famílias (Fotografia 6), conforme notícia veiculada no Site da Prefeitura (ERECHIM, 2011), chegaram nas novas casas, no Loteamento Aeroporto, em 16 de fevereiro de 2011. Haviam se passado mais de 4 anos desde o início da mobilização. Neste dia, 14 famílias deixaram suas precárias casas na beira dos

trilhos, no bairro Santa Isabel. Dentre elas, quatro casos que tiveram suas casas queimadas, estando abrigadas em casa de familiares.

Fotografia 6 - Primeiras famílias de beira-trilhos chegando na casa nova - Fev. 2011 – Loteamento Social Aeroporto



Fonte: Prefeitura de Erechim (2011)

Assim que os caminhões da ALL, com ajuda de servidores da Prefeitura retiravam os móveis e pertences das famílias, imediatamente máquinas demoliam as casas (Fotografia 7). Os destroços eram carregados em caminhões e levados para um aterro. Muitos tentaram recolher alguns itens que poderiam ser aproveitados, como cabos de cobre. Quanto aos móveis, muitos estavam deteriorados. A assistência social da Prefeitura, juntamente com a Secretaria de Obras e MPU, arrecadavam na comunidade outros de melhor qualidade e entregavam para os mais necessitados.

Em março do mesmo ano, mais 28 famílias beira-trilhos, totalizando 42, foram para o novo lar. Além dos beira trilhos, também foram contempladas mais 68 famílias

moradoras de área de risco, projeção de ruas e famílias em situação de risco social Bitencourt (ERECHIM, 2011)

[...] relatou que as pessoas que estão sendo transferidas estão muito felizes, emocionam-se quando recebem a autorização para morar no novo lar. 'É um momento muito especial, porque vão deixar aquela situação de moradia precária e de marginalização, como beira-trilhos em uma área invadia, para serem donos da casa própria, com toda a regularização feita'.

Fotografia 7 - Máquinas da Prefeitura demoliam as casas, assim que as famílias as desocupavam



Fonte: MPU (2011)

Esta alegria não pertencia a todos. Os relatos demonstram que, ao contrário, muitos se emocionaram por deixarem para trás o lugar que por muito tempo lhes serviu de moradia. Para estes, a qualidade da nova casa não compensava o significado simbólico e emocional da antiga. De fato a precariedade das construções pareciam não incomodar estas famílias.

O valor que cada família deveria pagar pela casa de 38,4 m², era de R\$ 6.000,00, parcelados em 125 meses. Por cinco anos deveria permanecer em forma de concessão de uso e depois de quitada, a Prefeitura deveria passar para o nome da

família. Pouco tempo após a mudança, muitas famílias realizaram ampliações ou alterações em suas casas. Isso porque de acordo com o número de integrantes, a casa era demasiadamente pequena. Conforme estudo realizado sobre as casas deste Loteamento (NEUT; ZIMERMANN; TSUTSUMI, 2015, p. 85), “notou-se a presença de pequenas áreas de uso comum familiar, as quais, por muitas vezes não comportam o mobiliário necessário, nem ambientes para desenvolvimento de atividades específicas, fazendo com que espaços como cozinha e sala se tornem lugares de socialização, estudos e até descanso.”

De qualquer forma, o MPU comemorou a conquista. Em nota enviada à imprensa assim se manifestou,

As famílias que estão sendo beneficiadas hoje é fruto do processo da luta e organização das famílias do Movimento Popular Urbano (MPU). Essa conquista mostra que as mobilizações não podem parar, para que outras famílias que ainda correm risco de serem despejadas pela ALL continue Incentivadas e mobilizadas nos seus propósitos(2011).

No início de maio de 2011, a Prefeitura fez a entrega formal do Condomínio Carlotto, no Bairro Agrícola, com 92 casas. Este foi o primeiro empreendimento financiado pelo PMCMV em Erechim (PREFEITURA DE ERECHIM, 2 maio 2011). Neste aproximadamente 30 famílias de beira-trilhos foram contempladas. O novos moradores, após se instalarem, tiveram o acompanhamento social realizado pela Universidade Regional Integrada (URI).

Em setembro de 2009 (PREFEITURA DE ERECHIM, 22 set. 2009) iniciaram as obras do Loteamento Minha Casa, Minha Vida (Imagem 3), com o início do serviço de terraplenagem do terreno de cinco hectares, em área contígua aos loteamentos Amanhecer e Renascer. Quase no final da execução das casas a empresa contratada pela Caixa Federal teve dificuldades financeiras e não conseguia concluir as obras. O problema foi parar no MPF que incluiu o assunto no Inquérito Civil Público, aberto para acompanhar o processo de reassentamento. A solução acordada foi a realização de um mutirão entre moradores, Prefeitura, construtora e Caixa Federal.

Imagem 3 – Lot. Social Minha Casa Minha Vida - 102 casas – Bairro Paiol Grande



Fonte: Google Earth (2019)

Fotografia 8 - Entrega dos terrenos Loteamento Minha Casa Minha Vida 2011. Destaque aos cartazes dos órgãos governamentais envolvidos e a única mulher entre as autoridades é a representante do MPU.



Fonte: Prefeitura de Erechim (2012)

Os termos seriam inseridos em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) a ser minutado (MPF, 07 mar. 2012). No dia 20 de março do mesmo ano ocorreu nova reunião no MPF (MPF, 20 mar. 2012), onde foi relatado que o mutirão estava

apresentando vários problemas, pois as partes não estavam cumprindo o acordado: cada família estava executando as obras à sua maneira; o construtor não tinha mandado materiais suficientes, os funcionários continuavam sem receber... Neste mesmo dia foi assinado o TAC definindo prazos e responsabilidades. De qualquer forma a obra foi concluída nos meses seguintes.

Vencida esta etapa, em junho de 2012 (Figura 8) as casas foram entregues aos novos moradores (PREFEITURA DE ERECHIM, 04 jun. 2012). Foram 102 casas no total, destas 39 famílias residentes às margens da ferrovia no bairro Polígono 21 de Abril foram contempladas. O valor que os beneficiários deveriam pagar de financiamento era de 10% de sua renda de até três salários mínimos.

Da mesma forma os moradores da beira-BR também enfrentaram um longo caminho até conquistar suas moradias. A luta iniciou com a necessidade de alargamento da via. Para tanto as famílias deveriam ser removidas para outros locais. Embora as obras previstas naquele momento não chegassem até as residências do km 46, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) aproveitou o momento e decidiu se movimentar para desocupar a faixa de domínio.

Como os moradores não dispunham de outro lugar para morar, ficaram desesperados com as notificações expedidas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008). Imediatamente o MPU foi acionado e agendou uma Audiência no Ministério Público Federal a fim de discutir o problema. Nesta o representante da PRF admitiu que as notificações não tinham relação com a obra das paralelas, pois a mesma não se estenderia até as residências. Os representantes do MPU, por sua vez, chamaram atenção para o fato de que no local estava em construção um loteamento privado e que este poderia ser o verdadeiro motivo da decisão de retirar as famílias. Na Audiência ficou acordado que o MPU faria por escrito solicitação de prorrogação de prazos à PRF e comprometeu-se a fazer um cadastro das famílias (MPF, 10 jun. 2008).

Através do ofício 002/2008 (MPU, 14 jul. 2008) o MPU cumpriu com o combinado e enviou solicitação por escrito à PRF, onde solicitava a suspensão imediata das notificações e que aquele órgão intercedesse junto ao Ministério das Cidades, para que agilizasse o assentamento das famílias. Junto encaminhou a relação das famílias notificadas e a assinatura do responsável.

Mesmo assim, o DNIT pleiteou na justiça a reintegração de posse. A Justiça Federal da 4ª Região indeferiu o pedido de reintegração em um primeiro momento, em junho de 2009 (TRF4, 2009). Na sequência houve uma Audiência de Conciliação em janeiro de 2010, onde o Município se comprometeu a realocar as famílias e o processo restou suspenso por um ano e dois meses (PODER JUDICIÁRIO, 2010).

Na sequência o Município adquiriu uma área próxima ao km 46 da BR 153, no Bairro Copas Verdes e lá construiu 23 casas destinadas exclusivamente para as famílias beira-BR. Possivelmente seja, se não o único, mas um dos poucos loteamentos em que todos os moradores reassentados pertençam ao mesmo lugar de origem.

Fotografia 9 – Casas do Loteamento Social Vida Nova – Bairro Copas Verdes - 2019



Fonte: Google Earth (2019)

Em 2012 as famílias finalmente chegavam em suas novas casas. Ao contrário dos beira-trilhos, a maioria desejava sair das casas antigas, dado que as condições eram, de modo geral, mais precárias que às dos beira-trilhos. Embora algumas casas tenham apresentado alguns problemas construtivos ou de acessórios, típicos de loteamentos sociais, o grau de satisfação foi maior que dos beira-trilhos. Dona Mariazinha estava entre os novos moradores.

4.7 REPERTÓRIO E AÇÕES PARA VIABILIZAR AS NOVAS CASAS

Já foram discutidos anteriormente os papéis desempenhados pelos principais mediadores e entidades envolvidas no entorno das pautas do MPU. Porém para desempenhar seus papéis cada qual a seu modo desenvolveu estratégias para dar conta de seus objetivos. Destacam-se as do MPU e do Município.

O primeiro tinha como elemento central de seu repertório a organização e a formação de seus integrantes, leia-se as famílias com carência de moradia. Para tanto, buscaram-se parcerias e assessorias com movimentos políticos com experiências em outras frentes de lutas. Valeu-se dos direitos constitucionais para buscar e encontrar apoio junto ao Ministério Público Federal e Estadual. Embora sofresse oposição da mídia mais conservadora, conseguia fazer com que sua mensagem chegasse até a população através de notas à imprensa, elaboradas por uma assessoria de comunicação qualificada, que conseguia espaço em jornais e repercussão nas rádios.

Havia pelo menos uma rádio que fazia críticas ao Movimento e de forma direta às famílias beira-trilhos. Tanto que em audiências com o MPF, o MPU denunciava solicitando providências quanto as críticas e até termos usados pelos comunicadores daquela rádio. Em audiência, Inês Rodrigues relatou que “[...] Começaram a ouvir boatos na rádio chamando de vagabundos e invasores, mas não são, são trabalhadores que compraram suas casas dignamente” (MPF, 19 dez. 2007) Mas de modo geral avalia-se que a comunicação era satisfatória.

As atividades que faziam parte do repertório do Movimento, como caminhadas, pannels, ocupações de prédios públicos, entrega de panfletos nas ruas da cidade, audiências com autoridades e assembleias, faziam com que os demais atores não tivessem trégua e por bem ou por mal priorizassem o atendimento de suas demandas. Para Zanella (2019), a condução democrática do Movimento é um dos fatores primordiais,

[...] cada caso tem uma forma de se organizar, mas no método de organização de participação de decidir em Assembleia, que todos saibam do que tá acontecendo, estes são métodos de adotados pelos movimentos sociais de vários tipos, no seja, a democracia, o direito à cidadania (Informação Verbal).

De acordo com Warren (2014, p. 73), além da democracia, os movimentos buscam vivenciar relações comunitárias, com relativa autonomia em relação ao

Estado e a partidos. Porém chama atenção que “[...] em relação ao último, o fato de muitos mediadores ocuparem posições de liderança tanto no movimento como no partido (sobretudo para o caso do PT) torna pelo menos este ponto problemático”. A autora também chama atenção para as formas de luta, que se caracterizam pela “resistência ativa não violenta” (1993, p. 73).

No entanto nesta resistência não violenta havia o empoderamento de pessoas do povo que antes eram resignadas com sua situação de pobreza e exclusão. No Movimento eles libertam a palavra. Em uma das atas de audiência encontrou-se o seguinte registro:

Antônio Fortuna: estão nessa batalha junto com o povo e não abrem mão dos seus direitos. A ALL abandonou os trilhos. Ele votou no prefeito não sabe quantas vezes para ele dizer que não atendia? Tem que esperar não só da ALL, mas da prefeitura, dos Estado, da União. E querem algum lugar perto do centro, ou então que paguem o que devem pelas casas, pois assim morar onde quiserem.” (MPU, 19 dez. 2007)

Diante do prefeito, promotor público, ALL, dentre outros, Antonio Fortuna orador beira-trilho assim se manifestou. Esta coragem de manifestar sua opinião em uma reunião entre autoridades em um lugar diferente de seu cotidiano, logo estranho, não é comum dentre as pessoas do povo, somente quando o oprimido se liberta, ele consegue romper o silêncio das amarras sociais. Como bem dizia Freire (1987, p. 32),

A pedagogia tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.

Percebe-se que o repertório do MPU difere em diversos aspectos daquele usado por outros movimentos nacionais de luta pela Habitação. Enquanto o MTST luta pela reforma urbana (MARICATO, 2012, p. 136) e promove ocupações de terrenos e prédios abandonados, o MPU reivindicava espaço e moradia através de outras ações que não a ocupação de áreas. Talvez a proximidade e os canais de diálogo de que dispunha fizesse com que não houvesse necessidade de radicalizar desta forma.

Por outro lado, o Município, o ente estatal mais próximo, foi percebendo que seria ele o responsável pela solução administrativa, já que todos cobravam, mas efetivamente sem sua ação os encaminhamentos não teriam sequência e efetividade. Inicialmente tratou de não enfrentar o MPF, para que não recaísse nenhuma ação judicial sobre o ente. Enquanto cobrava firmemente a responsabilidade da ALL e fazia oposição ao MPU. Também pudera, as manifestações, na maioria das vezes, acabavam em frente à prefeitura. Em uma das ocasiões o prefeito Zanella reclamou, conforme registro em ata; “Retomou a palavra o prefeito: disse que parece estar como inimigo, mas compareceu porque há um processo [...]” (MPF, 19 dez. 2007)

Quando o Ministério das Cidades apareceu na cena, o Município tratou logo de enquadrá-lo, para que o mesmo fosse parte da solução, já que dispunha de recursos disponíveis. Quanto à relação com o MPU, se no início foi de enfrentamento, ao final se tornou colaborativa.

Enquanto outros parceiros ficavam no nível dos debates e formulações, o Município deveria materializar todas estas proposições. Isso implica em mobilizar um conjunto de forças, desde o corpo técnico até a política econômica, pois conforme Maricato (2013):

A moradia é uma mercadoria especial. Ela demanda terra, ou melhor, terra urbanizada, financiamento à produção e o financiamento para a venda. Nesse sentido, ela tem uma vinculação com a macroeconomia já que o mercado depende da regulação pública e subsídios ao financiamento. Ao disputar investimentos com outros ativos financeiros, ela exigiria mover o coração da política econômica.

Embora o ente municipal disponha de poucos instrumentos para interferir na política econômica mais geral, mesmo assim ele precisa redefinir prioridades, como planejamento orçamentário, alteração de legislação referente ao uso do solo urbano, definição de zonas de interesse social e combate à exploração imobiliária. Esta última geralmente não passa da intenção, pois muitas vezes as corporações conseguem diminuir impostos sobre terrenos vazios, em vez do IPTU progressivo, como foi o caso de Erechim.

De qualquer forma, naquele momento havia a intencionalidade de avançar na construção de casas. Quando da troca de gestores, houve o fortalecimento da equipe do setor de habitação, com a indicação de um coordenador com anos de

militância política, com formação de corretor de imóveis e próximo aos movimentos sociais. Além disso formou-se um grupo técnico de arquitetos e engenheiros e pessoal com experiência em construções. Destinaram-se recursos municipais para compra de áreas e nos primeiros anos a estrutura de máquinas foi direcionada para obras de loteamentos.

Quanto à captação de recursos, o Município aproveitou os programas do governo federal que estavam disponíveis em volumes razoáveis, desde que se tivesse projetos. Para tanto formou-se uma equipe com atribuições de formular projetos e encaminhar para Brasília. O Setor foi chamado de Usina de Projetos.

No entanto, para que os projetos saíssem do papel, era necessária a disponibilidade de áreas com preços viáveis, para se fazer loteamentos com baixo custo. Nesse sentido, foi realizada uma ampliação do perímetro urbano, pela lei 4.729, de 06 de julho de 2010. Os estudos e aprovação se deram em tempo acelerado. Para agilizar os trâmites, aumentou-se para todos os lados, a fim de evitar maiores pressões políticas e questionamentos jurídicos. Esta ampliação foi fundamental para amortecer em partes a alta dos preços da terra urbana, provocada pelo volume de recursos injetados pelo governo federal na construção civil.

Outra estratégia adotada pelo Município foi a parceria com o setor privado, chamando as construtoras, juntamente com a Caixa Federal, para que fizessem habitação de interesse social. Isso fez com que diversas frentes pudessem ser implantadas ao mesmo tempo, pois estas empresas cuidavam da maioria das fases do processo de documentação e execução das obras. Ocorre que dado o volume de projetos possíveis, muitas empresas se interessavam somente por aqueles que proporcionavam maiores lucros, o que não era o caso das casas enquadradas na Faixa I do PMCMV. Isso explica porque foram destinados apenas 15% dos terrenos para públicos de renda menor.

Se por um lado a oferta de moradias para os mais pobres foi baixa, durante este período muitas famílias diante do crescimento econômico saíram da linha de pobreza e conseguiram adquirir sua casa própria em faixas de renda mais alta, já que entre 2002 e 2012 “35 milhões de pessoas entraram na classe média” (LEMOS MATELO, 20/09/2012). No entanto não dispomos de dados locais para estimar, quantas estariam nesta situação. Esta mobilidade entre as classes sociais nas

sociedades capitalistas “[...] é livre, mesmo que as possibilidades de ascensão social sejam relativamente restritas para alguns grupos” (SILVA. L. F., 2015, p. 24).

Outra estratégia do Município foi promover a participação da sociedade, conforme exigência do próprio programa PMCMV, através de Conselho de Habitação. De acordo com Onhate (2019, Informação Verbal), o Conselho atuou, pelo menos até que o entrevistado estivesse à frente do Setor de Habitação.

[...]era um conselho que era obrigatório e todos municípios deveria ter, que trabalhasse com verbas governamentais para habilitação e nesse Conselho tinha a participação de várias entidades e o que o MPU fazia parte também desse conselho. Era um conselho deliberativo, não era consultivo, deliberativo que sabia de tudo que iria ser feito na habitação, que opinava também sobre o que deveria ser feito, sugeria também.

A participação da sociedade no acompanhamento da implantação da política pública foi um diferencial do PMCMV em relação ao BNH. Em municípios menores este acompanhamento é facilitado e tende a ser mais eficiente, dada a proximidade das entidades com os acontecimentos provocados pelas políticas públicas.

Do repertório e das estratégias adotadas percebe-se que foram exitosas de ambas as partes, pois se conseguiu avanços significativos. Porém dado o pouco tempo em que estes atores atuaram juntos e à forma como o mercado imobiliário funciona no capitalismo, mesmo com a disponibilização do maior volume de terrenos e casas da história de Erechim, ainda assim os mais pobres ficaram em sua maioria sem casa.

Zanella (2019) que além de inicialmente assessorar o Movimento, também integrou o governo municipal durante a ação do MPU, defende a autonomia das pessoas e reconhece que por mais que tenham sido promovidas políticas públicas, ainda faltou muito por fazer,

[...] tem que trabalhar para que as pessoas consigam construir cada vez mais a sua autonomia enquanto pessoas né, e acho que ainda o poder público fez muito pouco nesse sentido, principalmente, ou seja, por mais que tenhamos dado a força o apoio necessário, ainda ficou provavelmente, ficou muito por fazer né (Informação verbal).

Este muito por fazer vai além da casa própria. As pessoas precisam de emprego e renda, acesso à educação, saúde, seguridade social, direitos trabalhistas... Estes que nestes tempos estão sobre ataques do governo federal atual, mas que há muito tempo milhares de famílias pobres vivem em condições de

miserabilidade, sem terem atendidas suas necessidades básicas. No entanto se apenas a casa não resolve o problema da vulnerabilidade social, tampouco sem ela é possível pensar outras ações.

4.8 VAMOS PARA A CASA NOVA!

Se em um primeiro momento, para muitas famílias, sair de suas casas na beira dos trilhos ou na beira da BR não era desejo, aos poucos elas foram percebendo que não havia outra alternativa a não ser concordar com a mudança. Embora muitas delas concordaram, mas ficaram, pois somente os moradores da Vila Santa Isabel, do Polígono 21 de Abril e da Beira da BR, próximo ao km 47, foram para as novas casas.

Fotografia 10 – Casas Loteamento Social Aeroporto 2011



Fonte: Prefeitura de Erechim (2011)

Estes que foram tiveram seus cotidianos modificados. Casa nova de alvenaria, rua pavimentada, água encanada, luz elétrica - sem “gato”... (Fotografia 10) Porém outros fatores nem sempre eram tão positivos assim: distância do trabalho, vizinhança às vezes conflituosa, relação com a casa que era orientada pelo Município, proibição de fazer reciclagem nos fundos do terreno, dentre outros fatores que se alteraram, alguns com significativa melhor e outros com algum grau de dificuldade.

A questão da impossibilidade de continuar com o trabalho na reciclagem talvez tenha sido o impacto material de maior relevância. A família de Ana dos Santos¹¹ trabalhava neste ramo. Quando mudaram tiveram que parar. No entanto tiveram muitas dificuldades para sobreviver. Seu esposo continua ainda hoje catando latinhas, pois papel, pet e outras matérias ele não dispõe de local para fazer a triagem e estocagem. Da mesma forma, Ezequiel, filho de Sandra da Silva¹², que também é catador, não consegue realizar esta atividade em casa como faziam na beira-trilho. Como alternativa, ele e seu amigo construíram uma nova casa na beira da BR 153, para que possam continuar trabalhando. A casa não tem rede de energia ligada.

Assim como estas famílias, muitas outras enfrentaram e enfrentam este problema. Várias delas acabaram negociando suas casas e mudando-se para outros locais onde possam continuar com a atividade. A atitude do poder público municipal atende a legislação e o bom senso, pois depósito de matérias recicláveis no fundo dos terrenos causa inúmeras consequências negativas para o morador, bem como para a vizinhança. Não se trata aqui de advogar pela permissão. No entanto o problema está posto. Por mais desejável que fosse a casa, ainda assim a sobrevivência vem em primeiro lugar. Este elemento é mais um exemplo de quão complexa é a questão da moradia.

Uma das vantagens para a grande maioria dos relocados foi que, se comparado com outros loteamentos da Faixa II do PMCMV, seus novos locais de

¹¹ Entrevista concedida por SANTOS, Ana (Nome fictício). Entrevista VII. [nov. 2019]. Entrevistador: Jorge Valdair Psidonik. Erechim, 2019. 1 arquivo. A entrevista não foi gravada.

¹² Entrevista concedida por SILVA, Sandra (Nome Fictício). Entrevista VIII. [nov. 2019]. Entrevistador: Jorge Valdair Psidonik. Erechim, 2019. 1 arquivo. A entrevista não foi gravada.

moradia foram construídos mais próximos das áreas urbanizadas e dos serviços públicos. Mesmo assim, muitas famílias reclamaram da distância, pois na maioria dos casos a distância do centro aumentou em relação à antiga moradia e o ônibus já não passava mais em frente da casa.

Como a luta do MPU envolvia várias pautas além da casa, é importante identificar alguns avanços conquistados através de políticas públicas do Município. educação, saneamento, saúde... embora muitos não identifiquem em suas falas estes avanços, até porque, na maioria dos casos, eles não foram implantados exclusivamente para estas famílias e sim para o conjunto da população ou para a região da cidade como um todo.

Na educação, o MPU organizou juntamente com a Secretaria Municipal de Educação um programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), voltado para as pessoas analfabetas do próprio Movimento. As aulas eram realizadas nas casas junto ao bairro. Muitas pessoas, dentre elas idosas, foram alfabetizadas. Benário (2019, informação verbal) destaca que “Esta Conquista foi através das próprias lideranças que sabiam ler e escrever que alfabetizavam os outros, e foi feito um convênio inclusive com a prefeitura de Erechim”. Além disso, na área da educação, o governo municipal ampliou o número de vagas em creches, permitindo assim acesso às crianças do Movimento. Uma nova escola de educação infantil foi construída próxima ao loteamento em que as famílias foram relocadas e outra está em construção desde aquela época.

Outra conquista de que o MPU também participou, foi a da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Em 2010 um conjunto de entidades se mobilizou pela conquista de uma nova Universidade para o sul do Brasil. Erechim conquistou um campus, o que permitiu que alguns integrantes do Movimento pudessem acessar um curso superior, sendo muitos destes os primeiros da família a conseguirem este feito. Dona Mariazinha conta com orgulho que membros de sua família estejam estudando nesta universidade, dentre eles sua filha Fátima, que também foi uma das lideranças do Movimento.

A nova Universidade também desenvolveu um projeto de extensão junto às famílias de agricultura urbana, onde foram organizadas hortas nos fundos dos terrenos (MPU, mar. 2011) /Enquanto o projeto durou foram efetivadas diversas

hortas, no entanto após seu fim, poucas restaram. Este projeto foi realizado no bairro Social Aeroporto.

Na área da saúde também houve avanços. O ex-prefeito Polis (2019) afirma que foram ampliadas as Estratégias Saúde da Família,

[...] nós começamos com 8 Programas de Saúde da Família (médico, dentista, enfermeiro). Nós no período... nós fomos para 17. Botamos 50% do perímetro urbano dos bairros que mais precisavam com Programa Saúde da Família. Nós fizemos 4 UBSs novas em bairros populares. Nós botamos a UPA para dar guarnição para que as UBSs não mandassem direto para o hospital Santa Terezinha e passasse pela UPA (Informação verbal¹³).

Importante lembrar que a organização do MPU iniciou na luta por melhorias na saúde e depois por moradia. Neste quesito as conquistas são percebidas de formas diferentes. Enquanto alguns percebem estas melhorias, outros ainda manifestam descontentamento. As políticas de saúde são mais complexas que aquelas da habitação, embora a saúde também possa ser melhorada com a qualidade da habitação, pois envolve saneamento básico, água tratada, dentre outros fatores.

Assim sendo, as famílias aos poucos vão se apropriando do novo espaço. Novos vizinhos, distâncias maiores, casas melhores, casas menores. Uma mistura de alívio por estarem na sua casa e ao mesmo tempo saudades da beira dos trilhos. De qualquer forma era este momento que havia sido esperado por anos. Foram inúmeras audiências, caminhadas, painéis, ocupações, negociações, ações judiciais..., até as primeiras conquistas começarem a aparecer. Mas este dia chegou. O problema da moradia estava resolvido, no entanto muitos outros ainda permaneciam. Muitos de ordem econômica, outros de relações e comportamentos, dependência química, desemprego... É a vida que segue!

4.9 O QUE CONQUISTAMOS É NOSSO!

Nestes 10 anos de atuação o MPU deixa um legado positivo para a luta do povo e para a região como um todo. Unanimemente todos os entrevistados

¹³ Entrevista concedida por POLIS, Paulo Alfredo. Entrevista VI. [out. 2019]. Entrevistador: Jorge Valdair Psidonik. Erechim, 2019. 1 arquivo. M4A (20:39 min.).

reconheceram o trabalho organizativo do Movimento e suas contribuições para o desfecho, mesmo que parcial, do caso beira-trilhos e a conquista de mais de 600 casas para famílias de baixa renda em Erechim e Capó-Erê.

Zanella (2019), ao avaliar o processo como um todo afirma que,

Foi uma luta importante porque algumas pessoas, não todas, mas muitas dessas famílias através daquela luta com certeza melhoraram de vida na medida que conseguiram garantir o local para morar, garantir a sua casa. Depois mais tarde, o governo federal abriu propostas como é que é programas governamentais como o programa Minha Casa Minha Vida e portanto a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, trabalhou Nessa proposta de incentivá-los assessoramos na organização, para justamente essas pessoas poder viver dignamente (Informação Verbal).

Já quando se refere ao MPU, Zanella aproxima sua luta à dos demais movimentos sociais, em um contexto mais amplo:

Então os movimentos sociais precisam estar presentes na vida social, só eles, o povo somente organizado mobilizado é que vai garantir que os direitos continuem, que os direitos avancem e que a vida das pessoas melhore. Não podemos esperar que os políticos iluminados, e quando falo político de toda ordem, ou seja, não é a classe política que vai resolver o problema, ou outros setores da sociedade, vai resolver os problemas por nós ou pelas pessoas que mais precisam, por elas. Quem tem que se mobilizar e organizar são as pessoas que mais precisam. Esse é o grande papel e aí cabe a nós continuar na medida do possível, assessorar como professores, como pessoas, como cidadãs, como políticos, enfim, cabe a nós também estaremos juntos nessas novas caminhadas, sempre que precisar (informação verbal)

No mesmo sentido, Benário (2019, informação verbal) reconhece que, “Se não houvesse a organização da população, a organização das próprias famílias, organizadas no MPU, os que foram relocados, hoje estariam ainda nas suas casas a beira trilhos , a beira BR, enfim, não haveria acontecido a conquista não.” Para ela, o MPU foi fundamental para a conquista das mais de 600 casas.

Para Polis (2019), que foi prefeito na segunda metade da ação do MPU, “A demanda já existia mais a luta era necessária para ter escancarado de vez (o problema)”. Além disso, para o Município era interessante dialogar com um grupo organizado. Em vez de dialogar individualmente com as famílias, negociar com uma coordenação torna muito mais produtiva as negociações.

O MPU foi necessário, acho que ajudou.[...] Por quê? Porque você organiza minimamente isso. Por que não é um gritando numa sala, não é o outro gritando... ele deu um sentido de organização, não é uma coisa dispersa não. O objetivo deles era ter uma moradia e o primeiro passo era a moradia. Daí nós começamos, não adianta só ter moradia sem ter uma saúde, se não tem uma educação, então isso foi importante, eu acho fundamental naquele momento o trabalho que eles fizeram de organizar, e isso é importante (Informação verbal).

A assistente social que acompanhou as famílias, em seus lugares de origem e posteriormente nas novas casas, também avaliou como importante a participação do MPU na conquista de moradias para as famílias de baixa renda. De acordo com Bitencourt (2019), a contribuição se deu de várias formas, uma delas era

Indo junto, eles eram muito participativos o movimento social nos seus representantes eles se organizaram né e elegeram lideranças na própria comunidade. Então a gente tinha sempre a referência, quando eu precisava organizar uma reunião, organizar documentação, então a gente sempre tinha uma referência de alguém da própria comunidade, para nos dar esse suporte na organização na reunião, na cedência do espaço. Também para ocorrer as regiões que muitas delas foram embaixo de uma árvore né, na frente de uma moradia. Então nessa parte o movimento contribuía, porque ele também participava, de passar nas casas convidando, chamando o pessoal, encaminhando para outros setores quando não tinha documentos também né, nesta na organização (Informação verbal).

Nas palavras de Bitencourt, percebe-se de forma clara como o Movimento ajudava o trabalho do poder público, pois antes desta aproximação proporcionada pelas lideranças, as famílias viam com desconfiança sempre que alguém viesse

abordá-los, mesmo que a intenção fosse ajudá-los, pois todas as vezes que eram procurados, era no sentido de que eles deveriam abandonar o local.

Dona Mariazinha (2019) afirma categoricamente que está na casa nova por conta da ação do MPU e já lembra com saudades os dias de luta. Diz que sempre que alguém convidar para alguma mobilização ela irá: “Meu divino! Que tempo bão que não volta mais. Meee, eu de vez em quando eu vou participar. Quando eu sei que tem eu vou. Ali quando os alunos estavam ali na praça eu fui, sem sê convidada eu fui igual.” Quando perguntada se a luta do MPU valeu a pena, ela respondeu “ E como valeu! Se tocasse de voltar, eu fazia tudo de novo.”

A luta rendeu acompanhamentos do poder público, mesmo depois que as famílias foram para suas casas. Além do acompanhamento da assistente social, a Secretaria do Meio Ambiente estruturou um setor de acompanhamento das cooperativas de reciclagem, nas quais membros do MPU se inseriram.

Considerando as manifestações acima, percebe-se que a ação do MPU apresenta elementos de êxito, ao menos em seu objetivo principal, que era de conquistar moradias para seus integrantes, porém, logo após a mudança das famílias para os novos loteamentos, o movimento foi perdendo força, de forma que atualmente não se encontra articulado.

4.10 O MPU PERDE FORÇAS

Vários fatores contribuíram para que o MPU diminuísse sua atuação gradativamente. Mariazinha (2019, informação verbal) sugere que a troca de coordenação foi a causa do fim das atividades, pois a nova coordenadora se afastou da base e não realizou mais reuniões. Porém ouvindo outras manifestações e analisando o desenrolar dos fatos é possível perceber outros motivos mais velados, porém não menos importantes.

A troca de prefeito em 2016 que significou o fim das políticas de habitação no Município, foi um fator que desmotivou o Movimento como um todo. Aliado a isso houve troca de procuradores no Município que já não tinham a mesma atuação de Pedro Roso, por exemplo. Os processos contra a empresa concessionária saíram da primeira instância e no último período estava suspenso o cumprimento da sentença.

De alguma forma a pressão pela volta dos trens e consequente ação de remoção das famílias foi amenizada.

Sem pressão da justiça para sair do local, com boa parte de seus integrantes já relocados e sem nenhum movimento por parte do Município que sinalize a construção de novos loteamentos, os integrantes do MPU foram se dispersando e perdendo a capacidade de mobilização. A própria fiscalização da empresa para evitar novas ocupações parece que inexistente, já que recentemente dezenas de famílias construíram suas casas em locais em que antes não havia habitações.

Um elemento importante que contribuiu para a desmobilização foi o fato de que nenhum dos vereadores eleitos na legislatura 2017-2020 tem perfil de mobilização urbana, embora tenha líder sindical ligado ao campo. A atuação do MAB também perdeu forças na região com o fim da construção das grandes barragens e muitas de suas lideranças migraram para novas frentes de luta em outros lugares do Brasil. Outras acabaram integrando a gestão municipal ou indo para diversas atividades profissionais deixando assim de atuar diretamente no MPU.

A conjuntura nacional também pode ter influenciado. A crise política e econômica intensificada com o golpe contra a presidenta Dilma em 2016, prisão do ex presidente Lula e derrota da esquerda nas eleições de 2018 causaram arrefecimento em quase todos os movimentos sociais do Brasil, que foram para a defensiva, após anos de intensa atividade. No Município de Erechim, por 8 anos funcionou o Orçamento Participativo, momento em que as associações de moradores eram muito ativas. Atualmente até estas estão desmobilizadas, como é o caso da Associação de um dos loteamentos que recebera beira-trilhos (Foto 11)

Entretanto, registre-se que o MPU já apresentava sinais de desmobilização em 2014. Ao analisar as atas das reuniões daquele ano, percebe-se a tentativa de avançar para outras frentes de organização, como padaria comunitária, oficinas de chocolates, cursos de qualificação profissional, agricultura urbana, formação de associações de moradores, participações em eventos em outras cidades, distribuição de cestas básicas, organização de Natal da Criança menos favorecida pela sorte, dentre outras tentativas de organização e mobilização.

Fotografia 11 - Sede da Associação do Loteamento Minha Casa Minha Vida com sinais de abandono.



Fonte: Foto tirada pelo Autor (2019)

Os relatos dos coordenadores evidenciam a dificuldade de motivar as pessoas dos novos loteamentos a participarem daquilo que era proposto. Palavras de apoio e motivação eram repetidas em praticamente todas as reuniões. No entanto, a cada nova, percebia-se que a desmotivação aumentava.

Procurou-se identificar a organização de associações de moradores nos novos bairros. Nos primeiros anos lideranças locais, conjuntamente com o MPU, conseguiram manter algum grau de mobilização. No entanto, atualmente, não se encontrou nenhuma associação ativa. No Loteamento MCMV, no bairro Paiol Grande a Sede da associação já demonstra sinais de abandono (Fotografia 11).

Outra constatação é que as lideranças que continuaram à frente do MPU tinham maior proximidade com as famílias que conseguiram suas casas e, por isso, aos poucos foram se afastando daquelas que permaneceram na beira dos trilhos. Somado a isso, muitas também se mudaram para outros locais. Por outro lado, a

ALL parou de ameaçar a retirada das que ficaram. E se considerar o fato de que a grande maioria não tem como prioridade mudar-se de onde mora, justifica-se ainda mais o desinteresse de se manter organizado e mobilizado.

Diante disso, o MPU desde o final de 2016, não é visto nas ruas de Erechim com suas faixas, carro de som e gritos de ordem, reivindicando seus direitos. Quanto ao futuro, sabe-se que a História é dialética e ao mesmo tempo cíclica. Com a notícia da nova condenação da Rumo S/A, sabe-se lá se o braseiro coberto de cinzas do MPU não se incendeie novamente em defesas dos direitos dos beira-trilhos, que talvez ainda não se deram conta, mas a ameaça de serem excluídos de suas próprias casas está de volta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente dissertação teve como objetivo geral identificar, na luta pela moradia, quais foram as motivações que resultaram na criação do Movimento Popular Urbano de Erechim, quais as ações desenvolvidas e quais os fatores que contribuíram para a desarticulação de suas atividades. Nesse sentido, procurou-se encontrar elementos na História da região e do Brasil que estiveram presentes no processo de ocupação do espaço, no papel desempenhado pelo Estado e nas ações dos movimentos de resistência popular que pudessem explicar as origens destas motivações.

Constatou-se que o MPU é resultado direto da maneira como a cidade capitalista é estruturada tendo a lógica de mercado aplicada ao uso do espaço urbano. Além de outras consequências tem-se o déficit habitacional que surge da resistência popular diante da desigual distribuição da terra. Exclusão e resistência na luta pelo espaço na fronteira do progresso, caminharam lado a lado nos últimos 500 anos de Brasil.

O conceito de fronteira em movimento contribuiu para identificar os conflitos que ocorreram nesses processos. Em cada avanço, formava-se uma fronteira de inclusão ao mesmo tempo que surgia outra de exclusão. A máquina colonizadora capitaneada pelo Estado avançava interior adentro na velocidade do trem. Vinha gastando gente, na expressão de Darci Ribeiro. Em seu interior foi sendo forjada a sociedade brasileira, com características autoritárias, segregacionistas e excludentes, sendo estas, uma constante no Brasil.

Além do objetivo geral foi proposto dar conta de três objetivos específicos. O primeiro deles era descrever como se deu o processo de urbanização e ocupação do espaço em Erechim. Demonstrou-se que nem o Brasil, nem a região iniciaram com a chegada dos brancos vindos da Europa. A ocupação onde hoje se localiza o Município de Erechim remonta há pelos menos 12 mil anos do tempo presente, onde seres humanos disputavam espaço para extraírem seu sustento, habitarem e reproduzirem suas culturas. Povos caçadores e coletores, caingangues, xoclengues e guaranis deixaram suas marcas que graças aos estudos da Arqueologia, aliados a outras ciências, desvendaram seus modos de vida.

Estes povos foram brutalmente impactados com a chegada do homem branco. Primeiro os bandeirantes de São Paulo que cruzaram por aqui, depois, em definitivo,

vieram os imigrantes europeus. Estes últimos também eram sem-terra em seus países de origem. Vieram para se tornar colonos proprietários. A possibilidade de realizar este sonho era o combustível para superarem os inúmeros desafios que se apresentaram, principalmente nas primeiras décadas da colonização.

Este projeto foi arquitetado sob inspiração da filosofia positivista. Embora, aparentemente, houvesse uma preocupação com os índios e caboclos, na prática estes foram expulsos de suas terras, reduzidos em aldeias ou obrigados a servir de mão de obra barata.

A política positivista de colonização, centrada na pequena propriedade, em alguma medida, sob a óptica do desenvolvimento do capitalismo industrial, deu certo, ao menos por um determinado tempo. Este modelo garantiu alimentação para os centros urbanos, o que os grandes latifúndios eram incapazes de fazer. Porém na passagem do seu centenário ela já cumpriu seu papel e deve ser superada.

Demonstrou-se que já nas primeiras décadas ela já começara dar sinais de seu esgotamento. O primeiro problema surgido foi o caso dos pais com terra, filhos ou netos sem-terra. Uma colônia de 25 hectares não poderia ser distribuída entre os filhos. Era necessário adquirir mais. Esses colonos vieram da Europa, porque lá não havia mais terra para eles. Depois de um tempo nas colônias velhas, tiveram que novamente ir em busca de novas fronteiras. Agora a mesma situação se repetia.

As novas gerações obrigaram-se a migrar: ou para outras frentes de colonização agrícola, como Santa Catarina, Paraná..., ou para a cidade. A situação ficou ainda pior com a chegada da revolução verde, com seu pacote tecnológico que forçou a modernização da agricultura da região. Com ela veio a concentração das terras, a dependência cada vez maior dos agricultores em relação a controladores da produção (cooperativas com sistema de integração, multinacionais, preços cotados conforme mercado internacional de commodities).

O resultado foi a migração em massa para a cidade de pequenos agricultores, agregados, meeiros, peões..., que vinham servir de mão de obra barata na indústria nascente. Ao chegarem, encontraram uma cidade de portas fechadas, pois o custo da terra urbana estava muito aquém de suas possibilidade de aquisição. O resultado foi a geração de um contingente de famílias com necessidades habitacionais, morando de forma precária nos arredores da cidade.

Na pesquisa encontraram-se pessoas que vieram para Erechim há mais de 50 anos e durante toda a vida moraram na beira dos trilhos ou na beira da BR. Primeiro na casa dos pais, depois de casadas ocuparam outro local e lá permaneceram. São descendentes daqueles negros e caboclos que ficaram à margem da colonização e das novas gerações de imigrantes europeus que ficaram sem terra ou sem trabalho na roça. As barragens da região também contribuíram para o êxodo.

A simples presença das habitações de papelão, lata, madeira deteriorada... denunciavam a precariedade em que passaram a viver aquelas centenas ou milhares de famílias e ao mesmo tempo alertavam sobre o futuro caótico da cidade se nada fosse feito a respeito. Somente alguns anos depois, a partir da resistência desesperada das famílias que ocupavam os espaços vazios e assim alteravam a paisagem da cidade, os governos municipais, com ajuda da União, começaram a construir loteamentos sociais em áreas ainda mais distante do centro, para onde estas famílias eram levadas. Houve diversos protestos e resistência de famílias que se negavam a sair. Descreveu-se o caso da Florestinha e Cachorro Sentado. Os primeiros permaneceram e os últimos foram removidos.

Constatou-se que foram construídos mais de 60 loteamentos sociais ao longo da história de Erechim e ainda assim tem-se milhares de famílias com carência habitacional, principalmente aquelas na camada de renda mais baixa, o que demonstra a lógica excludente da cidade capitalista.

No segundo capítulo, procurou-se dar conta do segundo objetivo específico, analisar a luta pela moradia no Brasil e as políticas públicas implantadas pelo governo Federal e Municipal. Demonstrou-se que na história do Brasil ocorreram diversos conflitos na luta pela terra. Foi discutida a luta de Palmares, Canudos, Contestado, Movimento Sem-Terra e de Atingidos por Barragens e de luta por moradia. Em todas estas fronteiras de deslocamento do progresso capitalista, foi demonstrada a resistência e a luta do povo.

Referente às políticas públicas para habitação conquistadas pela luta do povo, constatou-se que, consideradas as diferenças de fundamentação e atuação dos programas BNH e PMCMV, ambos não conseguiram dar conta do déficit habitacional, embora tenham juntos viabilizado casas para mais de 12 milhões de famílias. Este, cresce a cada ano, desde a urbanização acelerada a partir dos anos 1960. Foi

demonstrado que as razões estão na própria concepção dos programas, pois os mesmos foram pensados como programas econômicos para recuperação da economia e não para resolver o problema do déficit habitacional.

Além disso, foi dito que nenhum programa por melhor que seja, consegue dar conta da complexidade da falta de habitação, pois na forma como o sistema capitalista de mercado concentra a renda e produz desigualdades gigantescas, os problemas sociais só aumentam, sendo o acesso à terra urbana um dos mais recorrentes. Junto com este muitos outros fazem parte da vida de milhões de brasileiros que vivem na pobreza ou abaixo dela.

E como último objetivo específico pretendia-se identificar o processo de criação do MPU: organização, repertório, mobilização e ações reivindicativas e avaliar o impacto de sua atuação na luta pela moradia em Erechim e quais foram os motivos de sua desarticulação.

Como visto, as raízes do MPU podem ser encontradas ao longo da história do Brasil e da região. Principalmente a partir da segunda metade do século passado. Entretanto sua criação se deu também por razões que se manifestaram naquele momento histórico específico: a condenação da empresa concessionária da ferrovia, para que reativasse a circulação de trens e a construção das vias paralelas na travessia urbana da BR 153.

Constatou-se que se tratava de famílias com baixíssimo poder aquisitivo. Os ganhos diários da maioria mal dava para se alimentar, quanto mais para adquirir um imóvel. Muitos vieram de municípios do interior. Foram encontrados vários de Itatiba do Sul e Erval Grande. As habitações eram precárias. Mesmo assim poucos desejavam sair do local onde moravam. Porém, aos poucos, foram percebendo que não teriam forças suficientes para permanecer, mas sim, para conquistar uma nova casa e assim não ficar na rua.

Nesse sentido, o MPU não nasce pelo déficit formal captado nas pesquisas do IBGE, mas pela possibilidade de perda real da casa. Eles, a partir do seu conceito de casa, entendiam que tinham onde morar e não precisavam sair. O de que necessitavam era de algumas reformas e melhorias na infraestrutura, mas não mudar de casa. A luta era pela garantia de continuar tendo um espaço para viver, morar e trabalhar.

Mesmo com a situação de iminente despejo, as famílias tinham dificuldade de se organizar. Foi preciso que o Movimento de Atingidos por Barragens se envolvesse e ajudasse na organização dos moradores. Verificou-se que o MAB surge na organização de trabalhadores do campo e não tinha experiência em organização popular urbana. No entanto, em decorrência do fim das barragens o Movimento desloca-se para frentes de atuação com pautas urbanas, como o preço da energia, apoio às lutas dos sindicatos urbanos, dentre outras ações voltadas para a cidade. Trata-se de um movimento em transição do rural para o urbano.

O repertório do MPU parecia muito com aquele usado nas lutas do campo. Ele nasce com esta identidade, a partir de uma conjuntura de oportunidade política, pois estava no governo o Partido dos Trabalhadores que, historicamente, defendia políticas sociais voltadas para a população mais pobre.

No entanto o MPU difere de outros movimentos de lutas por moradias, como MTST e o MNLN. Enquanto aqueles possuem pautas mais abrangentes, como a reforma urbana, o MPU defendia questões mais locais, como casa, praça, melhorias na UBS... A tática também se diferenciava, enquanto os nacionais tinham as ocupações de terrenos e prédios vazios, como prioritárias, o MPU ao longo de sua atuação, somente ocupou prédios públicos como forma de protesto, não com finalidade de fixar moradia.

Constatou-se que o MPU, através da junção de forças, conseguiu mobilizar lideranças dos três entes da federação, incluindo executivo, legislativo e judiciário. No executivo, mobilizou o prefeito de Erechim, de modo especial, e outros que também tinham situações de ocupações na beira dos trilhos em seus municípios. Em Brasília foi mobilizado o Ministério das Cidades na captação de recursos. No legislativo foram movimentadas as três esferas. E no judiciário acionou-se por diversas vezes o MPF e em outras o MPE. Mesmo sendo de atuação local, o MPU a partir de suas articulações, conseguiu mobilizar lideranças de Erechim, Porto Alegre e Brasília.

A partir das assessorias, o MPU, aos poucos foi ampliando suas pautas de reivindicação. A casa passou a ser uma delas, a principal, mas tinha muitas outras, na área da saúde, renda, educação, lazer... Sua força também foi aumentando. Depois de alguns meses de mobilização já não eram só beira-trilhos ou beira-BR.

Eram vereadores, militantes do MAB, Deputados, Promotores Federais, advogados, defensores de direitos humanos, intelectuais, dentre outros mediadores envolvidos.

Durante a pesquisa, ao cruzar informações oriundas de várias fontes, percebeu-se que o velho ideário de limpeza da cidade, de alguma forma aparece ao longo do processo de reassentamento, seja pela pressão dos vizinhos que desejam livrar-se da presença das famílias mais pobres, seja por loteadores que acreditavam que suas áreas eram desvalorizadas, seja da própria empresa concessionária que usou todas suas pressões contra estes e não contra empresários que ocupavam as mesmas faixas de domínio. Se, por um lado, a maioria dos mediadores envolvidos desejasse sinceramente melhorar a qualidade de vida destas pessoas, por outro, alguns atores apenas desejam livrar-se deles.

Em relação à satisfação das famílias nas novas casas, passados seis anos, a maioria manifesta que se sente bem na nova moradia. Que a casa é melhor, que é tudo organizado, que as crianças já acostumaram na escola, enfim, enumeram um conjunto de situações que reforçam esta satisfação. Porém, quando perguntados se desejavam sair das casas em que moravam na beira-trilhos, a maioria diz que não. Dizem que lá era melhor. Aos olhos de muitos, fica difícil entender quais razões justificam este sentimento.

Onde moravam, muitos não tinham nem sequer energia elétrica, a água era conseguida por “gato”, emprestada do vizinho. Saneamento também não tinham. As casas eram precárias. No entanto, ainda assim, desejavam permanecer. Compreendeu-se que pelo sentimento de topofilia, pode-se interpretar este amor pelo lugar. O conceito de casas para alguns difere daquele da classe média ou alta. Para eles, a estrutura física da casa é um dos componentes da moradia. Outros elementos às vezes têm mais importância: A relação com a vizinhança, a proximidade da escola, da parada de ônibus, a frequência dos ônibus, o mercado do bairro, a familiaridade que gera sensação de segurança e principalmente a fonte de renda.

Muitos sobreviviam da reciclagem. Nas antigas moradias faziam a triagem do material nos fundos dos terrenos. Nas novas casas isso não é possível. Parece simples, mas a mudança, nestes casos, cessou a fonte de renda. Entende-se que este não é um problema da moradia e sim social, econômico. Mas ele está posto, não há como ignorar. As pessoas precisam comer, nem se fala em vestir, pagar a

prestação, é alimentação mesmo. O resultado disso foi que muitas famílias se mudaram para outros locais onde pudessem continuar reciclando.

Identificou-se que diversas famílias já mudaram. Pelo motivo acima, mas também por outros. O conflito com vizinhos é também um motivo significativo. Esta rotatividade é percebida em outros loteamentos. Também tem a questão da dependência de alcoolismo ou drogas. Há quem melhore de vida e se mude para locais mais próximos do centro.

Foi possível perceber que algumas das famílias melhoraram de vida. Ampliaram a casa, trocaram de carro. Em uma das visitas no Bairro Social Aeroporto, por ocasião da pesquisa, um cidadão visivelmente alcoolizado, reclamava de forma agressiva que deveria ser explicado como o bairro era para famílias pobres e tinha gente que até caminhão possuía.

Em relação à ampliação das casas, o Município tenta de alguma forma garantir uma certa padronização construtiva. Para tanto, exige que seja aprovado projeto de construção, conforme legislação. Entretanto poucos o fazem. Quando são notificados para regularizar a obra, ficam indignados com a burocracia. Como o projeto custa caro, na avaliação deles, acabam construindo mesmo assim, sem projeto.

Um outro motivo apontado de descontentamento é referente a criação de animais. Uma das entrevistadas contou que possuía 13 cachorros na antiga moradia e criava galinhas também. Naturalmente onde está hoje não consegue manter a bicharada. Inclusive denunciava que naquela semana alguém teria envenenado seu cachorro.

De modo geral as casas estão bem cuidadas. A maioria já ampliou a planta inicial. A urbanização existente nem se compara àquela existente na beira trilhos ou BR. No quesito habitação atingiram-se os objetivos definidos pelos mediadores envolvidos em 2007. Lamenta-se que muitas famílias foram deixadas para trás, na mesma situação em que se encontravam em 2006, antes de todo este processo ter acontecido.

Buscou-se, ao longo da pesquisa, interpretar a possibilidade de algum grau de transformação a partir da luta de um movimento social de atuação municipal. Conforme demonstrado, em alguma medida sua intervenção melhorou a vida de um conjunto de famílias. No entanto seria ingenuidade esperar que sua ação pudesse

causar transformações maiores. Enquanto se digita estas últimas reflexões deste trabalho, o jornal Estado de São Paulo noticia que o IBGE acaba de divulgar dados que mostram que o Brasil atingiu recorde de miseráveis. Já são 13,5 milhões. “O País tem mais miseráveis do que a soma de todos os habitantes de países como Portugal, Bélgica, Cuba ou Grécia.” (AMORIM, 29 nov. 2019).

A pobreza no Brasil é muito mais complexa que simplesmente a questão habitacional. Muitos outros movimentos, em muitos outros locais, deverão agir de forma integrada, para quiçá um dia modificar esta realidade. O momento que se vive é de acirramento da pobreza, com perda de direitos, concentração de renda e aumento das desigualdades.

Assim, conclui-se que a pesquisa deu conta dos objetivos propostos. Tanto no estudo do MPU, como na sistematização dos dados relativos à ocupação do espaço na Colônia Erechim. O estudo poderá servir de subsídio para gestores planejarem a cidade e a habitação. Poderá contribuir com os movimentos sociais na reflexão sobre suas lutas. Para a academia, o estudo oferece um conjunto de dados que poderá contribuir em pesquisas futuras. Nesse sentido, fica claro que de forma alguma se esgotou o tema. Diversas questões se apresentam para novas investigações, como as relacionadas ao custo da terra, exclusão social, especulação imobiliária, esgotamento do modelo positivista na região, transição dos movimentos sociais do campo para a cidade..., são alguns dos desdobramentos possíveis da pesquisa.

Em suma, a ação do MPU é mais um capítulo da história da luta do povo contra as formas excludentes de ocupação do espaço ocorridas no Brasil, nos últimos 500 anos. Na região de Erechim, para a maioria do povo o progresso prometido que viria pelos trilhos ainda não chegou. Primeiro disseram que a Brazil Railway Company traria, depois anunciaram a ALL e agora prometem novamente com a Rumo S/A. A única certeza que se tem é que elas expulsam aqueles que vivem às margens de seus trilhos.

Mais uma vez se demonstrou que o poeta tinha razão em afirmar que “Não precisa ser herói / Para lutar pela terra / Por que quando a fome dói / Qualquer homem entra em guerra.” (LEDESMA).

Que venham as “guerras”, afinal é preciso superar a miséria de pelo menos 13,5 milhões de pessoas no médio e longo prazo. A curto prazo se faz necessário

evitar que centenas de famílias sejam despejadas da beira dos trilhos na travessia urbana de Erechim, pois a Rumo S/A está chegando para cumprir a sentença. Ficou-se sabendo que a dona Mariazinha e a Olga Benário já estão se articulando!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. A microfísica do poder constituinte e sua espacialidade: O processo de Territorialização de uma ocupação de Sem-Teto no Rio de Janeiro. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 1, n 1, ed. 15, p. 133-168, 2012.
- BARROS, José D'Assunção. **A expansão da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BONDUKI, Nabil. Política Habitacional e inclusão social no Brasil: Revisão Histórica e novas Perspectivas no governo Lula. *In*: DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivano(Org.). **A questão da Habitação popular**. Curitiba: Base Editorial, IBEP, 2015.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?: Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *In*: _____. **Escritos sobre a História**. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.41-78.
- BRIGMANN, Sandor Fernando. Fronteiras da Inclusão e da Exclusão: Reflexos do contato entre os Kaingangues e as frentes de expansão (Sec. XIX) GOLIN. *In*: Tau, et al. **Povos indígenas**. V. 5. Passo Fundo: Méritos, 2009.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CAMPOS, Nazareno José de; BENDER, Pablo Martin. Região do Contestado e Noroeste Santafesino no início do século XX: grandes capitais transformando a realidade socioeconômica e ambiental. *In*: VALENTINI, Delmir Jose; SPING, Marcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro.(org.) **Nem fanáticos nem jagunços: reflexões sobre o Contestado**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012).
- CASSOL, Ernesto. **Carlos Torres Gonçalves: Vida e Obra e Significado**. Erechim: Ed. São Cristóvão, 2003.
- _____. **Histórico de Erechim**. CESE. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979.
- CASTRO, Hebe. **História Social**. *In*: Org. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 2. ed. Rio de Janeiro/ 2011
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivano(Org.). **A questão da Habitação popular**. Curitiba: Base Editorial, IBEP, 2015.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**, 1884.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria: recusa dos excluídos.** Porto Alegre; Florianópolis: Editora da UFR-GS; UFSC, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Décio. Zumbi, vida e morte. *In*: SEFFNER, Fernando (org.) **Presença Negra no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UE/ Porto Alegre, 1995. Cadernos Porto&Vírual, 11.

FUJITA, Camila et al. A produção habitacional em Chapecó-SC: A ação privada na oferta da moradia. *In*: DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio (Org.). **A questão da Habitação popular.** 448 p. ed. Curitiba: Base Editorial, 2015.

GIANNOTTI, Vito. **História da luta dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** [4. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **História dos Movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Movimentos Sociais e luta pela Moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

GOLIN, Tau et al. **Povos indígenas.** V. 5. Passo Fundo: Méritos, 2009.

GOLIN, Tau. FIUZA, Bruno. **A guerra guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha.** São Paulo: Terceiro Nome, 2017.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Caminhos e Fronteiras.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

KALIL, Rosa Maria Locatelli et al. Migração e urbanização: o caso da região de Passo Fundo. *In* DAL MORO, Selina Maria(org.); KALIL, Rosa Maria Locatelli (org.); TEDESCO, João Carlos (org.). **Urbanização, exclusão e resistência: estudo sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo.** Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 39-66.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade** 3.ed. rev. atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** São Paulo: Vozes, 1984.

MARICATO, Ermínia. Brasil, Cidades: **Alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Política Habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo História Oral e Memória. **Cadernos CERU** – n 5 – Série 2 – São Paulo: Humanitas, 1994.

MONTEIRO, Sílvio Tavares. **Um Estudo das classes sociais numa cooperativa rural;** Erechim-RS. Erechim: Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e o Ensino Superior, 1978.

NOVAES, Fernando A.; SOUZA, Laura de Melo e. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia de Letras, 1997.

OLIVEIRA, Fernanda Fuentes Bruzzone Oliveira. **Direito à Moradia Urbana e a Regularização Fundiária de Interesse Social.** Niterói, RJ: Impetus, 2012.

PAULI, Graciela Regina Gritti. **A Organização do Espaço Urbano em Erechim.** 1993. 40 f. Porto Alegre. Monografia (Especialização em Geografia Ambiental e Urbana) URGs, 1993.

PIRAN, Nédio. **Contribuição à Caracterização do Alto Uruguai (RS):** Breve releitura político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

PSIDONIK, Jorge Valdair. **Progresso: o outro lado da BR 153** - História socioeconômica do Grande Bairro Progresso. 1970 – 1990. Monografia (Monografia em História) – URI. Erechim, 2004. p. 128.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** São Paulo: Contexto, 1989. p. 11.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

ROSSET, Joemir. **O Rosto de Deus na Coragem de um Povo.** Histórico do Bairro São Vicente de Paulo. Erechim, [2008?].

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Luis Fernando Correa da; RADOWSKI, Guilherme Francisco Waterloo. Estratificação e mobilidade social: Dimensões conceituais e importância para a sociologia na escola. *In:* MEIRELLES, Mauro. *et al* (orgs) **Estratificação e mobilidade social.** Porto Alegre: Cirkula, 2015.

SOUZA, Marcelo, Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano.** 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TARROW, Sidney . **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis: Vozes, 2009.

TARROW, S. 1994. **Power in Movement** : Social Movements, Collective Action and Politics. Cambridge : Cambridge University Press.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família:** Racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TEDESCO, João Carlos; SEMINOTTI, Jonas José; ROCHA, Humberto José. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil:** questões contemporâneas. / João Carlos Tedesco. Chapecó: Ed. UFFS, 2018.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution.** Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1974.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

USINA, Coletivo. Reforma Urbana e Autogestão na produção de cidade: História de um ciclo de lutas e desafios para a renovação da sua teoria e prática. *In*: DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanió(Org.). **A questão da Habitação popular**. Curitiba: Base Editorial, IBEP, 2015.

VALENTINI, Delmir J. **A Guerra do Contestado** (1912-1916). *In*: ZARTH, Paulo; RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José. História da Fronteira Sul. Chapecó: Letra e Vida, 2015. p. 223-248.

VELHO, Otavio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 2007.

WARREN, Ilse Scherer. **Rede de Movimentos Sociais**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

ZANELLA, Anacleto. **A Trajetória do Sindicalismo no Alto Uruguai Gaúcho (1937 – 2003)**. Passo Fundo: UPF, 2004.

SITES ELETRÔNICOS

ABRAINCO, Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias. **Análise das Necessidades Habitacionais e suas Tendências para os Próximos Dez Anos - Produto 2 - Relatório Técnico Final - 2ª Versão**. 2018. Disponível em: <https://www.abrainco.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf> . Acesso em: 10 set. 2019.

AL – RS, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório Final da Subcomissão de Habitação Popular e Regularização Fundiária** - Comissão de Assuntos Municipais. Porto Alegre: 2008. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/download/SubHabitRegul_Fundi%C3%A1ria/RFhabtund.pdf . Acesso em: 13 set. 2019.

ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)**. 2013. 175 f. Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em História) UPF, 2013. Disponível em: http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/163/1/2013Clovis_Tadeu_Alves.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

AMORIM, Daniela; NEDER, Vinicius. Brasil alcança recorde de 13,5 milhões de miseráveis, aponta IBGE. **O Estado de S.Paulo** . São Paulo, 29, nov. 2019. Jornal. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-alcanca-recorde-de-13-5-milhoes-de-miseraveis-aponta->

[ibge,70003077918?fbclid=IwAR1WPEgP8Et7LoDOv-8E3ldr0_eWYXA7c5hHG67K0g-BQjwDTS33JXyqlQE](https://www.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fmarceloauler.com.br%2Fpedro-roso-omissao-do-estado-fracasso-da-justica-e-uma-vida-esvai-se/) . Acesso em: 30 nov. 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Consulta Gini**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/> . Acesso em: 09 out. 2019.

AULER, Marcelo. **Pedro Roso**: omissão do Estado, fracasso da Justiça e uma vida. Blog. Disponível em: <https://l.facebook.com/l.php?u=https%3A%2F%2Fmarceloauler.com.br%2Fpedro-roso-omissao-do-estado-fracasso-da-justica-e-uma-vida-esvai-se/> . Acesso em: 06 nov. 2019.

BALD, Dione. Os novos beira-trilhos. **Atmosfera Online**. Erechim, 2018. Disponível em: : <https://atmosferaonline.com.br/os-novos-beira-trilhos/> Acesso: 20 out. 2019.

BARBOSA, Leticia Maria. **Topofilia**, memória e identidade na Vila do IAPI em Porto Alegre. 2008. 15 f. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFRGS, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/22114-81250-1-PB.pdf> . Acesso em: 01 dez. 2019.

BARROS, José D'Assunção. **A História Social**: seus significados e seus caminhos Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321024813>. Acesso em: 09 de nov. 2018

_____. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Revista Textos de História** (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB). Dezembro de 2003, volume 11, n.º 1/2. p.145-171. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose_Barro33/publication/277241420_Historia_Cultural_um_panorama_teorico_e_historiografico/links/5a0674474585157013a3c33c/Historia-Cultural-um-panorama-teorico-e-historiografico.pdf. Acesso em: 24 maio.2019.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai**: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó (1917-1950). 1991. 307 f. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em História) UFSC, 1991. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30356892.pdf> . Acesso em: 10 maio.2019.

BOA VISTA. Ação do MPF de Erechim condena concessionária Rumo a manter ponte férrea entre Marcelino Ramos e Alto Bela Vista. **Jornal Boa Vista**. Erechim, 05 nov. 2019. Disponível em: https://jornalboavista.com.br/05112019acao-do-mpf-de-erechim-condena-concessionaria-rumo-a-manter-ponte-ferrea-entre-marcelino-ramos-e-alto-bela-vista?fbclid=IwAR0lgohslizhZrtRJV4vOIM-ePKUMwizxA5_ESqeaQ6KP2XZ_3ChqIblus . Acesso em: 05 nov 2019.

BONDUKI, Nabil. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida**. Revista Teoria e Debate. São Paulo, v. 82. 2009. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 07 set. 2019.

CAIXA, Minha Casa Minha Vida Entidades. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/entidades/entidades.asp . Acesso em: 23 out. 2019.

CARVALHO, Caio Santos Amore de. **Lupa e Telescópio**: o mutirão em foco, São Paulo, anos 90 e atualidade. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais

Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-09112017-095119/publico/caiosantoamore.pdf> . Acesso em: 25 out. 2019.

COSTA, A. C. S. et al. **Déficit habitacional nas camadas de interesse social: um olhar sobre as políticas públicas de habitação no Brasil e no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)** Carpe Diem: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX. v. 16, n. 2, 2018. Franca, SP: 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifacex.com.br/Revista/article/view/1030/pdf> . Acesso em: 09 de set. 2019.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em: <http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/lahurb/wp-content/uploads/sites/31/2017/09/DAMATTA-Roberto-A-Casa-e-a-Rua.pdf> . Acesso em: 20 nov. 2019.

DETERIORAÇÃO das contas públicas fez governo cortar a contratação de habitações para famílias mais pobres. Indefinições sobre destino do programa geram apreensão no setor de construção. **G1 Globo**. Brasília. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/minha-casa-minha-vida-completa-10-anos-com-queda-nas-contratacoes.ghtml> . Acesso em: 09 ago. 2019.

ERECHIM (RS). **Famílias beira-trilhos começam mudança para o loteamento aeroporto**. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/4915/16-02-2011/familias-beira-trilhos-comecam-mudanca-para-o-loteamento-aeroporto> . Acesso em: 15 nov. 2019.

ERECHIM. **Município convida população para debater setor habitacional na próxima quarta-feira**. 2011. Disponível em: <http://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/5649/16-09-2011/municipio-convida-populacao-para-debater-setor-habitacional-na-proxima-quarta-feira>. Acesso em: 16 abr. 2018.

Ferrovia - Audiência pública encaminha comitê para ativação do serviço na região. **Jornal A Folha Regional**. 17 maio 2010. Disponível em: <http://afolharegional.blogspot.com/2010/05/ferrovia-audiencia-publica-encaminha.html>. Acesso em: 24 nov. 2019.

FINARDI, Rodrigo. Qual o futuro da ferrovia em Erechim? **Jornal Bom dia**. Erechim, 09 jun. 2018. Disponível em: <https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/23445/qual-o-futuro-da-ferrovia-em-erechim-> . Acesso em: 07 nov. 2019.

FRANÇA, Jéssica. Invasão em Erechim: Sem líderes. **Diário da Manhã**, 10 set. 2015 – Jornal. Disponível em: <https://diariodamanha.com/noticias/invasao-em-erechim-sem-lideres/> . Acesso em: 22 nov. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP), **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Diretoria de Estatística e Informações (Diretoria) Belo Horizonte: 2018. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>. Acesso em: 21 nov. 2019.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/erechim_rs . Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: 2018. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/871-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015291118/file> . Acesso em: 22 nov. 2019.

FÜNFGELT, Karla. **História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim** – RS. 2004. 118 f. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Geografia) UFSC, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88190> Acesso em: 02 set. 2019.

GENEVOIS, Marie Louise Bulhões Pedreira; COSTA, Olavo Viana. Carência habitacional déficit de moradias: Questões metodológicas. São Paulo. **Revista Perspec.** vol.15 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100009#back5 . Acesso em: 23 nov. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sócias na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 Maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> . Acesso em: 27 de jun. 2019.

HERÉDIA, Vânia. **A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul**. In: Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidad de Barcelona. n. 94. 1º de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-10.htm> . Acesso em: 03 maio 2019.

INSTITUTO BRASIELIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/erechim/panorama> . Acesso em: 21 nov. 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa estima que o Brasil tem 101 mil moradores de rua**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303 . Acesso em: 12 set. 2019.

KOZENIESKI, Everton de Moraes (Organizador) **II caderno de mapas de Erechim** [livro eletrônico] Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2018. Disponível em: <https://observatoriogeouffs.files.wordpress.com/2019/04/caderno-de-mapas-de-erechirms-versc3a3o-2.pdf> . Acesso em: 30 set. 2019.

LEITE, Cesar Eduardo Leite *et al.* Análise comparativa de custos entre os meios de transporte rodoviário e ferroviário. In. XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão & III Inovarse – Responsabilidade social aplicada. 12., 2016, Rio de Janeiro **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_374.pdf . Acesso em: 31 nov. 2019.

LEMOES, Iara; MARTELO, Martello. Nos últimos 10 anos, 35 milhões de pessoas entraram na classe média. **Jornal G1**. 20 Set. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/nos-ultimos-dez-anos-35-milhoes-de-pessoas-ingressaram-na-classe-media.html> . Acesso em: 12 nov. 2019.

MAGAIESKI, Terezinha. Rezzarordi. Mpu – **Movimento Popular Urbano – Erechim – RS.** Disponível em: <http://reformaurbanars.blogspot.com/2012/05/mpu-movimento-popular-urbano-erechim-rs.html>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Justiça Federal em Erechim obriga a RUMO a iniciar processo de desobstrução da rede ferroviária no norte do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rs/atos-e-publicacoes/outras/justica-federal-em-erechim-obriga-a-rumo-a-iniciar-processo-de-desobstrucao-da-rede-ferroviaria-no-norte-do-rio-grande-do-sul/view> . Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. **Reuniões no MPF em Erechim (RS) tentam viabilizar volta dos trens à região do Alto Uruguai.** Erechim, 2006. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/reunioes-no-mpf-em-erechim-rs-tentam-viabilizar-volta-dos-trens-a-regiao-do-alto-uruguai> . Acesso em: 25 out. 2019.

MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **A história da luta pela terra.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. **Quem Somos.** Disponível em: <https://mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>. Acesso em: 25 out. 2019.

NEUT, Ana Luísa Van Der; ZIMERMAN, Karine Grasel; TSUTSUMI, Edison Kiyoshi. **Apropriação espacial em um conjunto habitacional de interesse social em Erechim.** Revista de Arquitetura IMED, 4(2): 80-89, jul./dez. 2015 . Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/953-4568-1-PB.pdf> . Acesso em: 16 nov. 2019.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil. **Revistas Usp.** n. 44, 1999-2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/29849/31735> . Acesso em: 23 nov. 2019.

ONG Bicho Vadio. **Fotografia.** Disponível em: <http://associacaobichovadio.blogspot.com/2012/02/voluntarias-visitaram-bairro-beira.html> . Acesso em: 17 nov. 2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 08 nov. 2018 .

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) **Ranking IDHM Municípios 2010.** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 30 ago. 2019.

PIRAN, Nédio. **Contribuição à caracterização do Alto Uruguai (RS): breve releitura e novos desafios.** Revista Perspectiva, Erechim. v. 39, Especial 40 Anos, p. 53-64, setembro/2015. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/1004_504.pdf Acesso em: 12 de jul. 2019.

PREFEIRA MUNICIPAL DE ERECHIM. **Prefeito sanciona projeto de lei que reduz alíquota do IPTU.** **Sítio Prefeitura de Erechim**, 11 jun. 2019. Disponível em:

<https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/12237/11-06-2018/prefeito-sanciona-projeto-de-lei-que-reduz-aliquota-do-iptu> . Acesso em: 24 nov. 2019.

_____. **Prefeitura começa relocar famílias beira-trilhos.** Erechim, 4 mar. 2011. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/4975/04-03-2011/prefeitura-comeca-relocar-familias-beira-trilhos> . Acesso em: 17 nov. 2019.

_____. **Famílias beira-trilhos começam mudança para o loteamento aeroporto.** Erechim, 16 fev. 2011. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/4915/16-02-2011/familias-beira-trilhos-comecam-mudanca-para-o-loteamento-aeroporto> . Acesso em: 20 set. 2019.

_____. **Começa Terraplenagem Para Loteamento Minha Casa, Minha Vida.** Erechim, 22 set. 2009. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/2970/22-09-2009/comeca-terraplenagem-para-loteamento-minha-casa-minha-vida> . Acesso em: 16 nov. 2019.

_____. **Fim de semana de entrega de moradias e sorteio de loteamentos sociais.** Erechim 04 jun. 2012. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/6313/04-06-2012/fim-de-semana-de-entrega-de-moradias-e-sorteio-de-loteamentos-sociais> . Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **Fim de semana de entrega de moradias e sorteio de loteamentos sociais.** Erechim: 04 jun. 2012. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/6313/04-06-2012/fim-de-semana-de-entrega-de-moradias-e-sorteio-de-loteamentos-sociais> . Acesso em: 16 nov. 2019.

_____. **Governo de Erechim entrega primeiro Loteamento do Programa Minha Casa Minha Vida.** Erechim, 02 maio.2011. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/5231/02-05-2011/governo-de-erechim-entrega-primeiro-loteamento-do-programa-minha-casa-minha-vida> . Acesso em: 16 nov. 2019.

_____. **Prefeitura começa relocar família beira-trilhos.** Erechim, 08 mar. 2011. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/4975/04-03-2011/prefeitura-comeca-relocar-familias-beira-trilhos> . Acesso em: 29 nov. 2019.

_____. **Prefeitura começa relocar famílias beira-trilhos.** Erechim, 2011. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/4975/04-03-2011/prefeitura-comeca-relocar-familias-beira-trilhos> . Acesso em: 17 nov. 2019.

PSIDONIK, Liziane Dark. **O Município de Erechim e sua dinâmica regional a partir dos aspectos da Saúde e Educação Superior.** 2019. 68 f. Erechim. Monografia (Graduação em Geografia) UFFS. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/881/1/PSIDONIK.pdf> Erechim: 2015. Acesso em: 21 nov. 2019.

RUMO S.A. Histórico. Disponível em: http://pt.rumolog.com/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=27056 . Acesso em: 17 dez. 2019.

SEBRAE. **Perfil cidades Gaúchas**. Disponível em: http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Erechim.pdf . Acesso em: 18 out. 2019.

SILVA, Aldori Nascimento. **Os ideais positivistas e a segregação social no processo de Urbanização de Erechim**. 2016. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul. Erechim, 2016. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/855>. Acesso em: 06 set. 2019.

SILVA, Marlon Lima; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cm/v17n34/2236-9996-cm-17-34-0401.pdf> . Acesso em: 23 ago. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **Recurso Extraordinário Com Agravo 987.332 Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoPeca.asp?id=310165428&tipoApp=.pdf> . Acesso em: 2 nov. 2019.

VALADARES, Lícia do Prado; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Banco Nacional da Habitação (BNH)**. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – CPDOC. São Paulo, [ca. 1994] Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>. Acesso em: 23 ago. 2019.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. **Revista Cienc. Cult.** v.56 n.2 São Paulo Apr./June 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200016 . Acesso em: 23 de nov. 2019.

FONTES

ALL falta a reunião e futuro dos “beira-trilhos” ainda é indefinido. **Voz Regional**. Erechim, p. 5, 27 nov. 2007.

BRASIL , **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 07 set. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 09 de nov. 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2291.htm. Acesso em: 23 ago. 2019.

_____. **Ficha técnica de Rodovia**. Disponível em: http://infraestrutura.gov.br/images/BIT_TESTE/Fichas/Rodovias/Fichas_Rodovias_-_153.pdf . Acesso em: 18 out. 2019.

_____. **Lei de Terras.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm . Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4380.htm. Acesso em: 23ago. de 2019.

CARELLI, Aline. Reassentamento a vista. **Jornal Diário da Manhã**, Erechim, 15 e 16 nov. 2007. Geral.

CASTRO, Edson; BOATTINI JR, Danton. Ocupações ilegais dificultam reativação da ferrovia. **Bom Dia**, Erechim, 26 jan. 2007. Geral, p. 09.

COMARCA DE ERECHIM. **Mandado de citação – Reintegração de posse.** Erechim, 21 out. 2010.

ERECHIM, Secretaria Municipal de Meio Ambiente; UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA (URI). **Estudo das áreas viáveis à ocupação urbana do novo perímetro urbano da cidade de Erechim e áreas limítrofes (Processo N. 10424/2015)**, 2. ed, 2015/2016.

FAMILIAS da “beira dos trilhos” cadastradas para reassentamento. **Jornal Voz Regional**, Erechim, ano 2007, p. 5, 15 ago. 2007.

FERREIRA, Marielise. Justiça Federal obriga América Latina Logística a reativar trens no norte do Estado. **Jornal GaúchaZH**. Porto Alegre, 10 dez. 2010. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2010/12/justica-federal-obriga-america-latina-logistica-a-reativar-trens-no-norte-do-estado-3137812.html>. Acesso em: 29 de nov. 2019.

IMPASSE, atrasa projeto de reassentamento dos ‘beira-trilhos’. **Voz Regional. Erechim**, p. 7, 05 out. 2007

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Relatório de Notificações expedidas no km 46,3 e 46,4 da BR 153 – Erechim.** Erechim 30 jun. 2008.

MORADORES discutem saída da beira da linha férrea. **Voz Regional.** Erechim, 22 nov. 2006)

MPF, Ministério Público Federal. **Ação Civil Pública** nº 2007.71.17.000391-6/RS . Erechim: 07 maio.2007.

_____. **Ata de Audiência Pública.** Erechim, 8 jun. 2009.

_____. **Ata de Audiência Pública.** Erechim, 1º jun. 2008.

_____. **Ata de Reunião.** Erechim, 07 mar. 2012.

_____. **Ata de Reunião.** Erechim, 12 jul. 2010.

_____. **Ata de Reunião.** Erechim, 21 mar. 2012.

_____. **Ata de Reunião.** Erechim, 27 out. 2009.

_____. **Ata para julgamento** Sessão nº 81. Dia 25/03/2019. Porto Alegre, 05 mar. 2019. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/regiao4/atuacao/direitos-do-cidadao/documentos/atas-sessoes/ata-81_sessao-2 . Acesso em: 26 nov. 2019.

MPF, Ministério Público Federal. **Ata reunião.** Erechim, 19 dez. 2007

_____. **Portaria nº 07/2010. Autos nº 1.29.011.000033/2010-37.** Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/p_007_2010_uru.pdf . Acesso em: 28 out. 2019.

MPU, Movimento Popular Urbano. **Ata Reunião** 07 nov. 2011. Erechim, 07 nov 2011.

_____. **Contatos com a coordenação. Planejamento de ações de projeto de extensão – Agricultura urbana.** Erechim, mar. 2011.

_____. **Nota à imprensa,** Erechim, 19 maio.2007

_____. **Ofício 002/2008.** Erechim, 14 jul. 2008.

_____. **Ofício encaminhado ao Ministério das Cidades em 26 de julho de 2007.** Erechim, Arquivo MPU. 2007.

_____. **Ofício encaminhado ao prefeito municipal em 30 de maio.De 2007.** Arquivo MPU, 2007.

_____. **Relato de reunião na Vila União.** Arquivo MPU. Erechim, 27 maio.2008.

_____. **Relato de reunião no Bairro São Vicente de Paulo.** Erechim, 28 maio.2008.

_____. MAB, movimento de Atingidos por Barragens. **Ofício enviado ao prefeito municipal e ao presidente da Câmara de Vereadores.** Erechim, 13 out. 2008.

_____. Reunião com Atingidos pelo trilhos. **ATA.** Erechim, 28 de nov. 2007

PODER JUDICIÁRIO, Justiça Federal, Vara Federal de Erechim. **Termo de Audiência.** Erechim, 11 jan. 2010.

PREFEITURA DE ERECHIM. **Previsão de geração de DAM por imóveis – IPTU – Fato gerador 2020.** Erechim, 2019.

TRF4. Tribunal da Justiça Federal da 4ª Região. **Reint/manutenção posse proced. Esp. Jurisd. Contenc.** Nº 2009.71.17.000824-8/RS. Erechim, 16 de jul. 2009.